VÍDEO

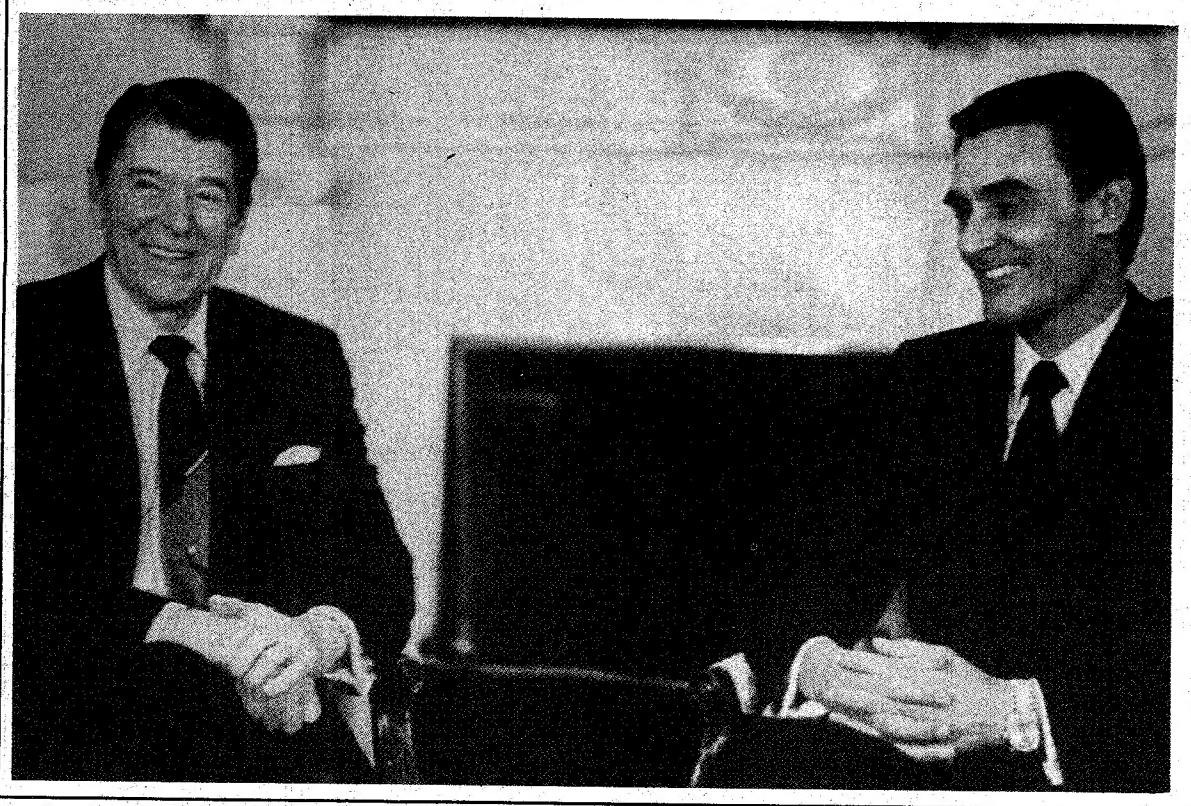
Suplemento de 64 páginas, na nossa edição de amanhã, com todos os filmes editados em vídeocassete em 1987

Diário de Lisboa

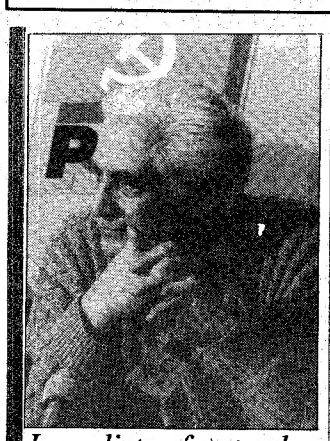
ANO 67 N.º 22 598 Quinta-feira, 25 de Fevereiro de 1988 Preço 50$00

Lajes: para já, cumprir Acordo de 83, depois, rever Tratado de 51

"AMIGO AMERICANO" VAI MESMO PAGAR



O cumprimento do Acordo de 1983 sobre a Base das Lajes, para o que irão decorrer consultas formais com a Administração Reagan, poderá ser o primeiro passo para a revisão do Tratado de 1951. Isto mesmo transparece dos contactos mantidos em Washington pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, entre os quais avulta o encontro ontem com o Presidente Ronald Reagan. «O amigo americano» tem mesmo de pagar, é a mensagem subjacente ao discurso oficial do chefe do Governo e dos membros da sua comitiva, conforme relata a enviada especial do «DL» na pág. 2



Jornalistas frustrados

Cunhal evita questões «quentes»

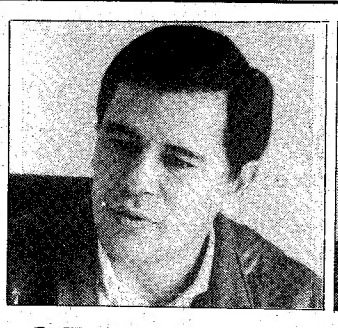
Álvaro Cunhal apresentou-se ontem aos jornalistas, no termo de uma reunião de dois dias do Comité Central do PCP, claramente na defensiva, fugindo às questões mais «quentes» quanto à vida interna do partido que dirige.

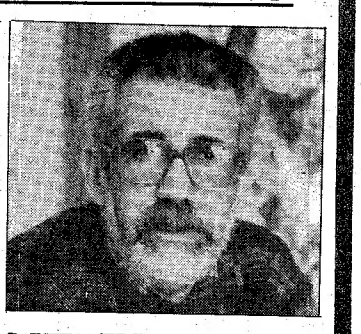
Pág.5

DUAS CENTRAIS SINDICAIS À PROCURA DE «PROGRAMA» PARA TRAVAR GOVERNO

Hoje no «DL» entrevistas com Vítor Hugo Sequeira (UGT) e Manuel Lopes (CGTP)

Págs. 10 e 11





PSD LANÇA OFENSIVA ANTIFREITAS

«Ambicioso, distraído e irresponsável»

Pág.3

Portuguesas com a UNITA

«Apenas me limitei a ouvir»

— diz Mário Soares

Pág.7

O Governo vai pedir consultas sobre as Lajes

A ÚLTIMA CHANCE PARA O "AMIGO AMERICANO"

Aurea Sampaio
Enviado especial

O Governo português vai pedir a abertura formal de consultas mútuas com a Administração dos EUA tendo em vista o cumprimento do acordo de 1983 sobre a utilização das Lajes. Cavaco Silva fez o que muitos não julgavam possível: Bater o pé às pretensões do executivo presidido por Reagan e dar, porventura, o primeiro passo para a revisão do acordo de defesa, assinado entre os dois países, em 1951. Ao «amigo americano» foi agora dada uma última oportunidade.

Encontros em Washington: com George Shultz (NATO em questão) e com Ronald Reagan, a mais importante da série de entrevistas realizadas por Cavaco Silva

Ao tomar esta atitude, o Primeiro-Ministro não faz mais do que utilizar um dispositivo consignado no acordo de 1983, subscrito por Jaime Gama e George Shultz — a chamada cláusula de salvaguarda. Em síntese, esta permite que, caso se verifique desentendimento na interpretação ou implementação das disposições acordadas, qualquer das partes pode pedir consultas entre os dois governos e denunciar o acordo, caso as divergências não sejam sanadas num prazo de 18 meses.

Foi isto que Carlucci tentou evitar no encontro, inesperado, que ao fim da tarde de terça-feira manteve com o Primeiro-Ministro português, de onde saiu muito «incomodado», segundo fontes seguras confidenciaram ao «DL». Mas o certo é que Cavaco não cedeu, e o processo vai mesmo iniciar-se, tudo levando a crer que o seu verdadeiro objectivo seja o total reequacionamento das relações com os Estados Unidos.

Dois objectivos

Com efeito, só assim se entende que o chefe do Governo tenha afirmado textualmente que o recurso à cláusula de salvaguarda «não exclui a hipótese de revisão do Tratado» de 1951. Ao optar por uma posição «firme» face aos EUA, mas «positiva», quanto baste, por admitir ainda que o processo de consultas pode dar alguns frutos, Cavaco Silva pode ter dois objectivos: ganhar tempo e estabelecer pontes de ligação junto de sectores que poderão ter influência na próxima Administração da Casa Branca. Com 18 meses para negociar, a parte portuguesa sabe que o governo de Reagan, acossado em várias frentes, muito dificilmente poderá dar resposta aceitável às suas pretensões. Mas sabe também como, de resto, significativamente, sublinhou Cavaco, que a maioria do Senado e do Congresso não muda com as eleições de Novembro próximo.

Paralelamente, Portugal pode beneficiar de um certo desconcerto da parte dos EUA que vêem agora uma pequena potência, habitualmente dócil, apresentar-se com posições próprias e, ainda por cima, sem utilizar um discurso antiamericano. Assim, enquanto a Administração Reagan deixa de ter quaisquer argumentos perante a opinião pública, Cavaco pode, e bem, chamar a atenção para as dificuldades que a opinião pública portuguesa tem em compreender que divergências, entre o Congresso e o Executivo, impeçam os Estados Unidos de cumprirem os seus compromissos.

E foi isto que o Primeiro-Ministro fez ontem durante a recepção que a Embaixada portuguesa ofereceu à Imprensa, onde se encontravam numerosos jornalistas estrangeiros.

Neste quadro, as consultas mútuas, a iniciar em breve, servirão sobretudo para que Portugal possa ir avançando na defesea do novo modelo de cooperação que pretende redefenir com os EUA. Este período poderá também servir para que o chamado «lobby» português ganhe as primeiras raízes.

Entretanto, toma cada vez mais corpo a ideia de que a decisão do Governo de nomear em embaixador para Telavive possa igualmente ter a ver com a procura de apoios junto do «lobby» judeu, poderosíssimo em Washington.

«Mais dinheiro ... e a pronto»

Ao pretender dar uma outra dimensão às relações «amistosas, frutuosas e produtivas» com este aliado preferencial, Cavaco Silva apresenta como argumentos a dupla condição de Portugal de membro da NATO («onde assume responsabilidades de parte inteira») e da Comunidade Económica Europeia, fóruns privilegiados para a defesa de «interesses comuns», como sejam a preservação do «Mundo ocidental e dos seus valores».

Nesta medida, para o Primeiro-Ministro, já não faz sentido falar apenas de um relacionamento mútuo que tenha por base o simples acordo de «contrapartidas», mas sim num plano de reciprocidade com «ajudas mútuas».

À luz desta doutrina, Portugal pretende que, a partir de agora, as suas «propostas sejam analisadas no quadro do reexame do acordo», donde se depreende que, daqui para a frente, nada será como dantes.

«They want more money, in cash», gritava ontem para Reagan a superstrela do jornalismo televisivo norte-americano após Cavaco Silva ter abandonado a Casa Branca no final da cerimónia em que foram lidas as declarações oficiais. A frase parece tão mais significativa quanto o sr. Donaldson não ouviu o Primeiro-Ministro português no encontro que logo a seguir realizou com os jornalistas portugueses. O «in cash» (pagamento a pronto) poderá significar que, doravante, não será tão fácil ao executivo dos EUA tentar remediar os cortes de verbas pelo Congresso através do envio de material militar ultrapassado ou fixar grande parte dos montantes da ajuda através de empréstimos para bens determinados.

Com efeito, o Governo português enfatiza um certo apelo ao encontro de «soluções imaginativas» nas futuras negociações entre as partes, rejeitando, de algum modo, o papel de pedinte, e insistindo no seu interesse, por exemplo, na criação de «joint-ventures» nos domínios da indústria, do turismo e da inovação tecnológica. «Para ser parte activa na NATO, Portugal precisa de ser economicamente forte», disse ontem Cavaco aos jornalistas estrangeiros presentes na embaixada, para acrescentar que «alguns políticos em Washington não compreendem bem a importância estratégica de Portugal.»

Enfim, o dia de ontem foi bastante frutuoso para o Primeiro-Ministro que, além do encontro e do almoço de trabalho com o presidente Reagan, se avistou com o líder da maioria no Senado, Robert Byrd, com o senador Clairborne Pell, e manteve reuniões com a Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara de Representantes e com a Comissão de Relações Externas do Senado. No Congresso poderá ter sido oficialmente informado da aprovação, na terça-feira, de um orçamento extraordinário de 400 milhões de dólares, verba destinada aos países que possuem bases militares americanas nos seus territórios. A distribuição deste montante ainda não está decidida, até porque requer ainda a aprovação do Senado, mas o assunto ficará resolvido ainda em Março.

África, Médio Oriente e Golfo

Sendo o primeiro líder aliado a conversar com o secretário de Estado, George Shultz — o que aconteceu ontem — após o encontro deste com o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Eduard Shevardnaze, e o último a encontrar-se com o presidente Reagan antes da cimeira da NATO, a realizar no dia 2 de Março, em Bruxelas, Cavaco Silva abordou naturalmente com os dois dirigentes norte-americanos questões relacionadas com a política internacional. Em foco esteve a África Austral, o Médio Oriente e a guerra no Golfo, bem como as conversações sobre a redução de armamento nuclear, às quais Portugal reafirmou o seu apoio. Cavaco Silva expressou a Reagan «o total apoio do Governo português ao presidente Chissano e ao programa de reabilitação da economia que ele está a levar por diante» e ainda aos contactos que se estão a estabelecer entre a Administração dos EUA e o governo angolano «tendo em vista a retirada das tropas cubanas e o caminhar para a paz e o desenvolvimento da região».

Já no fim da noite, na embaixada portuguesa, o Primeiro-Ministro manifestaria, aos jornalistas, a sua decepção pela deficiente informação da opinião pública internacional quanto à presença das tropas sul-africanas em Angola. «O problema nem sequer foi discutido nas Nações Unidas... e no entanto as tropas estão lá», disse.

FREITAS É "DEMAGOGO" "AMBICIOSO", "DISTRAÍDO" "IRRESPONSÁVEL" e "INTELECTUALMENTE DESONESTO"

— *considera o PSD*

«Distraído», «ambicioso», «demagogo», «irresponsável» e praticante da «desonestidade intelectual», foram alguns dos qualificativos endereçados a Freitas do Amaral pelo presidente da comissão distrital de Braga do PSD, Ribeiro da Silva.

Em declarações à Lusa, e em nome do PSD, Ribeiro da Silva reagíu às críticas do presidente do CDS, proferidas há dias no Clube dos Empresários, frisando que ele incorreu em «flagrantes contradições».

«Apenas em seis meses — disse — o Governo apresentou e remeteu à Assembleia a lei de bases da Reforma Fiscal, a lei das privatizações, a lei sobre a alienação dos jornais, a lei da Rádio, o pacote agrícola e colocou à discussão pública a legislação laboral que muito em breve será defintivamente aprovada».

Segundo o dirigente minhoto do PSD, «tudo isto são apenas alguns exemplos das reformas de fundo e não conjunturais que visam modificar estruturalmente o sistema e não apenas geri–lo».

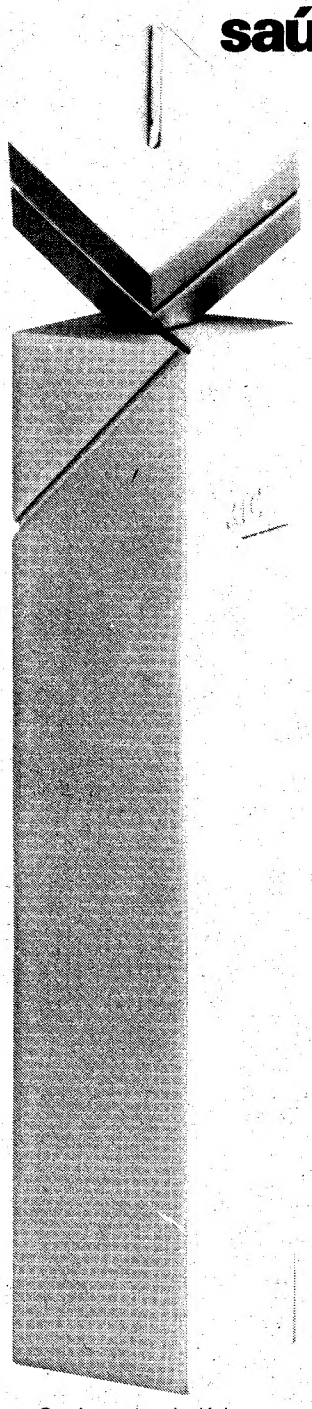
Encarregado pelo PSD de responder às referidas declarações, Ribeiro da Silva considerou que as críticas do líder centrista «mais parece que se situam no campo da desonestidade intelectual» e revelam uma «bizarra forma de fazer oposição» já que «se por um lado acusa o Governo de nada fazer, por outro diz que o Executivo é intransigente e não dialoga antes de tomar decisões».

O dirigente do PSD acrescentou que Freitas esquece «ou omite propositadamente, o que também é grave, que grande parte da agitação social que afecta os portugueses é fruto de o Governo estar a transformar estruturalmente o país, mexendo com privilégios adquiridos e com o sistema criado em 1975».

«Quem como eu — disse ainda — acreditou que Freitas do Amaral fosse um homem de Estado, enganou–se redondamente. A demagogia, a ambição e a irresponsabilidade substituiram–se à responsabilidade, ao senso e ao sentido de Estado».

Prémio RTC

Radiotelevisão Comercial
saúda os triunfadores de 1987



PRÉMIO RTC PARA O MELHOR ANÚNCIO DE TELEVISÃO

Ginásio (30 segundos) para Iogurte Linha Zero
Cliente: Perafita, Lda. / Agência: Cineponto
Produção: Pós-Produção / Realização: José Pedro Andrade

PRÉMIO RTC PARA O MAIOR AUMENTO DE INVESTIMENTO

Em valores absolutos: **McCann-Erickson/Hora**
Em valores relativos (percentagem): **Primeira Linha Publicidade, Lda.**

PRÉMIOS PARA AS CATEGORIAS

CAT. 1 (ALIMENTAÇÃO)

TROFÉU RTC: **Ginásio** (30 segundos) para Iogurte Linha Zero / Cliente: Perafita, Lda. Agência: Cineponto / Produção: Pós-Produção / Realização: José Pedro Andrade.

MENÇÃO HONROSA: **Leite é Juventude / Ginásio** (30 segundos) para leite / Cliente: Fenelac / Concorrente: Câmara 2000 / Produção: Câmara 2000 / Realização: Miguel Herrera.

CAT. 2 (BEBIDAS)

TROFÉU RTC: **Água de Castelo** (30 segundos) para água mineral / Cliente: Sociedade das Águas Pisões Moura SARL / Agência: Antena BBDO / Produção: Shots / Realização: Sidónio Lobato Fernandes.

MENÇÃO HONROSA: **TAP DANCE** (20 segundos) para cerveja Carlsberg / Cliente: Sociedade Central de Cervejas / Agência: Ciesa-NCK / Produção: Shots / Realização: Sidónio Lobato Fernandes.

CAT. 3 (VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS)

TROFÉU RTC: **Viagem** (30 segundos) para malas Modarte / Cliente: Manuel Oliveira Duarte, Lda. / Agência: Cineponto / Produção: Pós-Produção / Realização: José Pedro Andrade.

MENÇÃO HONROSA: **Óculos Sáfilo** (15 segundos) para óculos / Cliente: A. J. Borges,Lda./ Concorrente: Francisco Saalfeld / Produção: Francisco Saalfeld/ Realização: Francisco Saalfeld.

CAT. 4 (EQUIPAMENTO E CONSERVAÇÃO DA CASA)

TROFÉU RTC: **Geminadas** (30 segundos) para tintas Tartaruga / Cliente: Robbialac / Agência: McCann Erickson / Hora / Produção: Panorâmica 35 / Realização: João Rapazote.

MENÇÃO HONROSA: **Super Cola 3** (20 segundos) para cola/ Cliente: F.Lima/ Agência: Boom & Bates/ Produção: Metragem / Realização: Paulo Gardete.

CAT. 5 (CUIDADOS PESSOAIS E HIGIENE)

TROFÉU RTC: **Halterofilista** (30 segundos) para carrinhos de bebé / Cliente / Bébècar / Agência: J. Walter Thompson / Produção: Blow Up / Realïzação: Figueiredo Nunes.

MENÇÃO HONROSA: **Memories** (30 segundos) para desodorizantes Impulse / Cliente: Lever / Agência: Lintas / Produção: Ânima / Realização: Max Sachs.

CAT. 6 (CULTURA E TEMPOS LIVRES)

TROFÉU RTC: **Arlequim** (120 segundos) para equipamento de escritório / Cliente: Rank Xerox / Concorrente: Panorâmica 35 / Produção: Panorâmica 35 / Realização: João Rapazote.

MENÇÃO HONROSA: (ex-aequo): **Coisas de Açúcar** (20 segundos) para Livros / Cliente: Texto Editora / Agência: J. Walter Thompson / Produção: Blow Up / Realização: Figueiredo Nunes.

Colecção «Geração de 70» (60 segundos) para Livros / Cliente: Círculo de Leitores / Agência: Ciesa NCK / Produção: Nova Imagem / Realização: Norberto Nunes.

CAT. 7 (EQUIPAMENTO E ASSUNTOS SOCIAIS)

TROFÉU RTC: **O Filme** (45 segundos) para Renault 9 / Cliente: Renault Portuguesa / Concorrente: Panorâmica 35 / Produção: Panorâmica 35 / Realização: João Rapazote.

MENÇÃO HONROSA: (ex-aequo): **Ink-Spot** (copos) (20 segundos) para Campanha Antidroga / Cliente: G. P. C. Combate à Droga / Agência: Cinevoz / Produção: Cinevoz, Imágica, RTP / Realização: Antônio Galvão.

O Espectáculo (45 segundos) para Renault Super 5 / Cliente: Renault Portuguesa / Agência: Publicis / Produção: Panorâmica 35 / Realização: João Rapazote.

Os elementos do Júri que apreciaram e distinguiram as produções concorrentes a esta quinta edição do Prémio RTC para o Melhor Anúncio de Televisão, foram convidados pela RTC. A sua composição reproduz, tanto quanto possível, uma amostra da audiência típica da televisão, segundo os critérios habituais (categorias socioprofissionais, idade e sexo). A sua constituição foi a seguinte: **Nisia Ferreira Blanco,** dona de casa, 47 anos; **Julieta de Jesus da Silva Carvalho,** comerciante, 45 anos; **Maria João Romão Gil Monteiro,** escriturária, 40 anos: **Vasco Eugénio Ferreira dos Reis,** Licenciado em Direito, Especialista de Marketing, 45 anos; **Joaquim Afonso Malato de Sousa,** Licenciado em Matemática, Director de Marketing, 41 anos; **Joaquim Leitão,** realizador de cinema, 30 anos; **Susana de Brito Ribeiro Alves Caseiro,** Estudante, 13 anos. Os trabalhos do Júri foram coordenados pelo Gabinete de Informação e Documentação da RTC (GID). Presidiu ao Júri, **Fernando Zagalo Fernandes,** Director de Programação da RTC, embora sem direito a voto.

RTC | Radiotelevisão Comercial Lda

Delegação portuguesa em Genebra recorda:

INDONÉSIA É A ÚNICA RESPONSÁVEL POR 200 MIL MORTOS EM TIMOR-LESTE

A delegação portuguesa na Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra, rebateu ontem, ponto por ponto, a intervenção do delegado indonésio sobre Timor–Leste. Ana Gomes, da representação portuguesa, sublinhou que os casos de violação dos direitos humanos naquele território, invocados na sua primeira intervenção, são uma pequena parcela das alegações de que o Governo de Lisboa tem conhecimento.

O delegado indonésio, embaixador Poedji Koentarso, negara os factos invocados pela delegação lusa, responsabilizara o Governo português pelo «reino de terror provocado pela Fretilin» em 1975, lamentara que Lisboa tivesse mencionado na sua resposta uma carta de senadores dos EUA e ignorasse uma resposta da Secretaria de Estado norte–americano. Finalmente, Koentarso dissera que o seu Governo não se opõe a visitas a Timor–Leste desde que os visitantes sejam «pessoas respeitáveis e dêm razoáveis garantias de que farão uma observação honesta da situação que ali permanece».

Na resposta, Ana Gomes lembrou também a indisponibilidade de Jacarta em cooperar com o grupo de trabalho sobre timorenses desaparecidos e, quanto à resposta da Secretaria de Estado de Washington, afirmou ser muito mais concludente o relatório do Governo dos EUA de Fevereiro de 1987 sobre violações de direitos humanos no mundo que documenta, em 12 páginas dedicadas à Indonésia e a Timor–Leste, casos eloquentes de «assassinatos políticos, desaparecimentos, tortura, prisões arbitárias, censura e violação da vida privada».

Sobre as visitas de personalidades ou organizações humanitárias a Timor–Leste, a representante portuguesa lembrou o facto de o próprio delegado indonésio citar critérios de selecção, concluín-do que o acesso à antiga colónia lusa não é livre.

Ana Gomes perguntou ainda, a propósito da alegada normalidade no território, porque razão teme a Indonésia a visita de observadores independentes e, sobre a situação em 1975, recordou que Portugal concretizou a descolonização em todos os territórios, com excepção de Timor devido à intervenção militar de Jacarta.

A delegada portuguesa concluíu afirmando que as responsabilidades do nosso país em Timor–Leste nunca poderão de servir de desculpa para a morte de 200 mil timorenses causada pela Indonésia, repetidamente condenada, pelo facto, em resoluções das Nações Unidas.

NOTARIADO PORTUGUÊS
DÉCIMO QUARTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

RUA DA VITÓRIA, 94-1.º

NOTÁRIO: Lic. MANUEL GONÇALVES PEREIRA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 31 de Dezembro de 1987, exarada de folhas 42 verso a folhas 44 verso do livro dois-J, deste Cartório, foi estabelecido um contrato de sociedade anónima, a qual se regerá pelos estatutos constantes da respectiva fotocópia que se compõe de cinco folhas e vai conforme ao original na parte reproduzida, nada havendo na dita escritura que amplie, restrinja ou condicione, quanto se reproduz ou narra.

Lisboa e referido Décimo Quarto Cartório Notarial, aos treze de Janeiro de mil novecentos e oitenta e oito.

O AJUDANTE

Assinatura ilegível

CAPÍTULO I
ART.º 1.º

ENERTEL — CONDUTORES ELÉCTRICOS, S.A., é uma sociedade anónima, criada por tempo indeterminado que se rege pelos presentes estatutos e pelos preceitos legais aplicáveis.

ART.º 2.º

Tem a sua sede na Rua Bartolomeu Dias, número vinte e um/vinte e três, freguesia de Santa Maria de Belém, em Lisboa.

ART.º 3.º

O objecto social é a produção e comercilização de cabos eléctricos, importação e exportação.

CAPÍTULO II
ART.º 4.º

1. O capital social é de cento e cinquenta e três milhões de escudos, integralmente subscrito, sendo cento e cinquenta milhões em espécie, já integralmente realizado e três milhões em dinheiro, dos quais apenas está realizado um milhão de escudos, sendo o restante a realizar no prazo de noventa dias a contar desta data, divididos em cento e cinquenta e três mil acções, no valor nominal de mil escudos cada.
2. As acções são nominativas ou ao portador e reciprocamente convertíveis.
3. As acções são representadas por títulos de uma ou mais acções.

ART.º 5.º

O Conselho de Administração poderá elevar o capital social por uma ou mais vezes até quinhentos milhões de escudos, estabelecendo em cada caso os termos e condições do aumento.

CAPÍTULO III
ART.º 6.º

1. A sociedade poderá emitir obrigações nominativas ou ao portador, nos termos das disposições aplicáveis e nas condições fixadas em Assembleia Geral.
2. Os títulos, provisórios ou definitivos, representativos das obrigações conterão a assinatura do Presidente do Conselho de Administração ou do Administrador Delegado, autenticada pelo selo branco da sociedade.

CAPÍTULO IV
Secção I
DA ASSEMBLEIA GERAL
ART.º 7.º

1. A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas com direito a voto e as suas deliberações, quando tomadas nos termos da lei e dos presentes estatutos, são obrigatórias para todos os accionistas, ainda que ausentes, dissidentes ou incapazes.
2. Os obrigacionistas e os accionistas sem direito a voto não podem assistir às assembleias gerais.

ART.º 8.º

1. Tem direito a voto todo o accionista que reúna cumulativamente as seguintes condições:
a) Seja titular de cem acções pelo menos;
b) Tenha esse número mínimo de acções resgistadas ou faça prova de que as tem em qualquer instituição bancária de crédito, desde o décimo quinto dia anterior ao da reunião da Assembleia Geral.

2. Os accionistas possuidores de menos de cem acções poderão agrupar-se de forma a completar aquele quantitativo, devendo nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cujo nome será indicado em carta dirigida ao presidente da mesa, com a assinatura de todos, reconhecida, por notário ou pela sociedade e, por aquele recebida até ao momento de dar início à sessão.
3. As acções dos accionistas que pretendem agrupar-se devem encontrar-se nas condições da alínea b) do n.º 1 deste artigo.

ART.º 9.º

A assembleia geral pode ser convocada por publicação ou mediante carta registada.

ART.º 10.º

A mesa da assembleia geral será composta por um presidente e por um secretário.

ART.º 11.º

1. A assembleia geral poderá funcionar, em primeira convocação, quando estejam presentes ou representados accionistas de, pelo menos, cinquenta e cinco por cento do capital.
2. Da convocatória da assembleia geral constará logo uma segunda data de reunião, para a possibilidade da primeira não se concretizar.

Secção II
DA ADMINISTRAÇÃO
ART.º 12.º

1. A administração da sociedade será exercida por um Conselho composto por três ou cinco administradores.
2. A assembleia que eleger o Conselho de Administração designará também o seu Presidente e vice-Presidente e fixará a remuneração dos seus membros.
3. Cabe ao Presidente do conselho de administração convocar e presidir às suas reuniões e distribuir os vários pelouros da administração pelos administradores.
4. Qualquer administrador pode fazer-se representar na reunião por outro elemento do conselho, devendo para o efeito em carta ou telex dirigido ao presidente indicar o seu representante e alegar o seu impedimento.

ART.º 13.º

1. A sociedade obriga-se pela assinatura conjunta de dois elementos do conselho de administração, sendo obrigatória a do Presidente ou a do vice-Presidente.
2. Igualmente se obriga e vincula a sociedade pela assinatura do administrador delegado.
3. Nos actos e documentos de mero expediente a sociedade vincula-se pela assinatura de um administrador.
4. O conselho de administração pode delegar num ou mais administradores a gestão dos negócios correntes da sociedade.

Secção III
DA FISCALIZAÇÃO
ART.º 14.º

A fiscalização de todos os negócios da sociedade incumbirá a um conselho fiscal composto de três membros efectivos e um suplente.

ART.º 15.º

Para o conselho fiscal deliberar validamente é indispensável a presença da maioria dos seus membros, devendo as deliberações ser tomadas à pluralidade dos votos presentes, tendo o presidente voto de qualidade.

Secção IV
DISPOSIÇÕES COMUNS
ART.º 16.º

É de três anos a duração do mandato dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

CAPÍTULO V
DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS
ART.º 17.º

Os lucros apurados em cada exercício, depois de feitas as provisões tecnicamente aconselháveis e depois de deduzida a percentagem legalmente indicada para constituir o fundo de reserva legal, enquanto não estiver realizado, será aplicado conforme deliberação da assembleia geral.

«DL» 25/2/1988

ALSIGE — ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, L.DA

Certifico que, por escritura de 25 de Novembro do ano em curso, exarada de fl. 7 v.º a fl. 9 do livro de notas para escrituras diversas n.º 110-F do 6.º Cartório Notarial de Lisboa, foi constituída a sociedade comercial por quotas com a denominação em epígrafe entre Maria de Lourdes Rodrigues Coelho da Silva, Júlio António Coelho e Silva e José Manuel Almeida da Silva, a qual se rege nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de ALSIGE — Organização e Gestão, L.da, e tem a sua sede na Praceta de Fernando Pessoa, 3, 4.º, esquerdo, freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras.

ARTIGO 2.º

A sede da sociedade poderá ser transferida por deliberação da assembleia geral.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto estudos económicos, serviços de organização e gestão, auditorias, serviços de contabilidade, verificação de contas e escrituração comercial, serviços de pessoal, financeiros e fiscais e, em geral, todo e qualquer serviço de apoio administrativo necessário às empresas.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado, em dinheiro, é de 400 000$, dividido em três quotas: uma do valor nominal de 200 000$, pertencente à sócia Maria de Lourdes Rodrigues Coelho da Silva; outra de 160 000$, pertencente ao sócio Júlio António Coelho e Silva, e outra de 40 000$, pertencente ao sócio José Manuel Almeida da Silva.

ARTIGO 5.º

A cessão, total ou parcial de quotas, dependerá sempre do consentimento da sociedade.

ARTIGO 6.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, no montante e condições que forem estipulados em assembleia geral.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade, com dispensa de caução, fica a cargo de todos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes.

§ 1.º A sociedade ficará obrigada e representada com a assinatura e intervenção de dois gerentes.

§ 2.º A gerência da sociedade será remunerada ou não, conforme vier a ser deliberado pelos sócios e poderá consistir em participações nos lucros, se assim vier a ser definido.

§ 3.º A sociedade poderá constituir procuradores para a prática de determinados actos e os gerentes poderão delegar entre si os respectivos poderes para determinados negócios.

ARTIGO 8.º

É vedado aos gerentes e procuradores obrigar a sociedade em actos ou documentos estranhos ao seu objecto social, tais como fianças, abonações, letras de favor, avales, cauções e outros semelhantes.

ARTIGO 9.º

Salvo o motivo de justa causa, a deliberação de destituição dos gerentes só é válida com a maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social.

ARTIGO 10.º

As reuniões das assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas com aviso de recepção, enviadas com a antecedência mínima de quinze dias.

Vai conforme o original.

6.º Cartório Notarial de Lisboa, 22 de Dezembro de 1987

O AJUDANTE,
Ass. *ilegível*

«DL» 25/2/1988

TRIBUNAL JUDICIAL DE SESIMBRA

A N Ú N C I O

CP n.º 358/88 — 2.ª Secção

No dia 15 de Março de 1988, pelas 15 horas, neste tribunal, nos autos de carta precatória, extraídos da execução sumária n.º 155/85, 2.ª Secção, 2.º Juízo do TJ de Torres Vedras que o exequente Luís Manuel dos Santos Rodrigues move contra a executada LOURENÇO & PIEDADE, Ld.ª, com sede na Almoinha — Sesimbra, hão-de ser postos em praça pela primeira vez, para se arrematarem ao maior lanço oferecido, acima do valor indicado no processo, os seguintes bens:

Uma máquina fotocopiadora, marca EP, 310, Minolta, de cor creme, em bom estado de conservação.

Uma máquina de escrever, marca IBM, teclado nacional, de cor beje, eléctrica, em bom estado de conservação.

Uma máquina calculadora, marca Victor 670, de cor beje, em bom estado de conservação.

Existem créditos reclamados.

É fiel depositário dos bens o sr. Sabino Alexandre Lourenço, residente na Almoinha, Sesimbra.

Sesimbra, 11 de Fevereiro de 1988

O JUIZ DE DIREITO,
Jaime Guerreiro Machado Valente

O ESCRIVÃO ADJUNTO,
José Manuel C. Cabaceira

«DL» 25/5/88 — 1.ª pub.

9.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

ANÚNCIO

Pela 1.ª Secção deste 9.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa e nos Autos de Acção Sumária n.º 12 511 em que é Autora SOCIEDADE DE PERFUMARIAS NALLY, Ld.ª sociedade comercial por quotas com sede no Campo Grande n.º 189 em Lisboa e Ré PAPIL — COMÉRCIO DE PAPEL E PRODUTOS ALIMENTARES, Ld.ª, com última sede conhecida na Av.ª 25 de Abril, n.º 35 — Buraca, correm éditos de 30 dias citando a Ré, para no prazo de 10 dias e findo o dos éditos e que se conta da data da segunda e última publicação do anúncio, contestar, querendo, sob pena de ser condenada no pedido, conforme tudo melhor consta no duplicado da petição inicial que se encontra nesta secção ao dispor da Ré, cujo pedido consiste no pagamento à Autora da quantia de 268 288$00 juros e acréscimos legais.

Lisboa, 88/2/19

O Juiz de Direito
José Fernando Assis do Nascimento

O Escrivão Adjunto
Nuno Rodrigues Ferreira

«DL» 25/2/88 — 1.ª Pub.

PCP: CONGRESSO É EM DEZEMBRO COM PROMESSA DE DEMOCRACIA

Não se pode dizer que as relações do PCP com a Comunicação Social são, neste momento, as melhores, e a verdade é que a conferência de Imprensa protagonizada na tarde de ontem, num dos intervalos da reunião do Comité Central na Soeiro Pereira Gomes, por Álvaro Cunhal, decorreu num clima de inequívoca tensão.

De facto, o carismático dirigente comunista apresentou-se perante os jornalistas claramente na defensiva, tendo antecipado o tipo de perguntas que seriam efectivamente de esperar num momento como o que o Partido Comunista Português atravessa. Cunhal começou por endereçar uma declaração aos órgãos de Informação presentes, declaração essa que contrariamente às expectativas — ou talvez não — nenhuma grande novidade incluía. No campo das notícias isto: o XII Congresso foi finalmente agendado, para os dias 1 a 4 de Dezembro; de 9 a 11 de Setembro realizar-se-á a festa do «Avante», em local ainda não indicado; e para Março são as comemorações do 67.º aniversário do partido, com comícios no Campo Pequeno, em Lisboa, e no Palácio de Cristal, no Porto.

Ao longo da sua exposição Álvaro Cunhal torneou habilidosamente qualquer referência mais directa à situação interna do seu partido, preferindo falar do «ascenso da luta e da combatividade da classe operária, dos trabalhadores, dos agricultores, das populações, de intelectuais e quadros técnicos, da juventude, das mulheres, em defesa dos seus direitos e interesses fundamentais e das conquistas democráticas do nosso povo contra a política do Governo».

Foi um discurso de circunstância, obviamente, nestes dias em que se verifica uma séria agudização dos problemas laborais no terreno, como têm sido as greves dos transportes, ou no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social, com ambas as centrais dindicais expressando a sua contrariedade em relação àquela que já é a terceira versão do projecto governamental de alteração das leis laborais.

«Sete meses volvidos sobre a realização das eleições legislativas de 19 de Julho, a situação confirma a correcção da análise do Comité Central dois dias depois das eleições, segundo a qual a política do Governo PSD/Cavaco não só se mostra incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais, como constitui um factor do seu agravamento», disse o líder dos comunistas.

Na sua opinião, que é também a do Comité Central, assistimos hoje a um «conflito insanável entre a política do Governo e os interesses de grande parte dos que nele votaram nas últimas eleições». Sendo assim, entende aquele órgão partidário que «a base de apoio social do Governo reduuz-se rapidamente eé já hoje bastante mais reduzida do que o apoio eleitoral que alcançou em 19 de Julho». O problema evidente da afirmação é poder não ser mais do que apenas uma conjectura, até que de alguma forma a possamos «medir» — mas novas eleições com certeza não estarão para breve.

Seja como for, Cunhal afirmou que o Comité Central havia resolvido que se deveria chamar «todos os militantes e simpatizantes a intensificaram a sua acção e redobrarem de iniciativa», naquilo que poderá vir a ser uma grande ofensiva comunista com várias frentes: nas instituições, nas organizações, movimentos e organismos unitários, na «luta de massas», na «convergência e unidade dos democratas» e no reforço do partido. O propósito parece-nos claro: fazer com que a dinamização militante possa desviar as preocupações centrais dos comunistas do seu próprio umbigo.

O interesse dos jornalistas aumentou quando Álvaro Cunhal se referiu à marcação do Congresso do PCP para Dezembro, justificando o atraso «pela necessidade de análise da evolução da situação nacional e internacional» e «a incerteza quanto ao calendário da revisão da Constituição». Foi precisamente o mote para uma imediata catadupa de perguntas sobre a crise comunista, que Cunhal insiste em afirmar que não existe.

Procurou-se saber da receptividade da direcção comunista quanto a uma democratização do partido com reflexos no funcionamento do congresso e o número um do mais ortodoxo partido comunista europeu limitou-se a ganratir a democracia «em todas as eleições» e a reiterar o que já foi dito: «Atenderemos a todas as opiniões dos militantes.»

Falaram-lhe da «contestação» do grupo dos seis, mas Cunhal, agreste e impaciente, recusou tal terminologia: a seu ver no PC não há oposições mas, e somente, «opiniões» de camaradas. Quiseram saber, os jornalistas, se o Comité Central já havia chegado a alguma conclusão sobre a questão, «quente» (Bernardina Sebastião e Vítor Dias, sentados ao lado de Cunhal, cruzaram dois olhares equívocos quando a pergunta foi feita), de voto secreto: o dirigente maior não disse que sim nem disse que não, mas deu conta da sua ideia: «Poderiam haver maneiras de garantir melhor democratização no congresso: o voto secreto não é nenhum garante. Serão encontradas soluções conforme as situações concretas.»

Às curiosidades mais impertinentes respondia invariavelmente — «temos uma experiência viva de democracia interna», «não há crise, estamos unidos e confiantes», «qualquer documento (mesmo o dos seis) será tido em conta no Congresso». Visivelmente contrariado, Álvaro Cunhal protestou contra os órgãos de Comunicação Social «que só fazem perguntas laterais e não sobre o andamento da reunião do Comité Central».

A verdade é que após um primeiro impulso os profissionais da informação cansaram-se das constantes fintas com que o secretário-geral dos comunistas conseguiu fugir à incomodidade das questões que lhe foram postas e a conferência de Imprensa acabou tão depressa quanto tinha começado, vendo-se algumas expressões de desilusão ou de suave ironia. E todos saíram da sala pensando ainda nalgumas das últimas palavras ditas por Álvaro Cunhal: «O único partido que se opõe à direita segundo os valores de Abril é o PCP.»

REP

«SALÃO S. JOSÉ – CABELEIREIROS Ld.ª»

Certifico que por escritura de vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e oitenta e sete, lavrada de folhas seis verso a folhas oito, do livro de notas para escrituras diversas número noventa e dois L, do Décimo Sétimo Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do Notário Licenciado António Manuel Gonçalves Saldanha, foi constituída entre, Maria Alexandrina Tomé Rodrigues, e Domicilia da Silva Rosa Reis, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, que tem a sua sede na rua Pedro Álvares Cabral lote dois rés-do-chão direito no Bairro de São José em Camarate, freguesia de Camarate concelho de Loures, e que se regerá pelo pacto social constante dos seguintes artigos:

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação «SALÃO S. JOSÉ – CABELEIREIROS Ld.ª», com sede na Rua Pedro Álvares Cabral, lote dois, rés-do-chão, direito, no Bairro de São José, em Camarate, na freguesia de Camarate, no concelho de Loures, e durará por tempo indeterminado a partir desta data.

ARTIGO SEGUNDO

A sociedade tem por objecto salão de cabeleireiro e esteticista.

ARTIGO TERCEIRO

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de QUATROCENTOS MIL ESCUDOS, e corresponde à soma de duas quotas iguais de duzentos mil escudos, pertencendo uma a cada um dos sócios, Maria Alexandrina Tomé Rodrigues e Domicilia da Silva Rosa Reis.

ARTIGO QUARTO

Os sócios podem deliberar que lhes sejam exigidas prestações suplementares até ao montante global de dois milhões de escudos.

ARTIGO QUINTO

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas a favor de estranhos carece do consentimento da sociedade.

ARTIGO SEXTO

A sociedade é administrada e representada por dois ou mais gerentes, que podem ser pessoas nomeadas de entre estranhos à sociedade.

Parágrafo primeiro – Os gerentes ficam dispensados de causão.

Parágrafo segundo – Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

Parágrafo terceiro – Para obrigar a sociedade é necessária a assinatura de dois gerentes.

ARTIGO SÉTIMO

A convocação das Assembleias Gerais deve ser feita por meio de carta registada dirigida a cada um dos sócios e expedida com a antecedência mínima de quinze dias, a não ser que a lei exiga outras formalidades ou estabeleça prazo mais longo.

ARTIGO OITAVO

A sociedade assume as obrigações derivadas de negócios jurídicos, despesas de constituição e aquisição de bens.

Está conforme.

Lisboa e 17.º Cartório Notarial de Lisboa aos 16 de Dezembro de 1987

Escriturário Superior
Maria Helena Lopes Santos Rodrigues

«DL» 25/2/1988

Assembleia: PCP e Governo com pontos comuns

DURA A LINGUAGEM E BRANDOS OS MEIOS PARA COMBATER O TRABALHO INFANTIL

Daniel Reis

Em fins de Março do ano passado, 61 mil jovens de idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos estavam empregados, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, tendo essa população infantil trabalhadora diminuido para 37.600 unidades em 30 de Junho, a fazer fé nos mesmos indicadores.

Esta autêntica chaga social, com predominância no Norte do País, em fábricas de têxteis e calçado, vai ser apreciada na próxima sexta–feira de manhã, na Assembleia da República, quando forem discutidos dois projectos de combate ao trabalho infantil ilegal, um do Partido Comunista e outro do Governo.

Em ambos os casos, a linguagem dos diplomas entretanto divulgados é extremamente dura na caracterização da situação e na condenação de tal prática; mas quer o Partido Comunista quer o Governo são relativamente moderados nos meios propostos para a enfrentar.

Enquanto o Governo apenas prevê o agravamento das multas aos empresários que empreguem mão de obra infantil de idade inferior a 14 anos—desconhecendo–se inclusive até onde vão, quantitativamente, esses agravamentos—o Partido Comunista propõe a criação de uma Comissão Nacional para a Abolição do Trabalho Infantil e só vai além do Governo no seu projecto de diploma porque inclui um pormenorizado leque de incentivos a quem não se serve de mão de obra infantil ilegal ou deixar de a utilizar.

A situação poprtuguesa neste domínio, sendo grave, como reconhecem os dois diplomas em apreço na Assembleia, depois de amanhã, é apenas o prolongamento de uma situação muito mais gravosa a nível mundial e em particular no Terceiro Mundo.

Segundo dados publicados em 1978 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), havia em 1975 em todo o mundo, cerca de 15 milhões de crianças de idade inferior a 15 anos, com a posição de trabalhadores. Isto significa que cerca de 7,5 % da populacão infantil entre os 8 e os 14 anos já trabalhava.

A «afouteza dos empresários»

Sendo de 14 anos a idade legal mínima para se poder exercer em Portugal uma actividade profissional remunerada (Decreto–Lei nº 49.408, de 24 de Novembro de 1969), diz agora o Governo no preâmbulo do seu pedido de autorização legislativa que «numa clara afronta à legalidade e ao sentido ético de colectividade, se verifica a afouteza com que alguns empresários e outras entidades patronais têm recorrido ao trabalho de menores de 14 anos, actuando a problemática que ficou sociológicamente conhecida como a chaga do trabalho infantil».

O próprio Governo reconhece no diploma submetido à Assembleia que sendo as estatísticas elaboradas a partir de dados das empresas empregadoras «certamente estarão subestimados os números indicados, dada a tendência para desenvolver o trabalho infantil em economia oculta ou subterrânea». Acentua, também, a predominância desta «sociológicamente conhecida como a chaga do trabalho infantil» no litoral do Centro e do Norte, com preponderância em sectores como o calçado, as confecções e o vestuário, resultando daí «reflexos negativos e prejuizos para a saúde e o normal desenvolvimento dos menores—afinal, crianças—e distorsões no mercado de emprego».

Quem tem um menor à mão para fazer determinado serviço, e lhe pode pagar pouco, se não tiver escrúpulos não vai contratar um adulto, talvez pelo dobro do salário...

Tudo isto o Governo reconhece na linguagem justificativa do seu pedido de autorização legislativa. Mas que propõe para erradicar a tal «chaga social»?

Tão só agravar as penas de multa actualmente em vigor para as entidades que utilizem o trabalho de menores em trangressão do art. 123º, nº 1 do atrás citado decreto. Os limites do agravamento podem ir até ao dobro se o menor não tiver atingido o termo da escolaridade obrigatória, ou se o trabalho for realizado em condições especialmente perigosas, e para o triplo em caso de reincidência.

Pode dizer–se que é melhor este diploma que nada e que o Governo, ao avançar com medidas de combate ao trabalho infantil, ainda que brandas, ilude as acusações de cumplicidade com aqueles empresários que se servem das crianças para embaratecer o mercado de trabalho e amortecer a capacidade reivindicativa dos seus trabalhadores.

Mas que se trata de soluções menores e inadequadas à mudança radical exigível em campo tão sensível, disso não nos parece haver dúvidas.

Partido Comunista: Comissão e incentivos a quem cumpre

Conhecida a posição que o Governo vai levar à Assembleia depois de amanhã, que propõe o Partido Comunista de diferente ou de mais eficaz para o «combate à exploração do trabalho infantil», epígrafe do seu projecto de Lei?

Em substância, multas aos empresários prevaricadores, uma Comissão Nacional que acompanhe o problema, desencadeie campanhas de informação e estude medidas preventivas e de combate à exploração do trabalho infantil, e Comissões Regionais, junto de cada delegação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com objectivos idênticos de esclarecimento e para actuar mais de perto nas escolas e empresas.

O avanço do projecto do PCP consiste na previsão da concessão de um subsídio aos menores em idade escolar, quando o agregado familiar tiver um rendimento, por capitação mensal, igual ou inferior a dois terços do valor mais elevado do salário mínimo nacional. Isto no pressuposto de que, se muitas crianças trabalham, é porque os seus pais carecem de meios para dispensar um salário, por pequeno que seja, ou para manter os filhos no sistema escolar.

Estão também previstos cursos de formação profissional, mas não longe do enquadramento do universo dos cursos já existentes.

O Partido Comunista avança com o projecto de multas entre 5.000 e 50.000 escudos por cada menor em relação ao qual se verifique a infração, enquanto o Decreto–Lei em vigor estipula aquelas mesmas multas mas por empresa que estiver em falta, independentemente do número de crianças que empregue.

O Governo, no seu pedido de autorização legislativa, não determina o montante do agravamento das multas—informaram–nos que nos trabalhos preparatórios na Assembleia nem sequer um número como exemplo ou como indicador foi adiantado—e limita–se a falar «em agravamento significativo».

Sexta–feira se deverá saber até onde quer ir o ministro do Emprego e da Segurança Social nessa penalização aos empresários que usam o trabalho infantil, como forma de distorcer e embaratecer o preço da mão de obra adulta no mercado de trabalho e assim adquirirem ganhos ilícitos, quiçá fazendo, também, concorrência desleal de preços a quem cumpre a lei.

É hoje discutido o inquérito às OPV´s da SONAE

A Assembleia da República tem no inquérito pedido pelo CDS às sete Operações Públicas de Venda do grupo SONAE o seu prato forte da agenda de hoje, desdobrada por uma sessão matinal e outra de tarde, a partir das 15 horas.

De manhã e com início às dez horas esteve, primeiramente, em causa um projecto de lei do Partido Comunista que visa garantir o direito dos trabalhadores à protecção na doença e, consequentemente, revogar o decreto–regulamentar nº 36/87, de Junho passado.

Há ainda matéria atrasada referente à sessão de terça–feira, pelo que o dia parlamentar promete ser bem recheado e, como está a ser hábito, com prolongamento nocturno. Vai ser votado, nomeadamente, o pedido de ratificação do PCP ao Decreto–Lei que agravou as custas judiciais.

PCP contra emparcelamento e arrendamento rural

João Amaral, deputado do Partido Comunista, anunciou ontem na conferência de líderes, que o seu Grupo Parlamentar vai impugnar as propostas de lei do emparcelamento e do arrendamento rural, alegando inconstitucionalidade.

Em declarações à agência Lusa, aquele deputado considerou «inadmissível» que estas propostas sejam apresentadas à Assembleia da República por via de pedidos de autorização legislativa.

Garantiu também que o Partido Comunista se oporá ao seu agendamento, para discussão a 15 de Março, como pretende o Governo, pois entende que devem ser integradas e discutidas no conjunto das alteracões à legislação rural, também conhecido por «pacote agrícola».

NATO motiva mini-tensão nas relações com Espanha

José Carlos Vieira
Serviço Lusa/«DL»

As relações luso–espanholas, bastante desanuviadas nos últimos meses face à necessidade de uma cobitação diferente no seio da Comunidade Europeia, registaram nos últimos dias um novo estado de mini–tensão, perante o debate da futura participação da Espanha na NATO.

Observadores políticos e diplomáticos nas duas capitais referiram à agência Lusa o facto de declarações de membros do Governo espanhol (ou de fontes oficiais) sobre a posição da Espanha perante a Aliança Atlântica terem merecido desmentidos em Portugal, designamente do prórpio ministro dos Estrangeiros, João de Deus Pinheiro.

Ontem, porém, um porta–voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Madrid viria a reconhecer a incorreção das declarações proferidas pelos responsáveis espanhóis.

Os observadores sublinharam que este «ping–pong» de comentários contraditórios ocorre nas vésperas da visita a Madrid, no final do mês, do ministro português da Defesa, Eurico de Melo, e da cimeira da NATO, em Bruxelas, nos primeiros dias de Março, bem como em simultâneo com a reunião em Lisboa, esta semana, de responsáveis da União Europeia Ocidental (UEO).

O Comité dos Presidentes da Assembleia da UEO manifestou de novo, em Lisboa, o seu apoio à adesão de Portugal à organização de defesa europeia, distanciando claramente o caso português do espanhol.

Em causa está a posição da Espanha quanto à sua futura participação na Aliança Atlântica — de cuja estrutura militar não faz parte —, tendo o Governo de Madrid porposto à NATO uma fórmula de contribuição militar que não implicaria a integração do país na estrutura de comandos aliados.

Ao falar na semana passada perante os líderes parlamentares espanhóis, numa reunião à porta fechada no Congresso, o ministro da Defesa, Narcis Serra, disse que os órgãos directivos da NATO tinham aprovado, «por consenso e praticamente sem debate», a fórmula proposta pela Espanha, conforme referiria mais tarde a agência noticiosa espanhola EFE.

Ao mencionar a unanimidade na aprovação, Narcis Serra estava, naturalmente, a implicar uma votação favorável dos representantes portugueses no Conselho do Atlântico.

Apenas algumas horas depois, em Lisboa, fontes diplomáticas e militares constestaram à Lusa o teor daquelas afirmações, esclarecendo que o Conselho tinha prometido para negociações, que deverão demorar mais de dois anos, as propostas espanholas de clntribuição militar para a Aliança Atlântica.

Adiantaram que as propostas de Madrid, que imediatamente mereceram reservas de Portugal, Grã–Bretanha è Estados Unidos, previam que a Espanha viesse a responsabilizar–se pela defesa de uma área geográfica bastante alargada, incluindo parte do território continental português e zonas marítimas próximas da Madeira e dos Açores.

«Tudo está ainda por negociar, a começar pelo próprio princípio da admissão da colaboração espanhola na defesa comum aliada», diria mesmo um dos informadores, que solicitou o anonimato.

Alguns dias mais tarde, ao apresentar, no Porto, as grandes linhas da política externa portuguesa, o ministro Deus Pinheiro afirmaria que, «não foi aprovada, no seio da NATO, a proposta espanhola de articulação militar».

«Não só esta se revelou demasiado genérica, como, além disso, suscitou, nos termos em que foi apresentada, reservas de fundo a diversos países», adiantou.

E o chefe da diplomacia portuguesa sublinharia: «Do ponto de vista NATO é vantajosa a comparticipação espanhola. Tal, porém, haverá que ser conseguido sem beliscar os interesses de Portugal, até porque, no passado, já se demosntrou que é possível ter uma estratégia defensiva do plano sul da Europa e da costa lesta dos EUA com base — apenas — no triângulo estratégico português».

Na terça–feira, ao ser interpelado acerca das declarações de Deus Pinheiro, o ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Francisco Fernandez Ordonez, rectificou, à agência espanhola Europa Press, o teor das declarações do seu colega da Defesa, dizendo que a Aliança apenas aceitará o conceito geral da contribuição militar.

Este conceito geral, proposto por Madrid, foi apresentado, em 18 de Janeiro último, ao secretário–geral da NATO, Lord Carrington, numa carta entregue pelo representante permanente espanhol na sede da Aliança, embaixador Jaime de Ojeda.

A carta foi mantida secreta até terça–feira, data em que do seu conteúdo foi dado conhecimento aos líderes parlamentares nas Cortes espanholas. Prevê, designadamente, a aceitação espanhola da «responsabilidade de acorrer em defesa dos seus aliados» e uma contsibuição «preferentemente no espaço estratégico de interesse nacional».

Agora, um porta–voz do gabinete de Informação Diplomática do Ministério dos Estrageiros espanhol, admitiu que apenas «está em curso» o processo aberto com a apresentação das propostas da Espanha, e que Lord Carrington convidou os representantes permanentes na Aliança a «acolherem favoravelmente» aquelas, para posterior debate.

A decisão de Madrid de reduzir os efectivos militares dos EUA estacionados em território espanhol e de promover a retirada da ala táctica 401 (caças F-16) da Base de Torrejon de Ardoz, a par da rejeição absoluta do recurso ao armamento nuclear em caso de conflito, parecem ser hoje duas condicionates de peso na apreciação que a NATO e a UEO fazem sobre uma futura participação espanhola.

Ainda no que respeita às relações luso–espanholas, o ministro Deus Pinheiro fez referência, no seu discurso do Porto, aos «novos condicionalismos derivados da inserção da Espanha na NATO e sua eventual ligação autónoma às estruturaa militares».

E, comentando o quadro do relacionamento bilateral em matéria de segurança, acrescentaria: «seria impensável admitir que a Espanha, que durante muito tempo ocupou, no pensamento estratégico português, o lugar de «*inimigo mais plausível*», passasse a ocupar o lugar de «*protector mais plausível*».

Soares sobre visitantes da Jamba

"RECEBI APENAS CIDADÃOS PORTUGUESES NÃO SIGNIFICA QUALQUER JUÍZO DE VALOR"

Augusto Vilela

O Presidente da República, Mário Soares, rejeitou qualquer juízo de valor seu em relação aos problemas angolanos com base no facto de ter recebido uma delegação de cinco portuguesas que se deslocaram á Jamba. Num dos seus habituais encontros com os jornalistas acreditados em Belém, depois de ter sublinhado que a política portuguesa em relação a Angola está definida e «está a correr bem», e que a visita do Presidente José Eduardo dos Santos foi muito importante para o incremento dessas relações, Mário Soares disse que não recebera nenhuma delegação, mas sim um grupo de cidadãs portuguesas que nessa qualidade lhe pediram uma audiência.

Soares com o grupo de mulheres que se deslocou à Jamba

Lembrou aos jornalistas o direito constitucional de representação de qualquer cidadão junto do Chefe do Estado, salientando que faz parte de uma democracia como a nossa o direito de os cidadãos poderem ir onde querem e ter as opiniões que querem.

O Presidente da República deixou claro que apenas se limitara a ouvir as «cinco cidadãs» que se tinham deslocado á Jamba e que «acharam que o Presidente da República deveria ter uma informação das ideias com que ficaram».

Lembrou a propósito que, como delegação, tinha recebido há tempos a Associação de Amizade Portugal–Angola e que, também recentemente, o dr. Alvaro Cunhal, que fez uma viagem por vários países asiáticos, teve a «gentileza» de lhe fazer uma exposição sobre o que viu. «Foi o que aconteceu agora com este grupo de senhoras».

Ainda sobre Angola, Soares revelou que desde a visita do Presidente José Eduardo dos Santos tem com ele mantido um diálogo permanente, através de correspondência e outros contactos. Disse que, naturalmente, está a acompanhar o evoluir da situação em Angola e que «houve uma ofensiva da Africa do Sul que ocupa ilegitimamente uma parte do território angolano».

Refutou qualquer acto como intermediário na questão de Angola, lembrando que, para se ser intermediário, é preciso que as partes interessadas o peçam. «Nunca me ofereceria para isso sem que mo solicitassem e não o fui».

Instabilidade social

A instabilidade social que se vive no País não deixa de se sentir em Belém, onde existe uma informação detalhada sobre todas estas questões, mas o Presidente da República não se pronuncia publicamente sobre elas enquanto os conflitos decorrem.

No que respeita ao chamado pacote laboral os jornalistas foram informados de que nenhuma das suas três versões chegou a Belém e que «nem seria curial que tal acontecesse». Os diplomas são enviados para o Presidente da República apenas quando votados no Parlamento. Soares considera que seria uma intervenção «ilegítima» da sua parte pronunciar–se ante de chegarem esses documentos e pensa que uma das razões porque não têm existido conflitos institucionais se deve ao facto de, pelos conhecimentos que tem dos mecanismos constitucionais se meter bem dentro das suas competências e não as exceder. «Mas exercerei as minhas competências na plenitude quando chegar o momento», sublinha Mário Soares.

Questionado sobre as queixas do Primeiro Ministro de que várias forças políticas e sindicais aproveitam as audiências com o Presidente da República para depois fazerem declarações públicas, Mário Soares disse que era um direito constitucional cada um dizer o que pensa ao Chefe do Estado e que não é só a oposição que o faz. «O Primeiro Ministro também o faz e também faz declarações». Salientou também que a existência de uma maioria facilita muitas coisas «mas numa democracia têm que se respeitar as minorias».

Outra questão colocada ao Chefe do Estado referia–se à promulgação do decreto de dissolução da Camara Municipal de Gondomar. O Presidente da República disse não estar limitado por nenhum prazo. «Ainda não decidi quando o vou fazer. Decidirei, e «se», no momento oportuno». Lembrou entretanto que, para promulgar um diploma não é necessário que concorde com ele. «Um diploma é um instrumento para o executivo governar. Faço um juízo de valor sobre a sua constitucionalidade. Não tenho que estar a entravar a acção do Governo».

O Presidente da República que deu especial ênfase ao seu papel de árbitro na vida política portuguesa. A propósito dos anunciados jantares comemorativos da sua eleição que o PS projecta realizar, Mário Soares disse não estará presenta, não se fará representar nem enviará nenhuma mensagem. Confessou a sua conhecida ligação afectiva ao Partido Socialista, de que foi um dos fundadores, mas sublinhou que a maioria presidencial esgotou–se no dia da sua eleição e remeteu a questão para s palavras de Vítor Constâncio na sua entrevista ao programa «Primeira Página» no qual este dirigente afirmou que no Congresso do PS tinha ficado também demonstrada a ilegitimidade dos que se reclamam do «soarismo».

«Quem quer que se reclame do meu nome para isto ou aquilo dentro do PS está a cometer um abuso», afirmou Mário Soares.

Preocupações

A questão das Lages é outra questão polémica em relação á qual, por razões óbvias de natureza institucional, o Presidente da República se mostra reservado. Disse no entanto aos jornalistas que falou por várias vezes com o Primeiro Ministro sobre esta matéria, falou com Frank Carlucci e que o chefe do executivo, antes de partir para os Estados Unidos falara com ele novamente. Aos jornalistas adiantou apenas que sobre as Lages já tinha tomado posição quando esteve em Washington.

O programa das comemorações dos Descobrimentos portugueses é outra matéria em relação à qual o Presidente da República não esconde alguma apreensão, tendo comunicado já ao ministro da Juventude que quando regressar de Marrocos pretende ter uma conversa com ele sobre essa matéria. Vai também receber a comissão actual dos Descobrimentos para saber o que tencionam fazer e o programa que têm. «Quero ser informado sobre o porquê das situações que surgiram».

Visitas

Mário Soares segue amahã para Marrocos a convite do Rei Hassan. Trata–se de uma visita de carácter privado, contrariamente ao foi referido em alguns meios de comunicação social. O convite não é recente, tendo sido feito pelo soberano marroquino logo a seguir à eleição de Mário Soares.

O Presidente português já conhece Hassan II há bastantes anos e, na qualidade de Primeiro Ministro, já se encontrou com ele. A visita foi combinado com o Governo, que considera as relações com Marrocos uma prioridade importante da política externa portuguesa.

A deslocação só agora se realiza porque Mário Soares decidiu que só iria a Marrocos depois de ter visitado oficialmente a Espanha.

Acompanhado apenas pela mulher, pelo chefe de gabinete e por um ajudante de campo, o Presidente da República estará dois ou três dias com o Rei Hassan II, aproveitando depois para visitar as fortalezas portuguesas da Costa, o Atlas e provavelmente o deserto.

De 25 de Março a 1 de Abril, Mário Soares instalará a Presidência da República na Guarda para a sua quarta experiência daquilo que designou por «Presidência aberta». Visitará principalmente as zonas fronteiriças e os concelhos mais desfavorecidos.

Mário Soares recebeu também um convite do secretário–geral da ONU para falar na assembleia geral daquela organização, no dia 7 de Julho, numa sessão dedicada aos problemas Leste–Oeste e ao desarmamento.

Entretanto Mário Soares vai convocar o Conselho de Estado para o dia 9 de Março próximo, para discutir específicamente o problema de Timor–Leste, que apresenta novos desenvolvimentos e em relação ao qual o Presidente da República sente que, constitucionalmente, tem de intervir de uma maneira muito clara.

Soares falou também da publicação do segundo livro das suas intervenções como Presidente da República e do Prémio que instituiu com o dinheiro recebido do Prémio Schuman. Este ano o prémio, no valor de 500 contos, vai ser atribuido ao melhor aluno universitário nos temas sobre integração europeia.

Mário Soares foi também solicitado para comentar as críticas que lhe fez Freitas do Amaral, relativamente ao facto de não ter contactos frequentes com as Forças Armadas e de não lhes enviar mensagens.

«Andei de submario, passei a barreira do som, andei de blindado, fiz um cruzeiro nas Sagres, visitei todas as escolas militares. Não sei o que possa fazer mais. Naturalmente que não me vou intrometer na vida interna das Forças Armadas e as minhas mensagens não são para as Forças Armadas, são para o País e naturalmente para as Forças Armadas, que dele fazem parte».

Convidado de Jean Daniel

Mário Soares foi esta manhã a personalidade escolhida pelo convidado do programa France Culture, Jean Daniel, com o qual falou durante algum tempo ao telefone. Jean Daniel salientou no programa que Mário Soares era o único presidente com quem tinha boas relações antes e depois da eleição, e recordou a época em que se conheceram bem como o seu exílio em França.

PELAS ESTRADAS DE PORTUGAL

Quem passa por Alcobaça pode lá não voltar...

Com os votos desfavoráveis da APU, a Câmara Municipal de Alcobaça acaba de aplicar os planos de actividade e respectivos orçamentos para o ano em curso, os quais prevêm a aplicação de 275 mil contos para estradas e arruamentos.

Enquanto isto, a Região de Turismo do Centro, com sede na Figueira da Foz, solicitou a «atenção urgente» da Junta Autónoma de Estradas (JAE) para o estado da estrada que liga Coimbra a Figueira da Foz, classificando-a de «calamitoso».

Em ofício dirigido ao presidente da JAE, o presidente daquele organismo, Correia Moniz, afirma que a degradação da via desencoraja os turistas a visitarem aquelas duas cidades, pelo que frisa, «como o turismo constitui um dos sectores com o maior contributo para a economia nacional, mais que a agricultura e as pescas, decorrem da situação das estradas, grandes prejuízos para o sector» de que é localmente responsável. Ao que refere, os troços Coimbra-Géria e Maiorca-Figueira da Foz são os mais carentes de uma intervenção «prática e urgente» por parte da JAE.

Chuvas torrenciais assolaram anteontem a vila açoriana de Santa Cruz, da Graciosa, provocandod prejuízos em casas e arruamentos. A chuvada foi acompanhada de trovoada e de granizo, que em alguns locais chegaram a atingir cerca de 50 centímetros, e tiveram a duração de aproximadamente quatro horas, tendo ainda afectado as ligações telefónicas dentro da ilha e para o exterior. Não se registaram vítimas.

A Brigada de Trânsito da GNR detectou em Elvas um automobilista que conduzia com 1,60 gramas de álcool por litro no sangue, quando o máximo tolerado por lei é de 0,50. A informação foi fornecida ao «DL» pelo oficial de serviço no quartel da Janelas Verdes, tenente António Rosa, que referiu terem ocorridos nas últimas 24 horas nas estradas portuguesas 65 acidentes, com 40 feridos ligeiros e felizmente apenas um morto.

Teresa de Saldanha nas Galinheiras

Por ocasião da passagem do 150.º aniversário do nascimento em Lisboa, de Teresa de Saldanha, fundadora da Congregação Portuguesa das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, e em homenagem e reconhecimento da obra eminentemente social por si legada, a Comissão Municipal de Toponímia deliberou atribuir o seu nome à Rua Particular à Estrada da Póvoa (sítio das Galinheiras), na freguesia da Charnecca.

Na proposta presente à Comissão de Toponímia, subscrita pelo seu presidente, comandante Pinto Machado, sublinha-se, que a Teresa de Saldanha se deve «o lançamento das bases de todas as modernas obras sociais em Portugal», bem como, «a fundação de uma congressão religiosa feminina em meados do séc. XIX, altura em que existia uma manifsta adversidade a este tipo de iniciativas». O seu projecto ainda hoje perdura em 35 comunidades espalhadas pelo mundo.

GALP DINAMIC Gasóleo

Por falta de efectivos policiais

NAO HÁ "POMBINHA" QUE RESISTA EM TODO O DISTRITO DE SETÚBAL

«A anarquia reinante nos centros de diversão nocturna do distrito de Setúbal é a grande responsável pelo aumento do consumo de droga no distrito» — disse ontem o comandante distrital da PSP. Para o coronel Joaquim Ruivo de Oliveira. «O consumo e a posse de droga aumentou em 1987, no distrito de Setúbal, em cem por cento relativamente ao ano de 1986. No entanto, a delinquência juvenil baixou pois a governadora civil, o bispo da diocese e outras entidades têm prestado apoio inestimável na recuperação de jovens», frisou a mesma fonte.

O coronel Ruivo de Oliveira falava na Praça da República, naquela cidade nas cerimónias do 61.º aniversário da criação do Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública, presididas pelo comandante-geral da instituição, general Amílcar Morgado. Ao usar da palavra, o coronel Ruivo de Oliviera disse que «o maior problema da PSP, que no distrito tem 650 elementos, é a falta de efectivos. É urgente que se possa sair desta situação gravosa, em virtude da redução de verbas de contenção de despesas públicas. O distrito de Setúbal precisa em 1990 de três mil agentes para uma actividade bem enquadrada».

Às cerimónias assistiram a governadora civil, Irene Aleixo, o presidente da Associação de Municípios, Ezequiel Filipe, e um representante do bispo, monsenhor Manuel Marques.

Questionado no final da cerimónia, sobre a falta de efectivos, da PSP no distrito, o general Amílcar Morgado, frisou que «os efectivos não têm acompanhado as dificuldades dos comandos distritais pelo que ao longo dos próximos anos, a situação tem de ser corrigida».

Recorde-se, a propósito, que Irene Aleixo, a quem apelidam de «D. Pombinha», personagem da telenovela brasileira «Roque Santeiro», pretendeu recentemente encerrar a partir da meia-noite e da uma hora alguns dos estabelecimentos nocturnos de Setúbal, mas devido á falta de efectivos policiais teve de desistir parcialmente da sua ideia.

Numa cadeia actualmente com 600 presos

Cinco reclusos amotinaram-se em Paços de Ferreira

Cinco reclusos da Cadeia Central do Norte, em Paços de Ferreira, amotinaram-se ontem a seguir à hora do almoço e sequestraram três guardas prisionais, utilizando armas brancas fabricadas a partir de objectos em folha e aço, os reclusos sequestraram os guardas durante algumas horas, reivindicando a sua transferência para outras cadeias.

A intervenção dos restantes guardas prisionais e a acção de diálogo encetada pela direcção do estabelecimento conduziram ao sanar do conflito, com a rendição dos presos amotinados. GNR de Lisboa confirmou que a situação foi «completamente normalizada» e que não foi necessária a intervenção «de qualquer força policial exterior».

Um porta-voz da cadeia confirmou também os acontecimentos, bem como «a total normalização da situação», referindo ainda que apenas cinco reclusos intervieram no motim, continuando os cerca de 600 restantes «totalmente à margem do conflito».

A mesma fonte registou o facto de não ter existido qualquer tipo de violência por parte dos guardas e dos reclusos amotinados.

PSP dos Açores procura sensibilizar a juventude

O Comando da PSP nos Açores anunciou ontem em Ponta Delgada o início de uma campanha de sensibilização em escolas primárias das ilhas de S. Miguel e St.ª Maria denominada «brincar em segurança». A campanha tem como objectivo «dar um melhor conhecimento da Polícia e sua missão à população escolar juvenil através do contacto e do diálogo».

Outro dos objectivos, segundo a PSP, é dar a conhecer algumas regras de segurança «imprescindíveis» em vários domínios, através de exposições e prospectos elucidativos.

A palavra com... José Reis

Governadora, tolos e tolices... uma maioria!

Decorre este início, de um ano novo, sob o signo da frustração e da tolice. Tomos temos o direito a que não nos roubem a paciência. Todos merecemos que não nos inviabilizem a esperança e não nos desviem dos nossos planos de melhor futuro.

Em suma, a qualquer um assiste o direito de, não «chatiando» o próximo, se «chatear» a si próprio como melhor lhe aprouver, gozando ou fingindo que goza a vida, como, e da forma como melhor entender.

Ao poder cabe o direito e o dever de «chatear» o menos possível ilibando-nos de aturar tolices que apenas nos roubam o tempo e a paciência.

O Poder deve viabilizar a esperança e não adiá-la ou frustrá-la.

Um antigo filosofo dizia: «De entre a corja de gatunos, os mais perigosos são os tolos, Roubam-nos o tempo e a paciência.»

A velha máxima, continua nova.

O nosso distrito, que vem tendo carências por todos reconhecidas, é no entanto excedentário em tolices de todo o género.

É claro que nem tudo o que parece é, mas é bem verdade que em política o contrário é que está certo.

—Se a sr.ª governadora civil diz: «posso garantir que não há situações de fome em Setúbal»; esta afirmação é o que parece ou parece ser o que é?

Se não é o que parece, então porque andam dezenas de crianças nesta cidade a pedir todo o dia? Certamente porque há abundantes postos de trabalho...e os agregados familiares vivem muito bem...

—Se Dona Irene afirma: «Este Distrito precisa de trabalhar e não de se divertir.»

Não será mesmo o que parece! Então o divertimento de uns não dá trabalho a outros? Ou será que todos têm o mesmo dom de Dona Irene, que diverte a gente com o seu trabalho!?

—Se S. Exa. a sr.ª governadora civil diz que a decisão de encerrar os estabelecimentos nocturnos é «como uma vacina» contra a droga, o homoossexualismo e a prostituição, não estará a exagerar a dose na terapeutica quue utiliza e nãoo será mesmoo tal o quue parece ser?!

— Se Dona Irene Aleixo, nossa Governadora que tantas e salutares preocupações tem com a nossa juventude, que não se apoquenta com o que se passa com os jovens Formandos da FUNDHOSPUR, que deixaram de ter o costume de ir aos locais agora proibidos por falta de pagamento do seu salário, como classificaremos então este seu costume? Será mesmo o que parece, ou a sua recusa em receber os jovens é mesmo aquilo que parece?

—Se o governo civil «deixa» que se deixe ao «Deus dará» a Academia de Música e Belas Artes Luísa Tody, que bem poderá ser alternativa para muitos jovens que querendo estudar (sem se divertir) pouco a pouco menos Academia têm, como classificar o silêncio?

É ou não o que parece!?

E finalmente:

Se o responsável pelo PS no distrito e simultâneamente deputado lhe solicita uma audiência em 18 de Novembro de 87, e até agora aos costumes disse nada!

É ou não o que parece!?

Fiquemos por aqui, mas quanto a nós uma coisa é certa:

A Maioria «fez perder o Norte a alguns mais débeis» e está maioritariamente a fazer perder o tempo e a paciência!...

Reviravolta no julgamento de D. Branca

JÁ SÃO DOIS OS ARGUIDOS QUE SE RECUSAM A PRESTAR MAIS DECLARAÇÕES

O julgamento da organização de D. Branca conheceu ontem uma reviravolta com a afirmação da «banqueira do povo» de que não desejava continuar a prestar mais declarações. Lembremos que na última sessão Maria Branca dos Santos parecia estar disposta a colaborar com a Justiça e até a beneficiar do estatuto de «arrependida», conforme noticiámos oportunamente. A velha senhora mostrava-se particularmente deprimida, tendo afirmado mesmo: «quando o dinheiro acabou fiquei tão transtornada que até pensei em matar-me, só não o fiz porque a minha amiga Clara me ajudou...»

Mais tarde, também Altino de Sousa, co-arguido do «processo D. Branca», recusou continuar a depor quando o Ministério Público lhe pedia confirmação de aquisições imobiliárias e automóveis no valor de cem mil contos: «confirma ou não que adquiriu em 30 de Março de 1984 quatro pisos em Lisboa no valor de 30 mil contos tendo entregue de uma só vez 10 mil contos em parcelas de 500 mais 400, mais 300, mais...», indagou o representante do Ministério, interrompido pelo defensor do réu, que referiu não ser essa uma matéria constante da pronúncia.

Logo Altino de Sousa, acusado de ser um dos dirigentes da organização de D. Branca, se mostrou agitado: «estou preso há 40 meses. Isto só se passa nos países totalitários e em África», gritou. Já havia admitido, no entanto, que adquirira em Janeiro de 1984 um Mercedes e um Porsche, uma série de andares em Lisboa, um estabelecimento comercial também na capital, um complexo hoteleiro na Nazaré e moradias na Infante D. Henrique e em S. João da Caparica, mas com a justificação de que tais aquisições foram consequência normal das suas funções de agente imobiliário. Na sala cheia de público já haviam soado, porém, exclamações como «ladrão» e «ohs» de espanto.

As explicações não pareceram convincentes para a acusação» disse Altino de Sousa que as aquisições haviam sido feitas na qualidade de mediador por conta da empresa Corbati, de que era sócio com um familiar de D. Branca, Ernesto Cordeiro. Conta o arguido que havia conhecido Maria Branca dos Santos em 1982, quando a velha senhora teve acesso a uma sala das instalações daquela firma «para receber amigos». A juíza Ana Sebastião ainda indagou se «era para tomarem chá», mas o réu foi lacónico: «Só sei que iam falar com a senhora, nunca ouvia as conversas nem falei com nenhum dos que falaram com ela.»

Altino José de Sousa acrescentou «não ter recebido depósitos de ninguém nem ter pago juros», mas aceitou que de facto preenchera «eventualmente, um ou outro documento timbrado que circulavam na firma, o que fazia a pedido de D. Branca». Foi-lhe perguntado se sabia que «eram empréstimos»; respondeu que «em princípio era isso», mas esclareceu: «Nunca fui angariador, nunca recebi qualquer importância.» Depois, calou-se.

Filha de sargento do Exército suicidou-se com a pistola do pai

Uma estudante do 10.º ano da Escola Selecta D. João I, em Lisboa, filha de um sargento-ajudante do Exército, suicidou-se onteontem à tarde com a pistola que estava distribuída ao progenitor, na sua residência na Póvoa de Santo Adrião, Loures.

Paula Alexandre Guerreiro Calado das Neves, de 15 anos, que dizia pretender ser médica psicológica, era uma boa aluna, aparentemente sem problemas, vivia com os pais, e tinha uma irmã mais nova de seis anos, tendo sido encontrada pela mãe com um tiro de pistola 7.65 na cabeça.

Porto põe EDP em tribunal

Câmara quer reaver gestão do Gás e Electricidade

A Câmara Municipal do Porto pretende reaver a gestão dos Serviços Municipalizados do Gás e Electricidade (SMGE), razão pela qual ontem entregou no Tribunal Civil um processo em que requer uma providência cautelar com vista à sua restituição.

Com tal medida o Município portuense pretende recuperar a gestão dos SMGE, perdida desde 28 de Janeiro, quando a exploração daqueles serviços foi transferida por determinação governamental, para a empresa pública EDP.

Desde essa data, a Câmara e a EDP envolveram-se num diferendo que despoletou manifestações de protesto por parte de vários sectores e instituições da cidade, criticando a decisão do Governo.

O requerimento ontem entregue no tribunal compreende 54 artigos e o processo é constituído por 14 documentos.

No processo, o Município alega que a «posse» dada pelo Governo Civil do Porto, no dia 28 de Janeiro, por despacho do secretário de Estado da Energia, à comissão da EDP, «não tem legitimidade».

O Município chefiado por Fernando Cabral fundamenta o recurso no facto de os diplomas legais em que se apoia a EDP para exploração dos Serviços, «não obedecem à celebração de um contrato de concessão».

A Câmara sustenta, também, que «a distribuição da energia eléctrica é feita pelos municípios e estes, por sua vez, podem outorgar essa distribuição ou à EDP ou a uma outra instituição qualquer, sendo para tal necessário haver um contrato de concessão que, neste caso concreto, não existe».

No requerimento, a edilidade alega ainda que os SMGE são património seu desde 20 de Agosto de 1940. Os SMGE substituíram, por despacho governamental, os Serviços de Gás e Electricidade, instituídos em 1920 pela Câmara do Porto.

O Município recorda no requerimento que fez «avultados» investimentos nos Serviços Municipalizados, os quais dispõem actualmente de 1500 quilómetros de rede subterrânea e quatro subestações (Antas, Maia, Monte dos Burgos e Bandeirinha) de transformação de alta, média e baixa tensão, tudo «conseguido à custa dos dinheiros da cidade».

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

CENTRO CULTURAL DE BELÉM
ANÚNCIO DO CONCURSO PARA PROJECTO

O Conselho de Ministros, por Resolução nº 3/88, de 12 de Janeiro, decidiu promover a construção de um Centro Cultural em terreno situado no percurso que estabece a ligação entre o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, em Lisboa.

Assim, torna-se público a abertura do concurso para a elaboração do projecto do Centro Cultural de Belém, em Lisboa, o qual incluirá em resumo, centros de exposições permanentes e temporárias, centro de reuniões, zona de hotelaria e equipamento urbano complementar.

Trata-se de uma acção invulgar entre nós, pelo que se chama a especial atenção dos interessados para o "Regulamento e Programa do Concurso", do qual, a título informativo, se salientam os seguintes aspectos:

1. O Concurso é promovido pela Secretaria de Estado da Cultura, por intermédio do Instituto Português do Património Cultural;

2. A Entidade Organizadora é o:

Gabinete do Centro Cultural de Belém
Instituto Português do Património Cultural
Palácio da Ajuda
1300 Lisboa

a quem deve ser dirigida toda a correspondência referente a este concurso;

3. O concurso decorre em duas fases - ideias e estudo prévio preliminar - destinando-se a 1ª fase à selecção de um mínimo de 3 e um máximo de 6 concorrentes, entre os quais, numa 2ª fase, será escolhido o concorrente que deverá elaborar o projecto;

4. A cada um dos concorrentes classificados na 2ª fase, será atribuída a verba de Esc. 6 000 000$00 (seis milhões de escudos) a título de compensação;

5. A selecção dos concorrentes será feita por um júri constituído por representantes de departamentos do Estado, Câmara Municipal de Lisboa, de associações profissionais de arquitectos e urbanistas, bem assim como por arquitectos de reconhecida qualificação profissional especialmente convidados;

6. É obrigatória a inscrição no concurso, através do preenchimento do Boletim de Inscrição, que deverá dar entrada na Entidade Organizadora até às 17 horas do dia 14 de Março do corrente ano, podendo os concorrentes, durante o mesmo período, apresentar dúvidas sobre o "Regulamento e Programa do Concurso";

7. O calendário do concurso consta do "Regulamento e Programa do Concurso", prevendo-se que a celebração do contrato com o concorrente vencedor tenha lugar no final do corrente ano;

8. O processo de concurso encontra-se patenteado nas instalações da Entidade Organizadora, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas dos dias úteis, durante o período em que está aberta a inscrição para o concurso;

9. A Entidade Organizadora poderá fornecer directamente ou pelo correio, nos cinco dias imediatos à sua solicitação e durante o período de inscrição, exemplares do Boletim de Inscrição e cópias do "Regulamento e Programa do Concurso", mediante o pagamento antecipado em cheque passado à ordem do Instituto Português do Património Cultural da quantia de Esc. 5 000$00 (cinco mil escudos).

Exemplares do "Regulamento" e do Boletim de Inscrição poderão ainda ser consultados e obtidos na Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, Rua António Cardoso, 175, 4100 Porto.

O Presidente,

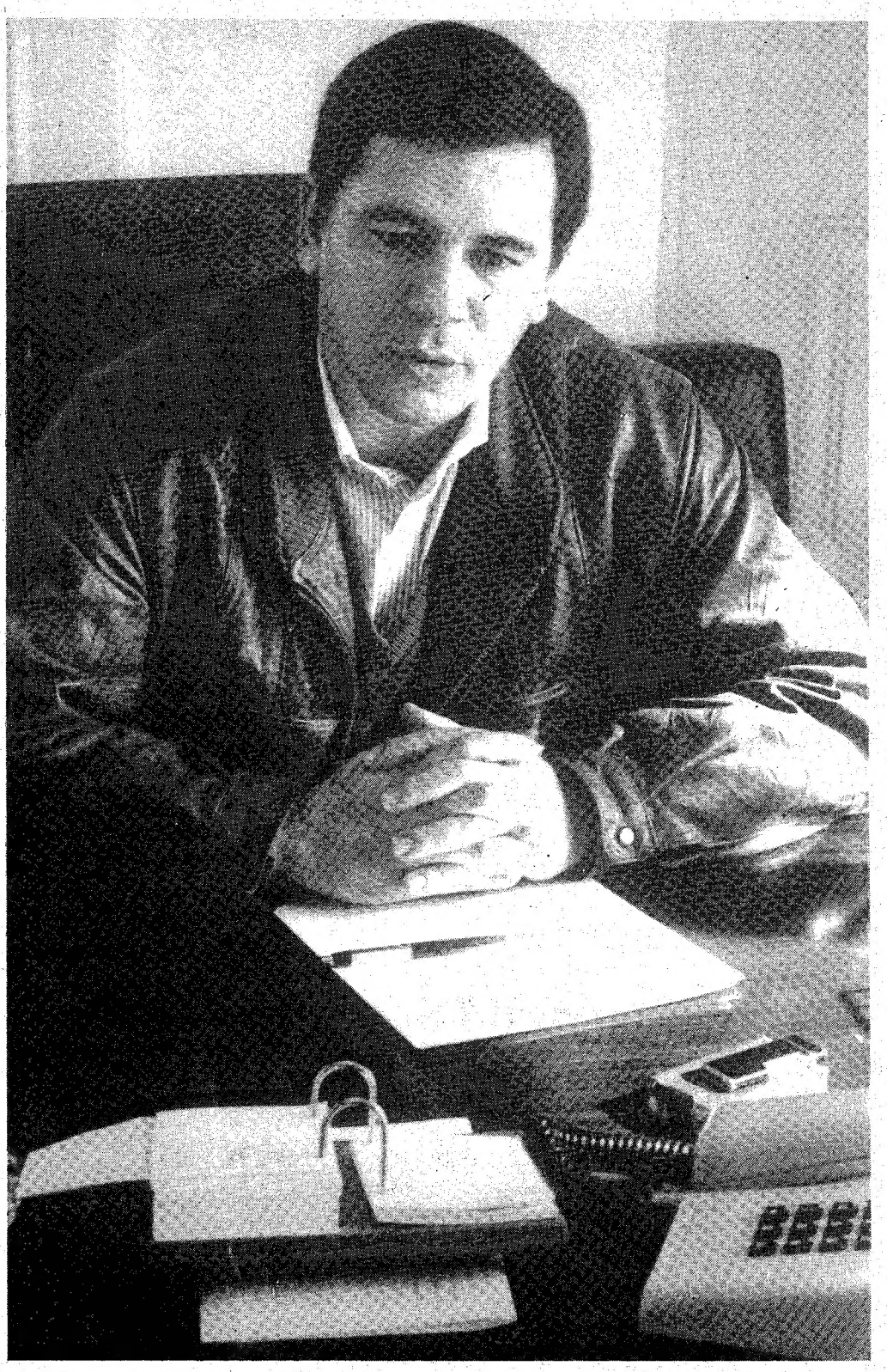
Lisboa, 3 de Fevereiro de 1988

António Ressano Garcia Lamas

Já não se trata de pedir, exigir, a queda de um Governo com maioria suficiente para resistir a pressões nesse sentido. Agora, as duas centrais sindicais tentam, isso sim, encontrar as forças e os meios suficientes para evitar que as leis e procedimentos do actual executivo entrem decisivamente no domínio das conquistas feitas pelos trabalhadores portugueses desde o 25 de Abril. CGTP e UGT, cada uma à sua maneira mas com pontos de encontro que resultam das lutas concretas e diárias, fazem aqui um ponto de situação embora ainda antes dos últimos desenvolvimentos, no que se refere à requisição da Carris e seu termo, da terceira versão do pacote laboral, da agudização no sector dos transportes...

Vítor Hugo Sequeira sobre as ameaças actuais

"A GREVE GERAL É POSSÍVEL"



«A greve geral é possível», disse ao «DL» um dos dirigentes «históricos» da UGT, Vítor Hugo Sequeira, acerca das ameaças que pairam sobre os trabalhadores portugueses. Numa troca de impressões que decorreu antes do Primeiro-Ministro ter remetido àquela Central Sindical uma segunda versão do «projecto governamental de legislação laboral», nada ou praticamente nada se alterou. Mantêm-se, de resto, os pressupostos que determinaram a aprovação de uma proposta de greve geral, por parte da UGT, no seu recente Congresso de Braga. «Aguardamos a reunião, amanhã, do Conselho Nacional da CGTP/Inter», frisou aquele dirigente da UGT.

Vítor Hugo Sequeira negou que a táctica da UGT nesta matéria seja a de anunciar uma greve geral para outros a levarem à prática. «Não corresponde à verdade. É uma proposta aprovada por unanimidade pelo congresso. Não pode ser minimizada, porque foi uma proposta aprovada numa reunião magna, no mais alto órgão da UGT, não o foi no Secretariado Nacional nem no Conselho Geral», acrescenta.

A UGT está aberta a tal forma de luta, muito embora Torres Couto tenha afirmado no final da passada semana que a Central Sindical que lidera não vive preocupada em fazer greves, mas em resolver conflitos. Vítor Hugo Sequeira frisa «estarem criadas todas as condições no tecido social laboral para isso», para a greve. Insurge-se contra a proposta maximalista do Governo quanto à revisão da legislação laboral, vulgo lei dos despedimentos, e acentua «a psicose e o receio que o projecto está a gerar».

Denuncia o seu «carácter imperativo», os «ingredientes» que envolvem o «pacote laboral», o «sentimento de pânico que se vem apoderando de todos», desde o quadro mais qualificado ao trabalhador mais humilde. Segundo ele, «o Governo não está acompanhado pelo seu partido, nesta cruzada». Lembra, a propósito, que os trabalhadores sociais-democratas dos Bancários do Sul aprovaram uma moção de repúdio contra o pacote laboral.

«O mais gravoso de todos os projectos»

«É a quarta tentativa que um Governo avança para alterar a legislação laboral, mas nunca um projecto foi tão gravoso como este», acrescentou Vítor Hugo Sequeira, horas antes da UGT receber uma segunda versão do «projecto governamental de legislação laboral», popularmente designado por «pacote laboral».

— No entanto — contrapôs o redactor do «DL» —, a UGT pensava manifestar-se contra ao «pacote laboral» depois da sua aprovação?

— Não é verdade, porque todo este processo passa por fases, desde o Conselho de Concertação Social à versão final, a ser aprovada em Conselho de Ministros. Depois, há ainda a sua promulgação pelo Presidente da República.

A entrevista foi feita antes de ser conhecida a segunda versão de projecto do Governo, havendo natural expectativa sobre a forma como evoluirá tão transcendente questão que Vítor Hugo Sequeira, em traços gerais, diz que consagraria a «liberalização total dos despedimentos». Provocaria a instabilidade e a precaridade no emprego. Mas não só: perfilar-se-ia como um foco de «permanente conflitualidade», criaria relações abstractas — como a perda de confiança em relação aos quadros —, atentaria contra as próprias organizações de trabalhadores.

Constitucionalidade será suscitada

A UGT tem previstas várias acções, se tal se tornar necessário, para não deixar que vingue qualquer das duas primeiras versões do projecto governamental de legislação laboral.

Uma delas, como disse Vítor Hugo Sequeira ao «DL», é a de «exigir junto do Presidente da República a (in)constitucionalidade do referido diploma, já numa fase complementar e esgotadas todas as outras formas de luta».

Entretanto, aguardará os resultados do Conselho Nacional da CGTP/IN que amanhã se reunirá em Lisboa. «Se não encararem a hipótese de greve geral, a Inter terá que assumir perante a população trabalhadora as consequências dessa sua atitude. Com alguma alternância em decretar formas de luta, tem havido coincidência, tem havido convergência táctica, desde a Carris à CP», sublinha Vítor Hugo Sequeira.

Para este dirigente da UGT, que este ano comemora o seu 10.º aniversário, «é importante que se considere que, do mesmo modo que se bateu contra a unicidade dos trabalhadores, também se bate e baterá pela sua unidade». Vítor Hugo diz mais: «Sob o ponto de vista estratégico haveremos de divergir sempre da CGTP/IN, do projecto que ela consubstancia. Mas no plano táctico estaremos juntos no desenvolvimento da unidade de acção.»

Freitas obriga Cavaco a mudar

Do mesmo modo que não aceitará — e já o recusou — qualquer «operação de cosmética» sobre o «pacote laboral — como o «DL» adiantava na sua edição de sábado —, a UGT também não compreende o maximalismo da proposta do Governo, que tem vindo a massacrar a opinião pública de que a situação económica melhorou, a balança de transacções equilibrou-se, a inflação diminuiu, o investimento aumentou e o desemprego está a baixar (segundo números estatísticos do INE que a Central Sindical contesta liminarmente).

Face a tal «milagre económico» ou a «este conjunto de bons resultados», pergunta Vítor Hugo Sequeira: «Mas se tudo isso foi conseguido com a actual legislação laboral, porquê alterá-la? A pedido de quê ou/e de quem? Em nome de uma reforma tão brutal da sociedade portuguesa?»

Foi neste trecho que, num àparte, Vítor Hugo Sequeira chamou a atenção para a mudança de tom de Cavaco Silva desde que Freitas do Amaral voltou à cena político-partidária.

— A UGT não perdoa isso a este Governo?

«Não é este Governo, melhor dizendo, a composição deste Governo, que está em causa. O que está em causa, isso sim, é a sua prática. Não é quem está no Governo, mas como governa. O documento em causa é um ataque aos trabalhadores», disse Vítor Hugo Sequeira.

«Modernizar não é agravar»

Não se julgue que a UGT não tem ideias sobre tão importante matéria, que determinará o futuro não apenas do trabalho e dos trabalhadores portugueses, mas da sociedade e do País que somos. Tem, de facto, e há já muito que fala em modernização. É Vítor Hugo Sequeira que o afirma: «Não assumimos posições rígidas e imutáveis, e estamos disponíveis para protagonizar a mudança. Mas mudança — acrescenta — que deve ser a resultante do diálogo e da negociação corresponsabilizadoras. Não recusamos a flexibilidade, desde que contratualizada. Eis o que justifica que, para a UGT, a revisão da legislação laboral nunca tenha sido uma questão tabu».

Respeitados os princípios que a UGT transmitiu em tempo útil ao Governo, esta Central Sindical diz-se disponível para assumir as suas próprias responsabilidades «num processo sério e equilibrado de negociação visando a revisão da legislação laboral», desde que se distingam dois tipos de casos:

— a cessação fundada em razões de natureza disciplinar, portanto, ligada ao comportamento e atitudes do tabalhador;

— a cessação fundada em razões de natureza económica ou tecnológica, do interesse da empresa, independentemente do número de trabalhadores abrangidos.

Quanto ao primeiro caso, a UGT considera que a «regulamentação actual é satisfatória» apenas com pequenos ajustes quanto ao período experimental e à simplificação do precedimento disciplinar nas pequenas empresas». No tocante à segunda área, opina a UGT ser «importante clarificar que aí se incluem tanto o despedimenteo de um único trabalhador como os colectivos».

A UGT tem ideias, como acima se diz, e uma proposta. Apresentou-a (o que para Vítor Hugo Sequeira é inédito na historia de relações laborais-sindicais na Europa) ao Governo. Houve quem a acusasse, por isso, de aceitar o despedimento por razões tecnológicas. Aquele dirigente refutou a «atoarda», tal como classificou a afirmação.

Mas vejamos o art.º 9.º da proposta da UGT, com três pontos: — 1) podem constituir motivo lícito de despedimento individual:

a) — a necessidade de extinguir o posto de trabalho, com fundamento económico ou tecnológico; b) inadaptação do trabalhador às modificações tecnológicas operadas no seu posto de trabalho;

2) — No caso previsto na alínea B) do número anterior, a procedência do motivo invocado pelo empregador depende, em especial, da verificação cumulativa das seguintes condições;

a) Ter sido concedido ao trabalhador um período de adaptação às modificações operadas, nunca inferior a três meses;

b) ter sido facultada ao trabalhador a frequência das acções de formação e reciclagem requeridas pelas modificações tecnológicas operadas no posto de trabalho;

3) — Constituem índices de improcedência do motivo invocado pelo empregador;

no caso da alínea a) do n.º 1, o facto de nos seis meses posteriores ao despedimento ser criado na empresa um posto de trabalho idêntico ao que o trabalhador ocupava, não tendo sido concedido a este o direito de preferência

Manuel Lopes (CGTP) faz uma previsão

"OS TRABALHADORES TÊM FORÇA PARA OBRIGAR O GOVERNO A RECUAR"

«Os trabalhadores têm a noção, sentem que têm força suficiente para obrigar este Governo a recuar. Penso que sim, pois há da sua parte um sentimento geral e uma consciência não só de que têm força, mas, mais que isso, de que é preciso fazê-lo recuar» — afirmou Manuel Lopes, um independente da direcção da CGTP/IN, ao «Diário de Lisboa», numa longa entrevista em que o surto grevista esteve, naturalmente, em destaque, mas durante a qual também se abordou a hipótese de greve geral, avançada pela UGT.

O Governo «está a desrespeitar o Governo democrático», segundo aquele responsável da Inter, pelo que é necessário obrigá-lo a recuar. «Eu não acredito que nenhum trabalhador, pelo facto de ser do PSD, esteja de acordo com a legislação laboral ou com este tecto salarial. Aliás, a prática tem-nos demonstrado que assim não é. O que vai acontecer?».

O nosso entrevistado interroga-se e frisa (antes do Governo avançar com uma segunda versão do projecto de legislação à UGT, ao qual a CGTP/IN não teve acesso e por isso desconhece): «O que vai acontecer? Para já, o Governo anunciou algumas operações de cosmética. Claro que nós não nos iludimos. Nós dizemos liminarmente que este pacote não tem no seu normativo, pela sua estrutura, por tudo, não tem ponta por onde se lhe pegue. E, depois, então poderemos considerar a discussão no aspecto global da legislação laboral.»

Acrescenta Manuel Lopes:

«Há leis em Portugal que estão ultrapassadas. A lei dos despedimentos é uma das poucas leis, dentro do contexto laboral português que equilibra um pouco a relação de forças entre o trabalho e o próprio capital. Se esse equilíbrio é alterado a favor do capital, passa a haver um desequilíbrio total na sociedade portuguesa.»

«Governo quer declarar o estado de sítio»

Na óptica da CGTP/IN, a Constituição da República e as leis vigentes devem ser «um ponto de unidade de todos os portugueses». Manuel Lopes diz que a Central Sindical não «pede um desequilíbrio em favor do trabalho». Mas adverte: «se se tenta alterar esse equilíbrio, nós estamos contra. Porque a alteração vem desequilibrar a situação em favor de um sector da vida profissional e nós não concordamos com isso», concluiu.

— Há uma nova figura, pelos vistos, de requisição civil. Onde acha que o Governo quer chegar? — questionámos.

«Parece-nos que o Primeiro-Ministro está disposto a declarar o 'estado de sítio', ou a ameaçar com requisições civis constantes, como já o fez para outros sectores que estão neste momento em luta. Isto é, de facto, um elemento novo e intolerável, que as organizações sindicais, os trabalhadores e a democracia não admitem. Não há motivos que possam justificar a situação de excepção que o Governo decretou para a Carris, onde os serviços mínimos foram assegurados. A requisição civil na Carris foi vetar indevidamente o direito de greve dos trabalhadores dos transportes, porque ali não havia mercadorias que se deteriorassem e que tivessem de ser transportadas. Não havia gado para transportar, que pudesse trazer problemas de saúde pública ou outros... Quando muito, poderia admitir-se que o transporte de deficientes fosse uma situação assegurada. Mas, se se trata de assegurar uma requisição civil e, sob o pretexto de serviços mínimos, se pretende que todos os serviços funcionem, o que se está a fazer é 'cortar' o direito à greve», disse Manuel Lopes.

— Não era difícil estabelecer a fronteira — no caso da Carris e da requisição civil — entre os serviços mínimos e os serviços não mínimos...

Manuel Lopes:

— Isso está perfeitamente definido. Serviços mínimos são os que podem trazer graves prejuízos ao País. O transporte de passageiros é um problema grave, que traz problemas para toda a gente. Mas o Governo tem de atender a isso, quando negoceia nestes sectores. Pelo facto dos transportes serem um serviço social, isso não implica que os trabalhadores desse sector tenham de ser prejudicados em relação aos outros trabalhadores.

— Portanto...

— Estamos perante uma militarização do mundo laboral. É uma atitude contra»??? própria Constituição, violadora da lei da greve e das leis laborais. É uma medida que está a sabotar direitos laborais consagrados no plano internacional, nomeadamente.

«Somos o motor da luta social»

A proposta de greve geral da UGT deverá ser amanhã apreciada pelo Conselho Nacional da CGTP/IN, embora o «DL» não disponha de qualquer dado que o garanta. Mas é previsível. Aliás, o relacionamento CGTP/IN-UGT esteve em foco no diálogo havido com aquele dirigente da «Inter». A muitos observadores, aquela central sindical (UGT) tem funcionado como «grande motor» nas últimas movimentações, ou pelo menos tem sido bastante solicitada.

Manuel Lopes nega que assim seja: «Penso que se está a especular um pouco sobre o assunto. E qual é a questão? Nós temo-lo demonstrado — acrescenta —, porque temos sido, de facto, o motor do andamento da luta social que se trava, conscientes da força das atitudes abrangentes e convergentes de todos os trabalhadores, e temos procurado, por isso, a convergência e a unidade na acção dos trabalhadores.»

«Naturalmente — prosseguiu — que somos uma organização autónoma, uma organização responsável. Eu digo isto, por duas coisas: a nossa forma de estar no movimento sindical é decidir as coisas de acordo com a organização que somos e com a responsabilidade de uma organização madura; que respeita a democracia interna do movimento sindical, que analisa os fenómenos sociais e os fenómenos políticos como fenómenos da sociedade e que tenta responder, sempre e onde violem esses direitos e dos interesses dos trabalhadores. Por isso, não estamos, não colocamos, neste momento, na luta contra o pacote laboral, na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores, na luta pelo regime constitucional, não colocamos de lado, de parte, nenhuma forma de luta. Não há nada que esteja excluído da nossa perspectiva: o que há é o problema de haver ou não haver condições para o fazer.»

Evitar o «roubo» e não pôr trancas...

Haver ou não haver condições para a greve geral: eis a questão. Mas Manuel Lopes vai mais longe e alude a condicionantes, a algumas questões. E cita: «No 'Pacote Laboral', pensamos, primeiro, que todo o esforço tem de ser encaminhado para **antes,** não é para **depois,** isto é, depois de casa roubada, trancas na porta. Em qualquer dos casos, nós estaremos atentos a todos os fenómenos da sociedade portuguesa e, dentro de uma perspectiva em que vejamos que defende os interesses dos trabalhadores, não hesitaremos em uni-los, independentemente dos problemas ideológicos e daquilo que podem ser influências, privilegiando de facto aquilo que os pode unir, convergir e alargar.»

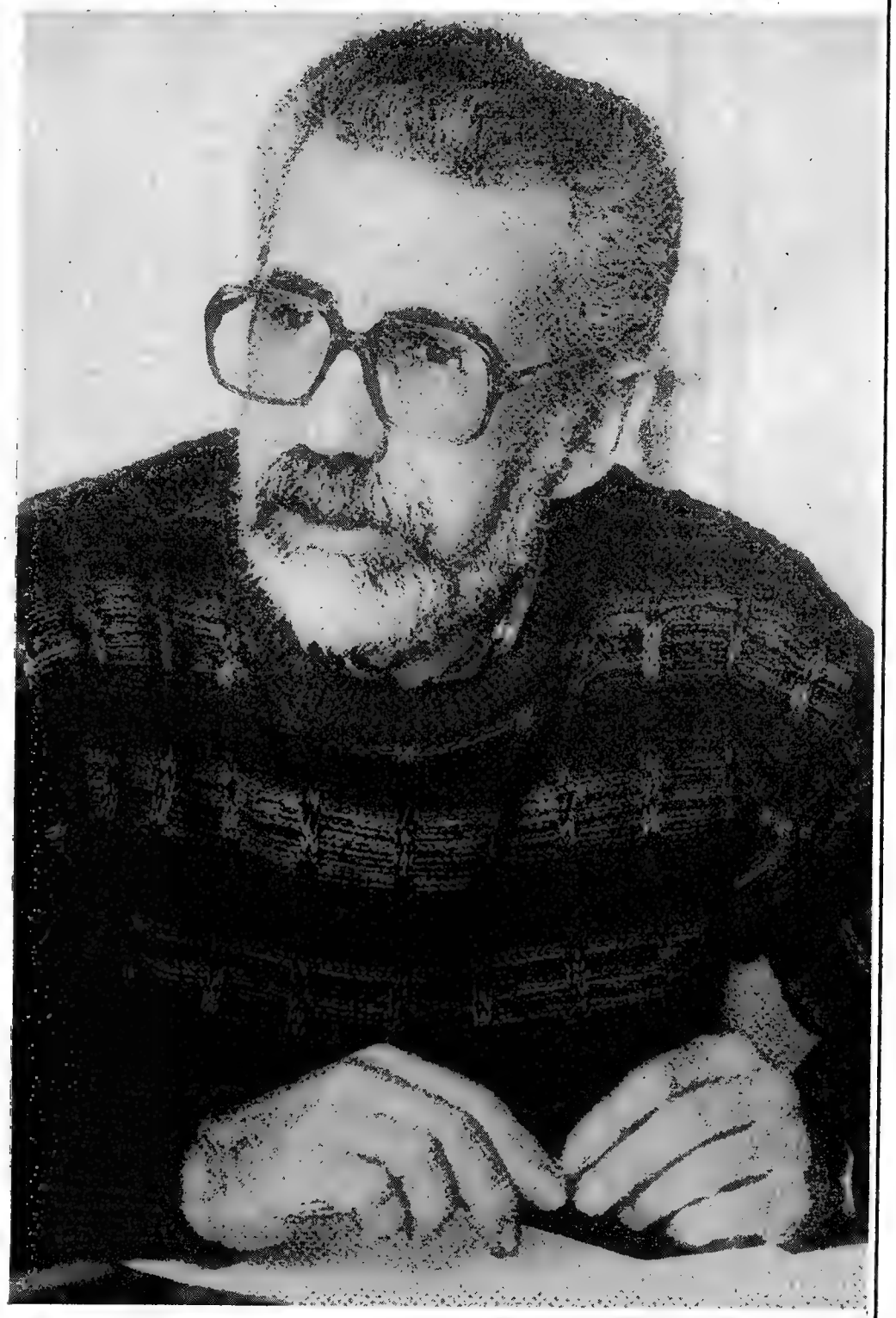
— Inclusive os próprios trabalhadores do PSD...

— Inclusive — replicou — muitos trabalhadores que se assumem como do PSD, que não podem aceitar, em casa, a questão do pacote laboral, e nomeadamente a questão dos salários. Ninguém, de facto, aceita as limitações que estão a ser impostas pelo Governo. É esta, são outras, eu não digo que é estranho, mas é, de facto, um clima de grande ameaça, uma tentativa de grande intimidação; aquilo que o Primeiro-Ministro e o Governo estão a fazer aos trabalhadores.

A resposta dos trabalhadores tem sido enérgica. Manuel Lopes atalha: «Há muita gente que pensa que o 25 de Abril que é uma imagem do passado, que está ultrapassado na mente das pessoas. Mas, na verdade, os valores de Abril são valores inerentes. E esses valores mantêm-se vivos na sociedade portuguesa», acrescentou.

«A greve geral é outra coisa»

Por mais de uma vez ao longo da troca de impressões que tivemos, o problema da greve geral veio à liça. Depois de havermos aflorado, como o nosso interlocutor vincou, «a grande ofensiva que está a ser feita contra os trabalhadores», dos aumentos manifestamente insuficientes que estão a ser propostos e aplicados aos trabalhadores, de também termos aludido ao «pacote laboral», que coloca «uma imensa precaridade no trabalho, nas relações de trabalho».



Mas o surto grevista em curso não tem na sua génese apenas factores de ordem económica. Ou não teve, numa primeira fase. Dois casos emergem, de ordem social e profissional: os CTT e os enfermeiros. Já passaram, outros se perfilam. Tudo isso de permeio com o «pacote laboral» e a hipótese de greve geral, sobre se aguarda que a CGTP/IN tome amanhã posição na reunião do Conselho Nacional.

«Onde é que nós vamos parar com o surto grevista em curso, até onde nos poderá conduzir esta situação, porque parece que se conjuga com um ligeiro decréscimo da chamada popularidade de Cavaco Silva?», pergunta-se aquele dirigente da CGTP/IN. Avisa: «Eu diria que para os trabalhadores, este quadro é, digamos, para muita gente, o acordar de uma situação. Há um choque muito grande quando o Governo mostra a sua verdadeira face. Não temos dúvidas que muitos dos trabalhadores que em 19 de Julho votaram PSD, que votaram na 'estabilidade', votaram convictos que o seu nível de vida ia melhorar, de que iriam ter melhor protecção na saúde e na doença. Mas a realidade — acrescenta Manuel Lopes — é diferente. As pessoas chocam-se com isso. E o que vimos (nova interrogação)? Uma ofensiva e uma tentativa de revisão antecipada da própria Constituição.»

O «pacote laboral» é, segundo a CGTP, um dos muitos exemplos da tentativa de revisão antecipada da Constituição. O rol alonga-se: Reforma Agrária, privatizações (do sector público e da informação), etc.

É nesse quadro que se levanta o problema da greve geral, que a UGT propôs em Braga e de que há memória ainda fresca quanto à última, em que aquela central não participou.

«A greve geral é outra coisa. Quer dizer: as únicas greves gerais que houve em Portugal foram feitas por nós. Eles (alusão à UGT) também na altura falaram em greve geral, mas nós é que acabamos por ir para ela. Foram ambas em 1982, a 12 de Fevereiro e a 11 de Maio...».

Greve geral em breve? «Não excluímos nenhuma forma de luta», afirmou Manuel Lopes ao «DL», adiantando ser um dos pontos (entre outros) do Concelho Nacional da CGTP/IN amanhã.

LEONEL SANTOS & ANTÓNIO GIL, L.DA

Certifico que, por escritura de 16 de Novembro do ano corrente, lavrada de fls. 78 v.º a fl. 81 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 91-L do 17.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado António Manuel Gonçalves Saldanha, na sociedade em epígrafe, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o n.º 5772, com o capital social de 500 000$, com o cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 501698779,e com sede na Rua das Mimosas, bloco 45, casa 5 no Bairro da PETROGAL, na Bobadela, freguesia de São João da Talha, concelho de Loures, o sócio Leonel dos Santos renunciou à gerência da sociedade e foi alterado o pacto social no tocante aos artigos 1.º e 7.º que passaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Leonel Santos & António Gil, L.da, e tem a sua sede e estabelecimento na Rua de Damasceno Monteiro, 3, 1.ª cave, esquerdo, na freguesia dos Anjos, concelho de Lisboa.

ARTIGO 7.º

A gerência, dispensada de caução, fica a cargo do sócio António Gil Soares da Conceição, que desde já fica nomeado gerente, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, sendo necessária e suficiente a assinatura de um gerente para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos.

Está conforme.

17.º Cartório Notarial de Lisboa, 16 de Dezembro de 1987. — A Ajudante, *Maria da Graça Mendes Zuzarte.*

«DL» 25/2/1988

TRIBUNAL TRIBUTÁRIO DE 1.ª INSTÂNCIA DE LISBOA
ARREMATAÇÃO
2.ª Praça

Faz-se público, que pelo 1.º Juízo do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, no dia 2 de Março de 1988, pelas 10 horas, neste Tribunal – Rua Braamcamp, n.º 5-4.º em Lisboa, vão à praça os bens abaixo descritos, penhorados a: TRANSPORTES FERNANDO CARVALHO, Ld.ª, com sede na Calçada dos Barbadinhos, 100 – Lisboa, no processo executivo n.º 4137/82 e Ap.

BENS PENHORADOS

Verba n.º 1 – O direito ao trespasse e arrendamento do armazém amplo e escritório na sub-loja, que serve de sede da firma do executado, com casa de banho, a que se atribui o valor presumível de 500 000$00 (quinhentos mil escudos).

Verba n.º 2 – Três secretárias metálicas com tampo em fórmica, 2 grandes e uma pequena, 3 cadeiras também metálicas, estofadas a napa, 2 estantes metálicas uma grande e uma pequena e uma máquina de escrever marca OLYMPIA, tudo em bom estado de conservação, a que se atribui o valor presumível de 17 500$00.

Verba n.º 3 – Uma balança decimal, fabrico nacional, nova, marca balanças ROMÃO, a que se atribui o valor de 12 500$00.

São citados quaisquer credores incertos ou desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1988

O Juiz de Direito
João Cordeiro Dias

O Escrivão
José Henriques

«DL» 25/2/1988

NOTARIADO PORTUGUÊS
DÉCIMO QUARTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

a cargo do Notário
Lic. MANUEL GONÇALVES PEREIRA

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de trinta de Dezembro de mil novencentos e oitenta e sete, exarada de folhas 29 a folhas 30 do livro 2 J, deste Cartório, foi reforçado o capital da sociedade anónima, denominada «ICB — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BORRACHA, SA», com sede em Lisboa, na Rua Bartolomeu Dias, número vinte e três, matriculada sob o número sessenta e três mil novecentos e trinta e três do livro C-cento e sessenta da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, de DEZ MILHÕES DE ESCUDOS para TREZENTOS MILHÕES DE ESCUDOS, mediante o reforço de duzentos e noventa milhões de escudos, sendo cinco milhões de escudos, em dinheiro, representado por cinco mil acções do valor nominal de mil escudos cada uma, subscrito pelos actuais accionistas e duzentos e oitenta e cinco milhões de escudos representado por duzentos e oitenta e cinco mil acções do valor nominal de mil escudos cada e realizado pela transferência que o accionista Manuel Eugénio Neves dos Santos faz para a sociedade da unidade industrial destinada à exploração de artefactos de borracha instalada nos prédios urbanos sitos na Rua Barlomeu Dias, números vinte e um e vinte e três, em Lisboa, e Rua Elias Garcia, número quatrocentos e dez, Amadora.

Que, em consequência, foi alterado o artigo 4.º do pacto da mesma sociedade, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ART.º 4.º

O capital social é de TREZENTOS MILHÕES DE ESCUDOS, dividido em trezentas mil acções de mil escudos cada uma e está integralmente subscrito e realizado, em dinheiro e nos demais valores constantes da escrita social.

Está conforme ao original, nada havendo na parte omitida que amplie, restrinja ou condicione, quanto se transcreve ou narra.

Lisboa e referido Décimo Quarto Cartório Notarial, aos doze de Janeiro de mil novecentos e oitenta e oito

O AJUDANTE,
Ass. ilegível

«DL» 25/2/1988

TANI

3 anos de eterna saudade de sua irmã e demais família.

SEARCO SOCIEDADE DE ENSINO ARTÍSTICO E COMUNICAÇÃO VISUAL, SA

Sede: Rua de Santiago n.º 18, em Lisboa.
Capital: Um milhão de escudos.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob n.º 45 300, a fls. 2v.º do liv.º C-113.

DÉCIMO SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA A CARGO DA NOTÁRIA LICENCIADA LÍDIA RODRIGUES MAIA DEVESA:

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que se encontra arquivado neste Cartório e registado sob o n.º 45/88 a fls. 45v.º do livro 16 de Registo de documentos e outros instrumentos avulsos que os interessados pretendam arquivar, um INSTRUMENTO DE ACTA, da reunião da assembleia geral extraordinária, realizada em catorze de Janeiro do corrente ano, pelas dezoito horas e trinta minutos, da sociedade anónima de responsabilidade limitada, com a denominação em epígrafe, no qual consta que, a referida sociedade foi dissolvida e dada por liquidada, para todos os efeitos legais, não havendo lugar a partilha, por a sociedade já não ter activo nem passivo, ficando o Sr. Dr. José Manuel Galvão Teles, depositário dos livros, papéis e documentos da dissolvida sociedade para todos os efeitos legais, e para praticar todos os actos necessários de publicação e registo e fazer as participações devidas nas repartições competentes.

Está conforme. Lisboa e Décimo Segundo Cartório Notarial, aos dezassete de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito.

O 3.º Ajudante
Maria Antonieta Cordeiro da Silva Sucena
«DL» 25/2/1988

"MARIA VITÓRIA": OBRAS TRAVADAS ÀS QUATRO RODAS

● ***Henrique Santana: "querem estrangular o teatro popular"***

Espectadores atentos às palavras de Artur Gouveia e Henrique Santana, estiveram na conferência de Imprensa Vasco Morgado e Helder Freire Costa

Tudo começou na triste madrugada de 10 de Maio de 1986: um incêndio reduzia a escombros o Teatro Maria Vitória. Um dia depois, a proprietária do Parque Mayer (Sociedade Avenida Parque) assumia o compromisso de reconstruir aquela casa de espectáculos. Ontem, às 17 horas, as obras pararam, talvez indefinidamente. Porquê? Artur Figueira Gouveia, presidente da Avenida Parque, sem papas na língua:

— Medíocres e corruptos não contem com a nossa ajuda! Estamos fartos de andar de Herodes para Pilatos e todos os Bancos nos negaram a mais pequena ajuda. Ora, como até agora apenas recebemos (da Fidelidade, que se comportou magnificamente) a quantia do seguro (21 500 contos) e tudo o mais, excepto as camionetas camarárias que levaram daqui o entulho, ficou no tinteiro, parámos hoje as obras de reconstrução do teatro.

Conferência de Imprensa, com os jornalistas no palco do Maria Vitória. Meia dúzia de operários arrumam a ferramenta, vão para outras vidas. Artur Gouveia, ao lado de Henrique, (representante dos trabalhadores do MV), faz circular fotocópias de documentos denunciadores de um critério estranho: em toda a Banca consultada, nem um tostão foi adiantado à Avenida Parque para concluir as obras. Nem um só subsídio oficial (a Secretaria de Estado da Cultura só dá 3500 contos se a empresa já tiver os outros 30 mil que são necessários para a sala ficar completamente igual à anterior). Pelo caminho, ficaram portas encerradas: Banco Pinto & Sotto Mayor, Direcção-Geral dos Espectáculos, BESCL, Montepio Geral, Crédito Predial Português, Caixa Geral dos Depósitos. **«Toda a gente nos nega um tostão, embora o Parque Mayer (em 66 anos de funcionamento) nunca tenha visto um cheque devolvido ou dado origem a qualquer problema económico ou jurídico e disponha, em propriedade plena e sem qualquer ónus, de 18 000 m2 de terreno a avalisarem qualquer empréstimo. A obra está orçada (neste momento) em 65 mil contos: fomos até onde pudemos. Agora, chegou a hora da Comunicação Social explicar ao País que, pelos vistos, sem fazermos alguns favores, não conseguimos qualquer apoio. Vamos para uma medida de combate: Se não nos emprestarem o dinheiro é porque alguém se prepara para dar um golpe fatal no Parque... E no verdadeiro teatro português...**

Henrique Santana iria mais longe:

— Querem estrangular o teatro de revista, porque é o único que belisca os governos. A ofensiva é mais que clara! Aqui vinham, em cada ano no, mais espectadores que a todos os outros teatros juntos. E, no entanto, dão-se (de mão beijada) fortunas para filmes que ninguém vê e espectáculos com meia dúzia de pessoas amigas na plateia. Em 40 anos, houve a Censura clara: Agora existe uma força pior. Fecha os teatros, deita-os abaixo, estrangula-lhes a vida.

Um dia destes, o ministro Coimbra Martins disse, na Televisão: temos de fazer a recuperação do teatro popular europeu. Pois é o que se vê...

Vasco Morgado, Hélder Costa (co-empresário do Maria Vitória, à data do incêndio), Raul Solnado, o SIARTE (pela voz de Fernando Macedo) vão movimentar toda a gente conhecida. Mas, será isso suficiente para a sala onde actuaram Chaby e Villaret, Vasco Santana e Teresa Gomes, António Silva e Maria Matos, Costinha e Humberto Madeira voltar a escutar aplausos de uma plateia compacta? Já agora: Que espectáculo fica ao dispor deste Povo para poder comentar os actos da governação? Talvez só Maria Barroso consiga funcionar como gazua numa fechadura estranhamente cerrada com sete cadeados.

Neves de Sousa

Por culpa da Câmara de Lisboa

Catástrofe rondou Vale do Forno

— *acusa Município de Loures*

Vale do Forno é uma povoação de Odivelas que de um dia para o outro saiu do anonimato. Os actos contam-se em poucas linhas, tal como a Câmara de Loures os expôs, salientando as «horas de aflição» que a sua população viveu na segunda-feira. O Município de Loures deita as culpas à edilidade de Lisdboa acerca da «iminente catástrofe» que há quatro dias ameaçou Vale do Forno.

Tudo aconteceu devido às chuvas que caíram na passada segunda-feira, provocando aluimentos de lama e pedra decorrentes da movimentação de terras que o Município de Lisboa está a realizar no local, acusa a Câmara de Loures.

«A Câmara Municipal de Lisboa está a realizar grandes movimentações de terras com vista à instalação de um aterro sanitário», acrescenta em comunicado.

«A actuação do município da capital é, para além de ilegal, totalmente ilegítima, visto não ter estabelecido nenhum contacto com a sua congénere de Loures no sentido de analisar a viabilidade do projecto de instalação do aterro sanitário que prevê para o local», sublinha o Município de Loures.

De acordo com esta autarquia, a própria Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, pela voz do actual titular da pasta, manifestou-se claramente contra a realização dos trabalhos em curso, promovidos pela Câmara de Lisboa, por não estarem garantidas todas as condições de segurança para o projecto.

«Aos moradores do Vale do Forno valeu, na passada segunda-feira, a pronta actuação do pessoal e dos serviços da Junta de Freguesia de Odivelas e da Câmara de Loures, que evitaram maiores prejuízos pela realização dos trabalhos de reconstrução das linhas de água e esgotos», afirma.

O comunicado camarário acrescenta que «deste local foram retiradas em poucas horas mais de 150 toneladas de terras e pedras que ameaçavam obstruir a passagem das águas da intensa chuvada caída».

Para a autarquia, a questão ultrapassa o problema da poluição que se prevê para o local, se o projectado aterro sanitário vier efectivamente a ser instalado. Aliás, há muitas dúvidas sobre o futuro neste caso, trazendo as populações e os seus representantes autárquicos seriamente preocupados, frisa o comunicado da Câmara Municipal de Loures.

Dúvidas, claro, no caso da CML persistir «na sua posição de desrespeito por todas as normas elementares de segurança e se se registarem novos níveis de pluviosidade muito intensos» como os da passada 2.ª-feira, que ameaçaram todo o Vale do Forno com o «perigo de uma catástrofe» — acrescenta a Câmara de Loures.

UGT e CGTP debatem posições a adoptar sobre Pacote Laboral

A UGT reuniu–se ontem com o ministro do Emprego e Segurança Social Silva Peneda, numa «última tentativa de introduzir alterações na versão do projecto de diploma do pacote laboral. Infelizmente não fomos bem sucedidos», afirmou esta manhã ao «DL» Vítor Hugo Sequeira, daquela central sindical.

«O Governo mostrou–se incapaz de ser o fiel da balança nesta questão verdadeiramente nefasta para os trabalhadores», acrescentou o sindicalista, para quem «a balança desequilibrou–se brutalmente a favor das entidades patronais, que neste momento devem estar a esfregar as mãos de contentes».

A reunião foi da iniciativa do ministro do Emprego, que convocou a central sindical. «Mais uma vez recusámos frontalmente a proposta que o Conselho de Ministros irá aprovar hoje. pelo menos, tudo indica que sim. Amanhã já vamos discutir sobre um facto consumado», salientou Vítor Hugo Sequeira referindo–se à reunião de amanhã do Secretariado nacional da UGT.

Fernando Nogueira presidiu à reunião de hoje do Conselho de Ministros, substituindo Cavaco Silva, ausente nos Estados Unidos. Segundo uma fonte oficial, a discussão da última versão do projecto de diploma já estava agendada para hoje desde segunda–feira passada.

«Amanhã vamos resolver que posição adoptaremos. É óbvio que vamos reagir», acrescentou.

Vítor Hugo Sequeira salientou que «a UGT apresentou a sua própria proposta de revisão da legislação laboral, que é substancialmente diferente das versões do Governo. Sobre elas nunca poderia haver qualquer acordo».

Entretanto, a CGTP, que tem o seu Conselho nacional reunido desde manhã, anuncia esta tarde as novas formas de luta, em conferência de Imprensa que antecipou de amanhã para hoje, «dada a importância do momento e o agravamento das extenções socio–laborais».

Torres Couto no American Club

O secretário–geral da UGT, Torres Couto, declarou ontem, no American Club, que a proposta da sua central sindical visando uma coesão social e um desenvolvimento económico que enfrentem a integração na CEE «não tem merecido a mínima das atenções do Governo».

Torres Couto adiantou que vai requerer a discussão da sua proposta no Conselho permanente da Concertação Social, e sublinhou que a UGT orienta a sua actividade por uma atitude simultaneamente realista e inconformista: «realista porque estamos abertos ao compromisso, inconformista porque só aceitaremos o compromisso se este tiver resultados na melhoria das condições de vida dos trabalhadores».

Torres Couto considerou ainda que o esforço de desenvolvimento necessário para a integração plena na Comunidade não dará resultados, «se o diálogo e a negociação forem preteridos em relação a uma filosofia de 'posso, quero e mando'».

Paralisação da "guerra" no porto de Setúbal

A Associação dos Agentes de Navegação e Empresas Portuárias do Sul (ANESUL) responsabiliza o Sindictao dos Estivadores e Barqueiros de Setúbal pela paralisação da actividade verificada naquele porto há 22 dias.

Em comunicado, a ANESUL afirma que «surpreendentemente foi inconclusiva: uma reunião realizada esta semana entre esta associação e os sindicatos, que tinha por objectivo a assinatura de um «acordo social que consubstanciava novas grandes linhas do trabalho portuário em Setúbal».

A ANESUL adianta que o referido acordo viabilizaria a actividade do porto de Setúbal, o que seria «o resultado de várias reuniões com cada um dos sindicatos ao longo de três semanas, que culminaram numa reunião geral realizada desde as 15h00 de sábado até às 7h00 de domingo».

«Efectivamente, o Sindicato dos Estivadores e Barqueiros do Distrito de Setúbal apresentou dois novos pontos absolutamente inaceitáveis, que de imediato inviabilizaram a assinatura do referido acordo» — garante a ANESUL, que adianta:

«Neste contexto, não pode esta associação deixar de lamentar a situação a que se chegou e para a qual não contribuiu minimamente, antes pelo contrário, restando-lhe agora aguardar as medidas já preconizadas pela Secretaria de Estado das Vias de Comunicação, no caso de insucesso destas conversações.»

A greve no porto de Setúbal foi iniciada no dia 3 deste mês por iniciativa do Sindicato dos Descarregadores do Mar e Terra, o que originou a paralisação, também, das actividades dos estivadores e conferentes marítimos.

Estão em risco tratamentos e diagnósticos das doenças

— diz Comissão do "Livro Negro da Saúde"

A restrição das verbas atribuídas este ano ao Hospital de Santa Maria põe «em risco o diagnóstico das doenças, o tratamento e o mínimo de bem-estar», denuncia a comissão do «Livro Negro» da saúde em Portugal.

«Há actualmente doentes cujo diagnóstico não se faz, pois os médicos ficam reduzidos ao olho clínico», refere a comissão que sustenta que as carências são extensivas aos medicamentos.

Em comunicado ontem divulgado, aquela comissão refere que dificuldades existentes no hospital são consequência da restrição de cerca de um milhão de contos» no orçamento do hospital.

«Muitas das análises absolutamente necessárias para o diagnóstico de algumas doenças não são executadas no Hospital de Santa Maria por falta de investimento em pessoal e em material de laboratório», adianta a nota.

Entre as doenças que não podem assim ser diagnosticadas no hospital — «em princípio um hospital de medicina de ponta, universitário, o maior do País», sublinha a comissão —, aquele organismo indica as doenças de sangue e as doenças metabólicas.

Esta situação levava a que muitas análises fossem «enviadas para fazer fora do hospital, pagas por este», medida que — refere a comissão — desde 26 de Janeiro «só excepcionalmente» poderá ser autorizada.

«Isto significa que há actualmente doentes cujo diagnóstico não se faz», refere ainda a nota que acentua que as restrições se fazem também sentir nos medicamentos, «havendo sérias limitações a medicamentos tão importantes como a hormona de crescimento, que veio resolver o problema de muitas crianças com atrasos graves de desenvolvimento».

A ministra da Saúde reduziu o orçamento mínimo, normal, do Hospital de Santa Maria para este ano, em cerca de um milhão de contos, havendo neste momento doentes em que não se faz o diagnóstico — os médicos ficam reduzidos ao «olho clínico» — porque «é preciso poupar» — palavra de ordem que se aceita naquele estabelecimento hospitalar, mas nunca em proporções tão drásticas.

ONDA DE GREVES AINDA SEM SAÍDA

Metalúrgicos estão hoje na rua

Carris e Metro param mesmo

Os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa aprovaram já as datas de 29 deste mês e 4 de Março para paralisarem, numa acção conjunta com os restantes sectores dos transportes e o pré–aviso de greve foi já entregue. No meio laboral os conflitos alastram, com a agência Lusa a cumprir hoje o primeiro de três dias de greve, os metalúrgicos em jornada nacional de luta e os delegados sindicais da EDP a decidirem–se pela greve no dia 9 do próximo mês.

Lusa hoje em greve

Os jornalistas da agência noticiosa Lusa estão paralisados desde as 2 horas de hoje, por um período de 24 horas, devido a reivindicações salarais.

O Sindicato dos Jornalistas apresenta como proposta negociável um aumento de 13 por cento na tabela salarial, argumentando que parte significativa dos jornalistas teve aumentos insignificantes em 1987.

Reclama, ainda, 520 escudos de subsídio de refeição e diuturnidades iguais às que os jornais recebem desde Julho e indexadas ao CCT dos jornalistas, «como sempre tiveram os profissionais da ANOP e NP».

A administração contrapõe uma tabela salarial com aumentos de 6, 6 a 6, 8 por cento, com uma cláusula de correcção se a inflação for superior a oito por cento, 450 escudos de subsídio de refeição e diuturnidades iguais às dos jornais, mas sem indexação futura.

A administração da agência noticiosa afirma que, contando com promoções, subsídios de trabalho nocturno, subsídios de chefia e insenções de horário, dois terços dos jornalistas terão aumentos superiores a nove por cento, excluindo os que cessaram funções de chefia.

Sobre este conflito, direcção de Informação da Lusa comunicou à redacção ser a greve um processo normal de relações laborais, e sublinhou não ser parte nas negociações, pelo que não se substituirá aos serviços em greve, assim como respeitará o direito ao trabalho, mantendo–se ela própria em actividade normal.

A greve, que se repetirá nos dias 2 e 3 de Março, foi aprovada em plenário e ratificada por voto secreto com 75,9 por cento de votos favoráveis.

EDP: delegados sindicais aprovam greve

O plenário de delegados sindicais da EDP aprovou, ontem, uma greve de 24 horas no dia 9 de Março, afirmou um dirigente sindical.

Raúl Guedes, da Federação Sindical das Indústrias Eléctricas, afirmou que a empresa apresentou uma proposta de aumentos de 5,8 por cento e pretende alterar cláusulas já acordadas na negociação da revisão do Acordo de Empresa (AE), que se arrasta desde 1983.

Aquele dirigente sindical declarou ainda que a federação propõe um aumento de 13,5 por cento, negociável.

Siderurgia em jornada de luta

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas promove esta tarde uma jornada nacional de luta, com acções diversificadas por todo o país.

As manifestações programadas vão desde acções de rua a plenários nas empresas, e a concentrações dos trabalhadores de Lisboa e Setúbal frente à residência oficial do Primeiro–Ministro.

A jornada de luta tem como objectivos, entre outros, «exigir o abandono do pacote antilaboral do Governo, repudiar a tentativa de destruir o sector empresarial do Estado e exigir às associações patronais novas posições que conduzam a acordos nas negociações da contratação do sector», afirma a Federação em comunicado.

Entretanto, Oliveira, dirigente sindical do sector da Siderurgia, afirmou ao «DL», a propósito da aplicação aos trabalhadores de aumentos salarais de sete por cento, acordado entre alguns sindicatos e o Conselho de Gerência, que «não é aprimeira vez que o Conselho de Gerência tenta aplicar aumentos como acto de gestão».

Em circular, o Conselho de Gerência, como ontem o «DL» noticiou, afirmava aos trabalhadores que o aumento de sete por cento na tabela salarial iria ser aplicado nos ordenados, mas que os trabalhadores, filiados nos sindicatos não signatários do acordo, poderiam não o aceitar, mediante uma declaração expressa.

Para Oliveira, «seria uma estupidez os trabalhadores recusarem um aumento imposto por acto de gestão. Vão aceitá–lo, mas continuarão a sua luta por valores mais justos».

Recorde–se que as negociações salariais no sector da Siderurgia nacional começaram com a empresa a propor um aumento de zero porcento, que foi aumentando até aos actuais sete por cento, firmados com alguns dos sindicatos envolvidos no processo.

Segundo aquele dirigente sindical, «a Federação apresentou uma proposta de aumento salarial com base na média do que já foi acordado para empresas de outros sectores (10,2 por cento) e os aumentos que os gestores receberam do Estado (10,64 por cento, mas não obteve resposta».

Oliveira afirmou ao «DL» que os trabalhadores «vão continuar a lutar pela continuação das negociações, até conseguirem valores justos».

Carris: sindicatos sofrem prssões

«Só apresentaremos aos trabalhadores a nova proposta da administração, caso a requisição civil seja levantada no tempo limite em que findam os 30 dias. Caso isso não aconteça, a proposta não é sequer apresentada aos trabalhadores para discussão», afirmou esta manhã ao «DL» José Brandão, do Sitra.

Aquele sindicalista afirmou que «estamos a receber pressões de vária ordem e de todos os lados para cedermos, o que não acontecerá».

«O levantamento da requisição civil para nós não se põe apenas num plano sindical e político, mas de direitos universais e democráticos».

Entretanto, a administração da Carris divulgou um comunicado em que afirma que há já uma «plataforma de intenção de acordo estabelecida entre a empresa e os sindicatos da UGT».

A esse propósito, José Brandão afirmou ao «DL» que os sindicatos apenas concordaram, caso a requisição civil fosse levantada, a levar a proposta à apreciação dos trabalhadores, o que «pode resolver o conflito, mas também o pode agravar, pois a nossa posição oficial continua a ser o aumento salarial de nove por cento e a redução do horário de trabalho».

É "IRRISÓRIO" PENSAR QUE O PAÍS ESTÁ NA ERA DAS NOVAS TECNOLOGIAS

O professor universitário José Madureira Pinto, da Faculdade de Economia, do Porto, considerou «irrisório» pensar-se que Portugal se encontra na era das novas tecnologias.

Ao intervir num ciclo de conferências sobre «A especificidade da realidade educativa portuguesa», aquele professor comentou que «não podemos pensar que estamos na era das novas tecnologias e que o país vai passar em dois ou três anos de um estado de efectivo atraso económico para um país que necessita e promove qualificações».

José Madureira Pinto abordou o tema «Escolarização, relações com o trabalho e práticas sociais», sendo o ciclo de conferências uma iniciativa da Faculdade de Psicologia do Porto.

O conferencista afirmou que o País não atingiu «esperado desenvolvimento tecnológico e a grande maioria das empresas nacionais não domina as novas tecnologias, tendo em vista a criação de postos de trabalho para os jovens portugueses escolarizados».

«É ao nível da instituição das qualificações que se revela o efectivo poder de transformação de saber aquando do binómio escolarização/trabalho», referiu aquele docente universitário, para quem há sectores produtivos que dão primordial importância aos títulos escolares.

No entanto, José Madureira Pinto observou que «três cidadãos em cada dez dos activos nacionais estão localizados na agricultura ou na construção civil». O conferencista considerou que tal realidade implica situações graves ao nível da eficiência produtiva e realização profissional dos jovens escolarizados.

José Madureira Pinto defendeu que «não há processos sociais desligados da forma de aprendizagem» e que «a reprodução social tem sempre um efeito de socialização».

«A escola contribui para a reprodução da estrutura de classes, na medida em que esta cristaliza os saberes, os operadores ideológicos, os diplomas e as aspirações», adiantou.

Tendo em conta as estruturas de um País como Portugal, o professor universitário frisou como prioridade na articulação escola / trabalho, as possibilidades efectivas de densenvolvimento do ser humano, nomeadamente a criatividade, realização profissional e eficiência.

Educação de adultos no distrito da Guarda

Os municípios do distrito da Guarda destinaram este ano uma verba global de cerca de 5 mil contos dos seus orçamentos à educação de adultos. Pela primeira vez, autarcas e Direcção-Geral de Apoio e Extensão Educativa decidiram unir-se para combater a elevada taxa de analfabetismo existente no distrito. Encontram-se a funcionar 60 cursos de alfabetização, 16 cursos do ensino preparatório, 23 acções de carácter socioprofissional e 39 acções socioeducativas.

Alargada fase-piloto do Projecto Minerva

Foi alargada por mais um ano a fase-piloto do projecto Minerva para introdução da informática nas escolas. A conclusão fora inicialmente prevista para Junho. A prorrogação do prazo deve-se à reestruturação por que passa actualmente o Ministério da Educação, esclareceu Altamiro Machado, responsável pelo núcleo minhoto do projecto. Numa reunião realizada em Aveiro com a presença de responsáveis pelo projecto, direcções-gerais do ME e institutos especializados, foi deliberado alargar o projecto a todo o País e preconizada a institucionalização das suas ligações com as direcções regionais do ME, a serem activadas em breve.

Alunos do ISCAL: um ano perdido?

Os alunos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, que estão em greve desde o passado dia 2, não compareceram aos exames dos cursos de estudos superiores especializados nem às frequências do bacharelato, que deveriam ter começado no dia 18 passado e terminariam no próximo dia 7.

Esta é mais uma forma de luta decidida em reunião geral de alunos, contra a integração no Ensino Superior Politécnico e pelo diálogo com o Ministério da Educação.

Em carta aberta ao ministro Roberto Carneiro, os alunos lembram que em vez do diálogo que pretenderam estabelecer com a tutela, ao saberem, por um jornal da pretensa integração, o Ministério tem desenvolvido monologoos «em que da parte do autoritariamente e não com autoridade de lhe transmitir o que aconteceu e não diz o que vai acontecer.

Consideram os alunos que essa atitude se deva, talvez, não a má-fé mas a um «conhecimento que se julga informado e completo mas que na realidade é preconceituoso e ignorante».

Os alunos dizem lutar pela transformação da sua escola num «verdadeiro centro de nível superior de ensino, desenvolvimento e investigação de todas as matérias da área da contabilidade, ramo fundamental das ciências empresariais». Acrescentam que tal desenvolvimento só poderá concretizar-se, exclusivamente, a nível universitário.

Afirmam que a contabilidade de que falam não é a que se pratica em grande parte das empresas portuguesas, mas a que por «exigência de desenvolvimento económico, se ensina, se investiga, e se aplica em países desenvolvidos ou que o pretendam ser», e que os ISCA's são as únicas escolas em Portugal que pela sua génese e evolução estão vocacionadas para a nível superior, ensinar e promover o desenvolvimento das matérias contabilísticas, desde que estejam criadas as condições mínimas necessárias.

Frisam os alunos que a criação dos cursos superiores especializados no ISCAL, só podia ter sido entendida «como forma transitória de criação de condições para numa fase seguinte, se instituir a licenciatura». Adiantam que se os ISCA's fossem integrados no Politécnico, «não passaria muito tempo que não surgisse, até por necessidade, a instituição da licenciatura em Contabilidade e Administração de forma implícita ou explícita em estabelecimentos universitários públicos e/ou privados».

Terminam reafirmando que se mantêm abertos ao diálogo para encontrar as soluções mais adequadas.

Depois da lei, antes do alvará

Rádios Locais deverão ser temporariamente silenciadas

As rádios locais protestaram já contra o facto de virem a ser silenciadas logo que for publicada a legislação sobre licenciamento de frequência. Há quem admita, embora remotamente, que isso possa ser evitado, entre a publicação da lei e a concessão de alvarás. A lei é clara: o Governo «tem a faca e o queijo na mão» e não abrirá desta para facilitar a vida a quem não (lhe) ofereça garantias. Por alguma razão baniu da sua proposta o Conselho da Rádio - que o projecto do PRD contemplava — e afastou da Comissão que o substitui, o Sindicato dos Jornalistas.

A Comissão Organizadora das Rádios Locais do Centro veio ontem a público protestar contra a ameaça de silenciamento (por tempo indeterminado), depois de alguns dos seus elementos se terem encontrado terça-feira, com a Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias, na Assembleia da República.

A Lei da Radiodifusão, actualmente em debate no Parlamento, prevê — se não vier a sofrer outras alterações — que o Governo tenha 60 dias, após a sua publicação, para elaborar o decreto-lei sobre licenciamento de frequências.

Logo que seja publicado este decreto-lei — explicou a referida Comissão Organizadora da Zona Centro —, todas as rádios serão encerradas até serem conhecidos os resultados do concurso público para atribuição de frequências.

«Se a lei vier a ser aprovada sob a esta forma — disse Natércia Melo, membro daquela comissão —, será a morte definitiva de muitas Rádios Locais, que não resistirão a um período de inactividade, que a lei nem sequer determina quanto será.»

Natércia Melo esclareceu que as Rádios Locais querem continuar a trabalhar até serem divulgados os resultados do concurso para atribuição de frequências. Só nessa altura — acrescentou — se veria as que receberiam frequência para continuar a emitir e as que teriam de ser encerradas.

Muitas destas rádios — explicou ainda a Comissão — têm compromissos, designadamente o pagamento dos seus colaboradores, que não lhes permitirão resistir a um período de inactividade.

Segundo esta Comissão, há actualmente dois mil jovens a trabalhar nas Rádios Locais da Zona Centro. Algumas delas tem entre 30 a 60 colaboradores.

Miguel Leitão, também da Comissão Organizadora das Rádios Locais da Zona Centro, que afirma representar 80 das 100 Rádios Locais existentes na região, disse que outra das preocupações destas rádios, é a composição do órgão criado para substituir o Conselho da Rádio.

«Foi-nos garantido — disse Miguel Leitão — que, tal como pretendíamos, haverá um concurso público para atribuição de frequências e que previamente será divulgado o respectivo mapa.»

As Rádios Locais da Zona Centro estiveram recentemente reunidas em Mangualde. Estão agora a tentar promover um Encontro de Rádios Locais a nível nacional.

Sindicato também protesta

O Sindicato dos Jornalistas protestou no Parlamento pelo facto de a projectada Lei da Rádio o excluir do organismo que apresentará ao Governo as propostas de atribuição de licenciamento de frequências.

A posição foi assumida pelos dirigentes sindicais dos jornalistas Maria Celina e Sérgio Ferreira Borges em reunião com a subcomissão Parlamentar para a Comunicação Social, que hoje começa a analisar na especialidade a proposta de Lei da Rádio.

Nos termos daquela proposta, a comissãao incumbida de analisar os pedidos de concessão de alvarás incluirá apenas representantes partidários, governamentais e patronais e ainda de duas estações nacionais já licenciadas, a RDP e a Rádio Renascença.

O anterior órgão com aquelas atribuições, denominado Conselho da Rádio, previa a participação do Sindicato dos Jornalistas, dos Sindicatos das Telecomunicações, da Sociedade Portuguesa de Autores e das Associações de Defesa dos Consumidores.

Os sindicalistas abordaram ainda, entre outros assuntos, a questão do regime transitório que vai funcionar para as Rádios Locais já existentes até à primeira produção de efeitos da lei, tendo defendido que não sejam silenciadas.

Segundo os sindicalistas, o presidente da subcomissão, Vieira Mesquita (do PSD), prometeu rever a sua proposta inicial que previa o encerramento de todas as estações não licenciadas logo após a publicação do respectivo Decreto-Lei Regulamentar.

Durante a reunião, os representantes do Sindicato dos Jornalistas informaram os parlamentares das lutas em curso no sector, nomeadamente as previstas greves dos jornalistas da agência Lusa.

A pedido dos deputados, os sindicalitas ficaram de elaborar um memorando sobre os problemas laborais dos jornalistas das empresas públicas, a fim de que a subcomissão possa interpelar o secretário de Estado do sector.

FUNDO DE ARTIGO

Mário Castrim

CARLUCCI — *Venho em nome do meu Governo apresentar a V. Ex.ª as nossas mais calorosas homenagens.*

Ministro — *Tomo nota.*

Car — *Aliás, eu sinto-me um pouco como o rei de Calicut quando prestava vassalagem ao grande Afonso da Gama.*

Min. — *De Albuquerque...*

Car. — *Exacto, Vasco de Albuquerque, eu cá em História nunca fui muito forte. História é coisa que ainda não há no meu país.*

Min. — *Deixemo-nos de conversas. Porquê esta visita relâmpago?*

Car. — *Senhor, tão zangado estais!*

Min. — *Não é caso para isso? Alugámos-lhes a base das Lajes e agora não pagam. Vou ter de intentar uma acção de despejo. E escusa de recorrer à Associação dos Inquilinos Lisbonenses, já o aviso.*

Car. — *Tendes toda a razão. Posso ao menos explicar as nossas razões?*

Min. — *Está bem. Mas depressa que tenho mais que fazer.*

Car. — *O meu país atravessa uma grande crise. O dólar afunda-se, a nossa dívida aumenta, bancos estão a falir, a Bolsa em pânico.*

Min. — *Coitados!*

Car. — *Depois, temos de ajudar outros amigos, aliás amigos comuns combatentes da democracia e da liberdade: os latifundiários do Afeganistão, os «contras» da Nicarágua e da Etiópia. Sem falar do nosso querido amigo Jonas Savimbi.*

Min. — *Tem razão. Combatentes da democracia e da liberdade como nós!*

Car. — *Assim sendo, as nossas reservas monetárias baixaram. Falando em americano puro: estamos nas lonas. Não podemos pagar o aluguer das Lajes. Nós até tínhamos pensado em pedir-vos um empréstimo...*

Min. — *Isso é mais complicado.*

Car. — *Pronto. Então a nossa dívida das Lajes pode considerar-se perdoada.*

Min. — *Espere, há a opinião pública. Vocês, por exemplo, em vez de dólares, não podiam dar-nos umas armas?*

Car. — *Ah, sim, claro! Umas armazinhas, por que não? Posso fazer uma chamadinha para Washington?*

Min. — *Faixavor.*

Car. — *Está lá? Eh malta, não deitem fora a sucata que estava aí para o canto. O.K.?...*

Min. — *Assim'stá bem. Pronto, pá. E agora não chateies mais a gente, tá bem?*

Não são cumpridas as regras mais elementares

Dadores de sangue de Setúbal denunciam falta de cuidado nas recolhas feitas no hospital

Duas organizações de dadores de sangue de Setúbal acusam os responsáveis pelo hospital daquela cidade de não cumprirem «as regras mais elementares sobre os aspectos de identificação» exigidas em transfusões.

Em carta dirigida ao secretário de Estado da Saúde, com data de 19 deste mês, a que o «DL» teve acesso, a Associação de Dadores de Setúbal e o Grupo de Dadores Benévolos da Setenave alertam para a circunstância de as «unidades de sangue destinadas ao Hospital Ortopédico do Outão e enviadas pelo Hospital Distrital de Setúbal» levarem «apenas um adesivo (com toda a precaridade da utilização de tal sistema) com o nome do doente a quem se destina!»

Os subscritores da carta salientam que, «além disso, sucede que existem perigos reais resultantes» da «não inscrição da data da colheita da unidade de sangue no respectivo saco de recolha», a «não identificação do responsável pela colheita» e a «não existência do carimbo identificador da codificação do grupo sanguíneo e Rh no próprio saco da unidade de sangue».

Sangue deitado fora

O documento afirma que «além dos perigos evidentes e resultantes das anomalias referidas, esta situação quase inacreditável para os tempos de hoje, leva, ainda, a desperdícios de sangue, igualmente inconcebíveis, quando se sabe quão escasso» ele é «e quantos doentes dele necessitam».

Os autores do protesto garantem que «quando por razões clínicas, o sangue enviado em nome de um doente não é utilizado (no todo ou em parte), o Hospital do Outão vê-se impossibilitado» de o gerir, uma vez que não tem «data de recolha», nem «identificação sanguínea na própria unidade».

O texto acrescenta que o sangue «não tem segurança, sequer, do seu prazo de validade, com a agravante de, muitas vezes, contactado o Hospital de Setúbal», este dar «a indicação de se deitar fora».

«Isto — frisa — simultaneamente ao facto de existirem doentes a aguardar sangue para poderem ser operados.»

Desinteresse do Hospital de Setúbal?

Os autores da missiva ao secretário de Estado da Saúde responsabilizam o ex-director do Instituto Nacional de Sangue e o conselho de gerência do Hospital de Setúbal por todo este estado de coisas.

A este propósito, lembram que em Julho de há dois anos pediram, «por escrito», ao Instituto Nacional de Sangue, a realização de uma reunião entre este organismo, a Federação de Dadores Benévolos de Sangue e os responsáveis pelos hospitais de Setúbal e do Outão.

Adiantam que a reunião não se efectivou «por desinteresse do então director do Instituto Nacional de Sangue».

Referem, contudo, que em Julho do ano passado, sem a presença de qualquer representante daquele organismo, se realizou uma reunião que contou com a presença dos directores clínicos e dos conselhos de gerência dos dois hospitais.

Durante este encontro, referem os dadores, «não foi possível obter o acordo do Hospital de Setúbal quanto ao cumprimento das regras mais elementares sobre os aspectos de identificação de unidade de sangue», acima referidos.

Da carta dirigida ao secretário de Estado da Saúde foram enviadas cópias à Comissão de Inquérito ao Instituto Nacional de Sangue, ao director deste organismo e aos presidentes da Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue e dos conselhos de gerência dos hospitais de Setúbal e do Outão e ao director do Serviço de Sangue daquele primeiro estabelecimento hospitalar.

Homenagem ao Padre Honorato

A Universidade Católica homenageará na próxima segunda-feira à tarde o padre Honorato, que faleceu há vinte anos. Na ocasião (a partir das 18 horas e 30 de 2.ª feira) será celebrada missa no Auditório da Biblioteca João Paulo II por monsenhor D. João de Castro (Nova Goa), estando a homilia a cargo do padre João Resina Rodrigues.

Depois desse acto religioso haverá uma sessão, no mesmo local, destinada a evocar a figura do padre Honorato Rosa nas vertentes que marcaram a sua vida e o seu apostolado: como homem, como sacerdote, como professor e como amigo. A Comissão Executiva responsável por esta iniciativa é presidida pelo padre prof. Resina Rodrigues e inclui os padres Lereno Sebastião Dias, D. João Castro (Nova Goa) e Carreira das Neves, Manuela Silva, Alçada Baptista, Xavier Pintado, Pessoa de Carvalho, Sidónio Pais, os directores de alguns órgãos de Comunicação Social e os jornalistas Adelino Alves, Ribeiro Cristóvão, Saraiva Mendes e Jorge Tavares Rodrigues (este como secretário executivo).

O padre Honorato Rosa foi professor do Seminário dos Olivais, da Faculdade de Letras de Lisboa e director do Instituto Social.

CARRIS

COMUNICADO

PLATAFORMA DE INTENÇÃO DE ACORDO ESTABELECIDA ENTRE A EMPRESA E OS SINDICATOS AFECTOS À UGT

No âmbito do processo negocial em curso na Carris, atingiu-se ontem uma plataforma de compromisso traduzida pelo seguinte acordo condicional:

* aumento percentual na tabela salarial . . . . . 7%, arredondada para a a centena de escudos superior

* subsídio de refeição . . . . . 550$00

* prémio diário de assiduidade . . . . 130$00

* diuturnidades . . . . . 1 920$00

* *aplicação de princípios de equidade no que respeita aos regimes de trabalho do pessoal da Carris, visando nivelar, designadamente, o pessoal oficinal com o pessoal de tráfego, sem que daí resultem encargos para a empresa. Este objectivo, a concretizar até 31 de Julho de 1988, pressupõe o recurso a métodos de organização do trabalho, e de racionalização de processos, susceptíveis de garantir ganhos de produtividade.*

Este acordo condicional traduz, em termos de massa salarial «per capita», um aumento de 7,63%.

Disponibilizou-se a Administração da Carris, ainda, para aceitar que os Sindicatos, antes da assinatura de um acordo final, e formal, submetam a "intenção de acordo" aos trabalhadores por si representados, e, nesse sentido, empenhar-se-á para que, o mais rapidamente possível, se atinja uma situação de integral normalidade na empresa.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1988

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Manifestação contra a Presidente Corazón Aquino na passagem do segundo aniversário do der rube do Presidente Ferdinando Marcos. A Polícia informou que os manifestantes dispersaram pacificamente após quatro horas de concentração.

Os astronautas americanos querem uma melhoria das relações entre a URSS e os EUA, particularmente na área da exploração cósmica, declarou à agência Tass o coronel norte-americano Brian O'connor, que em 1985 pilotou o vaivém especial «Atlantis», e é actualmente funcionário da Nasa. Considerando as perspectivas da cooperação entre os dois países como prometedora na exploração do espaço cósmico, aquele funcionário da Nasa reconheceu que os americanos teriam muito a aprender, em particular quanto ao salvamento de tripulações das naves em órbita circunterrestre. O astronauta americano manifestou o desejo de que expedições conjuntas possam ir à lua e a Marte, e, embora reconhecendo que há ainda muito trabalho pela frente, disse os astronautas americanos ficariam satisfeitos caso esses projectos conjuntos viessem a ser materializados.

Estudantes fogem às granadas de gás lacrimo ções contra o novo Presidente, Roh Tae Woo. No â ções, os estudantes ocuparam o edifício do Centro em Seul.

Albânia em conferência dos Balcãs

A primeira conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Balcãs desde a Segunda Guerra Mundial, ontem iniciada em Belgrado, marca o recomeço da cooperação da Albânia com os países vizinhos após uma década de isolamento. Participam na reunião dois países da NATO, a Grécia e a Turquia, dois países do Pacto de Varsóvia, a Roménia e a Bulgária, um país do Movimento dos Não-Alinhados, a Jugoslávia, e um país que rejeita todas as alianças, a Albânia. A conferência de três dias deve lançar as bases de uma cooperação económica regional, tendo em vista a futura uniformização dos direitos alfandegários e a criação de uma zona de comércio livre, a promover a coordenação da luta contra o contrabando e o terrorismo. Ao abrir a sessão inaugural, o presidente jugoslavo Lazar Mojsov disse que a conferência demonstra que os Balcãs não continuam a ser «um enclave de preconceitos e dificuldades inultrapassáveis herdados do passado». «Não é tempo para regressar à história, devemos voltarmo-nos para o futuro, o qual depende em primeiro lugar e principalmente de nós», disse Mojsov. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Albânia, Reis Malile, afirmou que «o desenvolvimento das relações com os países vizinhos constitui uma das prioridades da política externa» do seu país.

França: denunciada experiência com cobaia humana

A ministra francesa da Saúde, Michele Barzach, suspendeu ontem o chefe dos serviços de anestesia de um hospital regional e ordenou uma investigação para apurar se foi ele quem se serviu de um doente em coma como cobaia humana. O professor Alain Milhaud, director dos Serviços de Anestesia do Hospital de Amiens, no Norte de França, foi suspenso até à conclusão das investigações. «É revoltante saber que neste país ainda se utilizam cobaias humanas», afirmou a ministra em conferência de Imprensa. Milhaud é acusado de se ter servido do cérebro de um doente em coma para comprovar um facto crucial no julgamento de três médicos acusados de terem causado a morte de uma mulher numa operação de rotina, em 1984. Numa referência aparente às experiências efectuadas pelo médico nazi Josef Mengele em prisioneiros de campos de concentração, Barzach salientou: «Isto lembra-me acontecimentos do passado que não gostaria de ver repetidos neste país». Tudo isto surge na sequência de um julgamento de três médicos, dois deles acusados de terem trocado os tubos respiratórios durante uma intervenção cirúrgica a uma paciente com um tumor benigno. A troca destinava-se a sabotar o trabalho de um terceiro médico, o chefe da equipa operatória, tendo-se tornado fatal para a paciente, dado que acabou por ingerir uma dose mortal de óxido nitroso, em vez de oxigénio.

Dole ultrapassa Bush

O senador republicano Robert Dole manifestou-se hoje optimista em repetir na «super-terça-feira», 8 de Março, as vitórias conseguidas nas consultas eleitorais do Dakota do Sul e do Minnesota sobre o seu rival e correligionário George Bush. «Sei que o meu triunfo se deve aos temas que apresento», disse Dole ao conhecer os resultados das eleições primárias de terça-feira no Dakota do Sul e das convenções do Minnesota. Para o vice-presidente norte-americano, George Bush, que ficou em terceiro e último em um e outro estado, os resultados não o surpreenderam, porque desde a sua derrota nas convenções de Iowa, em 8 de Fevereiro, decidiu ignorar os estados do centro-norte para concentrar a sua campanha nos do sul. Entre os democratas, a vitória do congressista Richard Gephardt no Dakota do Sul não causou espanto, mas a de Michael Dukakis no Minnesota reforçou as esperanças do governador do Massachusetts nos estados do Sul.

Proibida actividade de 17 organizações antiapartheid

WASHINGTON E LONDRES CONDENAM DECISÃO DE PRETÓRIA

A decisão do governo sul-africano em proibir a actividade de 17 organizações anti-apartheid foi já condenada por governos ocidentais, entre os quais o norte-americano, enquanto, a nível interno, o arcebispo anglicano Desmond Tutu, a classificou como uma «declaração de guerra contra os negros».

O Departamento norte-americano de Estado convocou ontem o embaixador sul-africano em Washington para protestar contra o «gigantesco passo atrás» que representa a proibição das actividades das maiores organizações negras na Áfrcia do Sul. A administração Reagan ficou chocada com a decisão de Pretória de banir as actividades públicas de grande número de organizações, disse Charles Redman, porta-voz do Departamento de Estado, salientando que esses grupos representam as aspiracões da maioria negra.

«Ao ilegalizar as actividades políticas não violentas destas organizacões, o governo sul-africano desferiu um severo golpe contra os esforços para se alcançarem soluções pacíficas para os problemas da África do Sul»», frisou o porta-voz Charles Redman.

Também o governo britânico condenou ontem a proibição das actividades públicas de 17 organizações anti-apartheid, e exortou os seus dirigentes a manterem a esperança numa mduança pacífica.

«O governo de Sua Majestade opõe-se totalmente a medidas repressivas desta natureza», declarou o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, sir Geoffrey Howe, que acrescentou: «não vemos como a supressão da actividade política não violenta pode contribuir para uma solução pacífica dos problemas da África do Sul.

O secretário-geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuellar, deplorou «de forma enérgica» a decisão do governo sul-africano e advertiu que «esta decisão pode agravar a situação no país e levar a um novo surto de violência».

Uma «declaração de guerra contra os negros», foi como o arcebispo anglicano Desmond Tutu, Nobel da Paz em 1984, classificou ontem a proibição decretada por Pretória. A medida do governo sul-africano afecta a maior organziação anti-apartheid, Frente Democrática Unida (UDF), e a maior central sindical do país, COSATU, que conta com 750.000 filiados, e mais 16 grupos, mas não engloba o Inkhata, o movimento chefiado pelo líder zulu, Mangosuthu Buthelezi, que tem estado envolvido numa luta sangrenta pelo poder com a UDF nas zonas rurais da província do Natal, com um saldo de mais de 400 mortos.

Renamo «está a destruir Moçambique»

A Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) é

Autonomia palestiniana

George Shultz no Médio Oriente em missão "difícil"

O secretário de Estado norte-americano, George Shultz, encontra-se desde ontem no Médio Oriente para relançar um conjunto de ideias baseadas nos acordos de Camp David e que visam pôr fim a dois meses e meio de insurreição palestiniana nos territórios árabes ocupados por Israel.

O próprio Shultz reconheceu em conferência de Imprensa que a sua missão naquele ponto do Globo «é difícil», uma vez que tanto árabes como israelitas lhe concem poucas possibilidades de êxito nas conversações que vai manter em Israel, na Jordânia, Síria e Egipto.

Os EUA propõem a concessão imediata de autonomia limitada aos palestinianos da margem Ocidental do Jordão e da faixa de Gaza, como primeiro passo destinado a manter em contacto directo as partes em conflito, com vista a uma posterior conferência internacional de paz.

O Primeiro Ministro israelita, Ytzhak Shamir, opõe-se a esta proposta, mas o ministro dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, aceita-a.

Os palestinianos também estão divididos e enquanto os seus líderes moderados se dizem dispostos a reunir-se com Shultz, a Organização de Libertação da Palestina (OLP) é contra este diálogo.

Por outro lado, a Jordânia duvida da sinceridade dos planos norte-americanos e o Egipto alega que os acordos de Camp David já não podem servir de marco para as actuais discussões. A Síria mantém o mesmo cepticismo, embora as atoridades locais se afirmem dispostas a ouvir as propostas de Washington.

Contactos com a ET

Negociadores de Madri fixar duração da trégua

O Governo espanhol escusou sobre o reinício de contactos em separatista basca Eta, anunciado e mais tarde pela France Press, bem informadas na capital argeli

Um porta-voz governamental posição não significava «desmer que fosse, mas apenas não prete sobre este tema.

As referidas agências haviam eram encabeçadas por Julen Elg verno no País Basco, e Eugenio

Ontem, um enviado especial mou que os negociadores espanh vo principal «confirmar o estab organização separatista e obter duração».

Entretanto, em Madrid, o Pri Felipe Gonzalez, disse que não s em relação ao terrorismo, porqu ainda não desapareceu.

lacrimogéneo durante manifesta - oo. No âmbito dessas manifesta - Centro Cultural norte–ameicano

AM

considerada, num artigo publicado quarta–feira pelo jornal londrino «The Independent», um movimento guerrilheiro «mal organizado e sem ideais, que está a destruir o Estado moçambicano». Numa página dedicada a Moçambique, aquele jornal refere que a Renamo conta com 20.000 homens, actua em todas as províncias e é apoiada por poderosos amigos no estrangeiro.

A Renamo reivindicou, entretantro, a tomada da base naval de Matangula, na província moçambicana do Niassa, com a destruição de seie lanchas da marinha de guerra de Moçambique. Também a UNITA anunciou ontem em Lisboa que as suas forças abateram um Mig-21 e mataram 52 soldados governamentais

a ETA

Madrid tentam trégua

escusou–se a comentar a notícia actos em Argel com a organização unciado pela agência estatal Efe, ce Press, que a atribuiu a «fontes tal Angelina».
amental disse a propósito que esta «desmentir ou confirmar» fosse o ão pretender «tecer comentários»

haviam revelado que negociações Julen Elgorriaga, delegado do Go- Eugenio Etxebeste, «Antxon».
especial do jornal «El País» afir- es espanhóis tinham como objecti- o estabelecimento da trégua pela a e obter pormenores sobre a sua

id, o Primeiro Ministro espanhol, que não se deve «baixar a guarda» o, porque a ameaça de atentados

Com grandes manifestações na Arménia

Questão das nacionalidades volta a estar na ordem do dia na URSS

A reintegração da região de Karabakh na República soviétcia da Arménia tem sido exigida em várias manifestações que desde o passado dia 11 se têm registado em Erivan e noutras cidades arménias.

A região autónoma de Karabakh— com 160.000 habitantes, dos quais cerca de 80 por cento são de origem arménia—faz parte da República soviética do Azerbeijão, desde que, sob a direcção de Staline, foi separada da Arménia em 1923.

É esta situação que muitos dos naturais da República soviética da Arménia querem ver alterada e que levou já a várias manifestações na capital e noutras cidades daquela República.

Segundo fontes dissidentes em Moscovo, mais de 100.000 pessoas teriam desfilado, na segunda–feira, em Erivan, para exigirem a reintegração de Karabakh na Arménia soviética. As mesmas fontes acrescentaram que as manifestações estão a ser acompanhadas por greves nos institutos de ensino e em algumas fábricas.

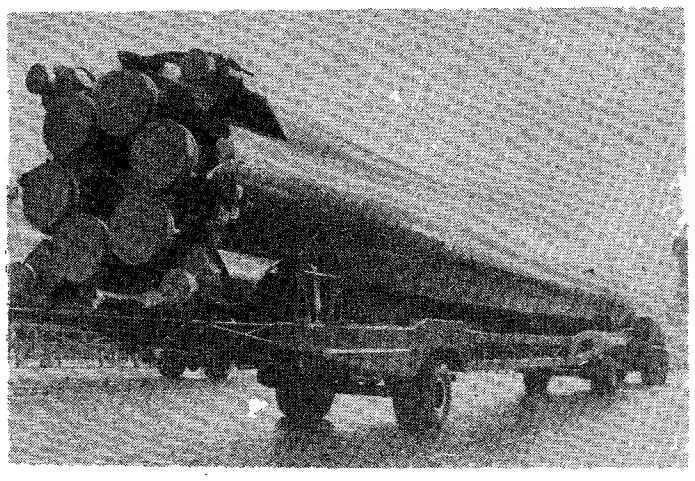
Em Moscovo, o porta–voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gennady gerasimov, confirmou a existência de protestos, mas desmentiu os números apontados pelas fontes dissidentes.

Seja como for, o certo é que Erivan foi o palco de uma das maiores mnanifestações nacionalistas espontâneas na URSS, e isto numa altura em que Mikhail Gorbachev considera o problema das nacionalidades como uma das questões «mais fundamentais e vitais da sociedade» soviética, tendo proposto mesmo a realização de um plenário do Comité Central do PCUS exclusivamente dedicado a este assunto.

Tanto Greasimov, como fontes dissidentes, afirmaram que as manifestações em Erivan decorreram sme incidentes No entanto, numa nota difundida pela TASS, o CC do PCUS classifica as manifestações arménias como uma «violação á ordem pública» e intima os responsáveis da administração local a «normalizarem a situação»

As autoridaes soviéticas demitiram, entretanto, o líder do Partido Comunsita do Azerbeijão, Boris Kevorkov, alegando «falhas nos seu trabalho». Observadores consideram que a demissão de Kevorkov foi motivada pelos protestos que se têm vindo a registar na região.

O jornal soviético «Izvestia» noticiou, na terça–feira, que dois membros suplentes do Politburo foram enviados a Karabakh para «chamarem à ordem» os deputados arménios ao Soviete local que parecem estar na origem dos actuais protestos. Em Moscovo, circulam, entretanto, rumores de que poderão ser enviadas tropas pata Stepankert, capital de Karabakh.



RDA inicia hoje a retirada dos mísseis soviéticos SS-12

A República Democrática Alemã (RDA) inicia hoje a retirada dos mísseis soviéticos de curto alcance SS-12 das cidades de Waren e Bischofswerda. Ontem, também a Checoslováquia havia anunciado a retirada de idênticos mísseis do seu território «nos próximos dias».

Mas nenhum dos dois revelou no entanto o número de mísseis a remover e a duração do processo.

Esta decisão soviética foi anunciada um dia ddepois da visita a Moscovo do secretário de Estado norte–americano, George Shultz.

Ao abrigo do tratado sobre eliminação de armas nucleares de alcance intermédio (Inf), os EUA e a RUSS terão de remover todos os seus mísseis de curto e médio alcance no prazo de três anos.

O órgão oficial do PC checoslovaco «Rude Pravo» afirma que a retirada destes mísseis «constitui mais um dos gestos de boa vontade da URSS».

Por sua vez, a embaixada da RDA em Lisboa diz esta medida «volta a testemunhar a política construtiva de paz levada a cabo pela URSS, pela RDA e pelos outros países socialistas».

De acordo com números divulgados pouco depois da assinatura do tratado, existem 54 mísseis SS-12 na RDA.

De referir que o Presidente da RDA, Eirch Honecker, em carta dirigida a 16 de Dezembro último ao chanceler da RFA, Helmut Kohl, apresentava uma série de propostas concretas no domínio do desarmamento.

Em relação à Checoslováquia, desconhece–se ao certo o número de mísseis soviéticos de que dispõe, todavia fontes Ocidentais estimam–nos em 39.

Guerrilha afegã propõe governo provisório

Os sete movimentos que integram a principal aliança da guerrilha afegã apresentaram terça–feira uma proposta de governo provisório que aparentemente permitirá a inclusão de elementos próximos do actual governo de Cabul. Na proposta apresentada pela aliança reconhece–se implicitamente, o que sucede pela primeira vez, as conversações de paz que se têm realizado em Genebra entre representantes de Cabul e de Islamabad, sob a supervisão da ONU.

Segundo a guerrilha muçulmana, o governo provisório deveria ser constituído antes da assinatura dos acordos de paz em Genebra, e ser um dos signatários desses acordos. .

No entanto, o presidente da aliança, Mowlavi Yunus Khalis, reafirmou que os rebeldes rejeitam uma coligação com «os comunistas». Outros lideres da resistência afirmaram, a propósito, que a partilha do poder com o actual governo de Cabul está fora de questão, mas que será possível a cooperação com partidos naõ governamentaistais que têm colaborado com o governo de Najibullah.

O documento da guerrilha é considerado uma respota formal à proposta de Moscovo de iniciar a retirada das tropas soviéticas do Afeganitão no dia 15 de Maio., A alinça rebelde foi pressionada pelo Paquistão para apresentar uma proposta pormenorizada que pudesse ser apresentada nas conversações de Gnebra, que recomeçam no próximo dia 2.

24 HORAS

Tensão no Sri Lanka

O clima de tensão mantém–se no Sri Lanka, onde ontem quatro militares indianos das forças de paz e 20 extremistas morreram durante operações levadas a cabo contra a organização «Tigres de Libertação do Eelam Tamil». As fontes militares revelam que os soldados indianos foram obrigados a abrir fogo «ao serem atacados numa emboscada». Entretanto a Polícia encontrou uma pista do assassínio do secretário–geral do Partido Popular do Sri Lanka, Vijaya Kumaratunga. O «Indian Express» afirma que a captura dos autores desse atentado poderá facilitar a procura dos assassinos de outros políticos.

Finlândia e o nuclear

Os políticos finlandeses, fazendo tábua rasa do acidente nuclear soviético de Chernobyl, solicitaram a criação de um novo reactor para garantir o fornecimento de energia eléctrica no futuro. O ministro finlandês do Comércio e Indústria, Ilkka Suominen, e presidente do Partido Conservador, declarou que a energia atómica «cria menos problemas que o carvão» e que o país «necessita de garantir o seu fornecimento eléctrico». Vários estudos de opinião confirmam que a população finlandesa esqueceu o receio de uma catástrofe atómica como a ocorrida em Chernobyl, há dois anos.

Waldheim diz depender do povo

O Presidente austríaco, Kurt Waldheim, afirmou em Viena que «não depende do apoio de partidos, mas do povo que o elegeu». Waldheim reagiu assim, em entrevista ao vespertino «Kronen Zeitung», de Viena, a rumores de que os principais partidos austríacos estão a procurar uma fórmula para provocar a sua demissão. O Presidente assegura na entrevista que a sua demissão, além e não trazer a calma, «seria um duro golpe para a confiança dos austríacos em si mesmos». Diz ainda: «Não me apego à cadeira presidencial, mas creio ser meu dever continuar no cargo, pois não se pode aceitar que o resultado de eleições livres seja reduzido a nada».

Chirac desce em sondagem

O Primeiro Ministro conservador francês, Jacques Chirac, desceu cinco pontos numa sondagem de popularidade divulgada em Paris, exactamente dois meses antes das eleições presidenciais a que se candidata. A sondagem, que é hoje publicada na revista «Paris–Match», atribui a Chirac 47 por cento de votos favoráveis, contra os 52 que detinha no mês passado. O Presidente Miterrand continua a ser o favorito, com 61 por cento de popularidade, apesar de ainda não ter anunciado a sua intenção relativamente às presidenciais.

Supostos membros das BV

Três presumíveis membros das Brigadas Vermelhas foram detidos em Barcelona, quando se preparavam para almoçar num restaurante próximo da sua residência - informou o Governo Civil local. Trata–se de Marinella Ambretti, de 34 anos, Stefano de Monti, de 29, e Gabriela Becomi, também de 29. Os três supostos brigadistas italianos são acusados pela Polícia do seu país de assaltos a bancos - acrescentou o Governo Civil. O ano passado, a Polícia espahola deteve em Barcelona sete supostos elementos das Brigadas Vermelhas.

Nova Constituição brasileira

O Congresso Constituinte do Brasil acelerou os seus trabalhos, após ter ultrapassado questões polémicas e proibir explicitamente os golpes de Estado, no texto da nova Constituição. Os parlamentares chegaram a um entendimento sobre os direitos sociais, após semanas de difíceis negociações, o que permite dar um novo ritmo às sessões plenárias para a aprovação do anteprojecto constitucional. «A acção de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático são crimes que não têm fiança», refere o texto de uma emenda aprovada por 281 votos contra 120, e com 20 abstenções.

Manobras nas Malvinas

As manobras militares britânicas previstas para a região das ilhas Malvinas, entre 7 e 31 de Março, estão a suscitar protestos e preocupação entre os dirigentes dos países daquela zona. A Colômbia diz que as manobras atentam «contra as resoluções das Nações Unidas de transformar o Atlântico Sul numa zona de paz». Por sua vez, o Equador manifestou publicamente a sua preocupação pela realização de manobras militares junto às Malvinas, alertando para a possibilidade de agravamento da tensão no Atlântico Sul.

Londres cede às exigências de Pequim

AS PREOCUPAÇÕES DE HONG KONG

Francis Deron

O governo de Hong Kong tornou público no dia 10 de Fevereiro, o «Livro Branco» sobre o futuro da colónia britânica, que voltará à China em 1997. Ao situar em 1991 a eleição directa parcial de dez membros nos cinquenta e seis do Conselho Legislativo — órgão puramente representativo, — as autoridades britânicas parecem ter cedido às exigências de Pequim.

Os arranha-céus, alguns deles de um luxo mais ostentatório do que outros, continuam a crescer. Em breve, o mais alto será o do Banco da China (popular), gigantesco monumento ao **«capitalismo vermelho»**, em pleno centro de Victoria, a ilha onde se tratam os negócios do quarto lugar financeiro do mundo. Graças à China, Hong Kong é agora o primeiro porto para o tráfico dos contentores. Aparentemente tudo sugere que os negócios correm bem. Apesar da legislação de Outubro na Bolsa, apesar também da legislação proteccionista americana.

Assim, quando um colaborador próximo de Alan Bond falou, a 30 de Janeiro, do receio de que as autoridades de Hong Kong possam **«abdicar»** de toda a responsabilidade perante Pequim sobre o futuro da colónia britânica, houve quem sorrisse perante o último **«golpe»** publicitário do magnata australiano. Ao vir em socorro dos advogados do sistema político, a Bond Corporation International. O investidor australiano penetrou maciçamente, há um ano, no mercado de Hong Kong.

Alan Bond vê-se impedido pelo governo local de aumentar a parte de 25% que já controla numa das estações de televisão.

Mas essa declaração iniciava um debate que nos últimos meses foi aumentando, na colónia britânica, à medida que as etapas da retrocessão, prevista para 1997 se concretizam: poderá Hong Kong dotar-se de um sistema democrático que muitos consideram indispensável à sobrevivência da sua economia capitalista florescente, uma vez restaurada a soberania do regime comunista de Pequim? Por outras palavras, não pagariam os naturais de Hong Kong a vontade comum, em Londres e em Pequim, de reprimir a expressão de preocupação legítima sobre o futuro da **«solução Deng Xiao Ping»**: que Hong Kong continue a prosperar depois de 1997, segundo o princípio de **«um país, dois sistemas»**?

Martin Lee, o advogado que se pôs à frente da cruzada pela democracia, não dissimula o seu pessimismo. **«Isto corre mal e vai continuar a piorar»**, diz-nos ele. **Nem o governo britânico, nem a oposição aos comuns, nem, claro está, os dirigentes de Pequim, querem ouvir falar de eleições livres antes de 1991. Londres abdica perante Pequim para salvaguardar as suas relações comerciais com a China, e os trabalhistas britânicos fariam o mesmo se estivessem no poder».** Quanto aos chineses de Pequim, que Lee encontra regularmente desde que faz parte do comité de redução da «miniconstituição» que governará a «zona administrativa especial» depois de 1997, eles não fazem mais do que **«escutar-nos sem nos ouvir»**.

Na origem do debate estão, antes de mais, as declarações quase eufóricas que saudaram a conclusão, em 1984, do acordo sino-britânico sobre a retrocessão de Hong Kong. A China absteve-se então de negar a Londres o direito de aí introduzir um certo grau de autonomia política, de modo que a população, habituada a desinteressar-se dos negócios públicos viesse a tomar nela uma parte limitada.

Houve aquilo que Lee qualifica hoje de **promessas** londrinas: um governo parcialmente representativo (um quarto dos cinquenta e seis membros do Conselho Legislativo seriam eleitos directamente) a criar **nos anos próximos**. O duche frio chegou em Novembro de 1985 quando o mais alto representante chinês na colónia, Xu Yiatun, lançou uma advertência à Grã-Bretanha, acusando-a de violar o espírito do acordo sobre Hong Kong instaurando nele um grau, mesmo limitado, dessa democracia electiva que não existe na China. Desde então, afirma Martin Lee, **Londres não quer fazer mais nada que possa aborrecer Pequim**.

A polémica foi como que uma bola de neve nas semanas que precederam a publicação do Livro Branco formulando as soluções encaradas pelos britânicos para depois de 1997. Lee e várias figuras importantes desse movimento ainda pouco organizado e que se situa em oposição pró-democrática, foram a Londres em Janeiro para tentar influenciar vários membros dos Comuns. Sem grande êxito. Foi-lhes dito pelo secretário do Foreign Office, sir Geoffrey Howe que não houvera **promessas** em 1984. A razão invocada por Londres é a de que muitos naturais de Hong Kong se mostraram pouco entusiastas com esta inovação durante duas sondagens de opinião supervisadas pelo governo em fins de 1987. Só 12 % e 15 %, respectivamente, das pesoas interrogadas se diziam favoráveis às eleições a partir de 1988, enquanto 40 % e 45 % delas se abstinham de formular uma opinião ou diziam não compreender os objectivos.

Bicha para um visto

No governo local nega-se ter apresentado opções deliberadamente confusas, de modo a evitar colocar o problema directo de um escrutínio este ano. **O certo é que o interesse da população por estes problemas se manifestou através de uma participação muito grande, na sondagem: 171 000 respostas, ao passo que o precedente exercício deste género, em 1984, só obtivera 360 respostas**, diz-nos um membro da administração. **A ambiguidade das respostas reflecte as suas dúvidas.** Mas, reconhece ele, é **surpreendente** que outras sondagens realizadas por iniciativas privadas junto de segmentos representativos dos 5,5 milhões de habitantes tenham chegado a conclusões diametralmente opostas.

Ao mesmo tempo, o governo de Hong Kong sente-se confortado pelo relativo isolamento da oposição democrática, que o próprio Martin Lee reconhece.

De um modo ou de outro, toda a gente receia fazer-se notar por Pequim, diz ele. Mesmo os homens de negócios mais inquietos preferem ter uma porta de saída, comprar um passaporte ou fazer bicha para arranjar um visto ocidental, a elevar a voz.

Porque, com a aproximação da publicação, pela China, em Maio, do seu projecto de «mini-Constituição», cuja promulgação está prevista para 1990, a incerteza toma a forma de preparativos de partida, concretos, embora ainda no início. Determinada firma ocidental concorda com o desejo premente de um dos seus melhores técnicos locais, para um estágio de aperfeiçoamento na sede. É referido nas entrevistas preliminares para um contrato, após 1997...

As estatísticas oficiais mostram um aumento — **«sem precedentes»**, diz a oposição — de 46% num ano dos pedidos de registo criminal, formalidade indispensável para a obtenção de um visto para o Canadá, a Austrália ou os Estados Unidos. O governo assegura não possuir meios para verificar se os postulantes estão efectivamente dispostos a partir. Segundo a sua análise, um grupo **«não poderá ser convencido a ficar»** depois de 1997, o dos refugiados que fugiram uma primeira vez dos comunistas em 1949. Os outros **«preparam uma saída de emergência»**, mas podem mudar de ideias devido a negócios propostos pela política de abertura económica do continente. Em Hong Kong murmura-se que é preferível ir ilegalmente para o Ocidente, mesmo cumprindo alguns anos de prisão, a fim de obter uma nacionalidade estrangeira, voltando eventualmente nos últimos anos da soberania britânica a fim de «apalpar» o clima económico...

Seria Hong Kong, como o escrevia um economista conhecido na colónia, a vítima de uma **traição sino-britânica»**, de resto improdutiva para a China de Deng? Os sinais que preocupam os politicamente mais conscientes, acumulam-se. Para além do debate sobre as eleições directas, houve várias medidas tomadas por Londres para acalmar o jogo com Pequim, como uma lei restringindo a liberdade de Imprensa e um regulamento que faz entrar nos textos uma prática da censura cinematográfica já com mais de trinta anos, e que se aplica em particular aos filmes susceptíveis de irritar a China Popular. Enfim, o «lobby» antinuclear nascido com a construção da central de Daya-Bay, a menos de 100 quilómetros de Hong Kong, foi pura e simplesmente ignorado pelas autoridades.

Perante estes sinais, sir David Wilson só opôs de momento uma segurança plácida constantemente repetida em Londres: «cumpriremos as nossas promessas de 1984». O crescendo das polémicas mostra que isso não é o bastante para equilibrar Hong Kong.

"Sinto-me perseguido pelo Ministério das Finanças"

— *afirma Queiroz e Mello sobre o caso Mendes Godinho*

O Presidente da Assembleia Geral da sociedade anónima Fábricas Mendes Godinho, João Queiroz e Mello, qualificou ontem de «arrogante, hostil e indiferente» a atitude que o Ministério das Finanças tem mantido em relação ao litígio que opõe aquele grupo industrial, com sede em Tomar, ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. «Preocupa-nos a arrogância, a hostilidade e a indiferença com que temos sido recebidos pelo Ministério das Finanças, o qual se tornou um perseguidor em relação a Fábricas Mendes Godinho», afirmou aquele conhecido cirurgião e cardiologista, que preside à sua assembleia geral, enquanto membro da família fundadora do grupo.

Num encontro entre a direcção da empresa e os jornalistas, João Queiroz e Mello considerou «incompreensível» a obstrução que o actual Governo vem fazendo à resolução do caso Mendes Godinho e considerou que isso se deve a motivos essencialmente políticos.

«Sinto-me perseguido e sou a negação dos princípios teóricos de defesa da iniciativa empresarial que este Governo afirma através da comunicação social», acrecentou.

Historiando o contencioso que se gerou em torno da nacionalização da casa bancária da família Mendes Godinho e dos esforços feitos desde então pelo BESCL para que essa nacionalização incluisse a poderosa actividade industrial do grupo, o presidente da sua Assembleia Geral disse que «foram as provas irrefutáveis de má fé dadas pelo BESCL» que levaram os proprietários a unirem-se de modo a afastar o banco da administração em 10 de Maio de 1986.

«Ao mesmo tempo que se sentava à mesa das negociações connosco, estava a negociar com grupos internacionais a venda do nosso património por um décimo do seu valor real, chegando mesmo a marcar uma sessão na Bolsa de Lisboa para esse efeito».

A visita do embaixador dos EUA

Sem acusar directamente ninguém, mas lembrando que «os únicos governos que têm punido o grupo são os de patrocínio PSD», os seus responsáveis trouxeram a público dois elementos até agora pouco conhecidos. Com efeito, referiu o eng. António Qureiroz e Mello, presidente do Conselho de Administração, o embaixador americano Frank Shakespeare visitou a Tagol, a pedido do próprio, no dia 12 de Março de 1986, ou seja, menos de dois meses antes do BESCL anunciar a ralização da hasta pública que a família Mendes Godinho conseguiu depois inviabilizar judicialmente. A Tagol, recorde-se, é dominada quase a 100% pela sociedade Fábricas Mendes Godinho, é uma das empresas portuguesas com maior volume de negócios, e nunca tinha sido até aí objecto de qualquer interesse pela Embaixada americana em Lisboa, apesar de ter desde sempre relações estreitíssimas com o mercado de oleaginosas dos EUA.

Semanas antes da visita de Shakespeare, as instalações da Tagol em Palença, junto a Cacilhas, haviam sido igualmente visitadas por um grupo de americanos ligados ao sector da soja, que se reuniram nessa altura num congresso em Sesimbra.

Segundo António Queiroz e Mello, antes da família ter conhecimento da intenção do BESCL vender a Tagol, a operação era já dada, nos meios da Bolsa de Chicago e em Madrid, como estando já fechada com uma multinacional americana.

Gorada a hasta pública, o caso seguiu os seus trâmites judiciais, afirmando a família Mendes Godinho que todas as decisões judiciais tomadas até agora lhe têm sido favoráveis. A última em data, sublinham, teve lugar no tribunal de Tomar a oito deste mês e afirma que «o Banco Espírito Santo não possui qualquer acção de Fábricas Mendes Godinho».

Só que, paralelamente, correm outras acções judiciais através das quais o BESCL reivindica o controlo do grupo e cujo termo não é previsível nos anos mais próximos.

Face a esta situação, que dificulta a sua gestão quotidiana, a família proprietária afirma que prefere negociar com o BESCL, mesmo que isso lhe custe o pagamento dos 900 mil contos de que o banco se diz credor. O banco, no entanto - acusa a família - recusa-se a negociar e o Governo recusa-se a intervir.

Na anterior legislatura chegou a surgir um projecto-lei que resolvia o diferendo por via legislativa e contava com os votos favoráveis de todos os partidos, menos do PSD. A assembleia foi dissolvida entretanto e o projecto caducou. Agora a maioria é do PSD e não será certamente no parlamento que o assunto se resolverá.

Lucros aumentaram 37%

De acordo com os números ontem divulgados pela administração do grupo - eleita em 10 de Maio de 1986, numa assembleia geral cuja legalidade o BESCL continua a contestar - os meios libertos no ano passado atingiram os 750 mil contos, quando os da última gestão liderada pelo BESCL, em 1985, foram de 813 mil contos negativos.

Para este ano prevêm 826 mil contos, 310 mil dos quais deverão ser de resultados líquidos. Este valor representa um acréscimo dos lucros da ordem dos 37%, relativamente aos 226 mil de 1987.

O total das vendas do conjunto das empresas do grupo foi de 4,4 milhões de contos em 1985, 4,8 em 1986, 7,8 em 1987 e as previsões apontam para 9,7 milhões este ano.

A sua actividade essencial reside na àrea dos aglomerados de madeira e nas oleaginosas. Um dos seus principais concorrentes é o grupo Sonae, de Belmiro de Azevedo.

Adivinha-se tendência altista das cotações

BOLSA DE LISBOA EQUILIBRA DESCIDAS E SUBIDAS

A sessão de ontem da Bolsa de Valores de Lisboa foi marcada pela ocorrência de um número idêntico de subidas e descidas no mercado accionista oficial. Este facto permite supor que a recuperação da Bolsa deverá estar bastante próxima, embora persistam alguns sinais negativos.

Após ter movimentado perto de 1 milhão e 440 mil contos na primeira sessão da semana - número astronómico quando comparado com o que vinha sendo habitual desde há meses - a Bolsa de Lisboa apurou ontem um saldo total inferior a 515 mil contos. Apesar desta queda abrupta, o cômputo global dos negócios bolsistas de ontem é ainda largamente superior ao que vinha sendo habitual nas últimas semanas.

A melhoria verificada nos montantes apurados torna-se menos entusiasmante quando se constata que a maior preferência dos investidores continua a ser dirigida para papéis de rendimento fixo, embora também no segmento de títulos de rendimento variável o movimento se veja acrescido. Assim, do total transaccionado ontem, apenas cerca de 211 mil contos (aproximadamente 41,1%) foram originados no mercado oficial de acções.

Quanto ao balanço de subidas e descidas, verificou-se ontem um equilíbrio absoluto, embora a situação mais corrente ontem ainda fosse a não formação de cotação, seguida da repetição do preço anterior. O número de títulos presentes no mercado accionista oficial cuja cotação ontem melhorou foi de 26, dos quais dois não foram transaccionados por não atingirem os lotes mínimos exigidos. Títulos em queda foram também 26, incluindo uma cotação abaixo do lote mínimo. Preços repetidos foram ontem em número de 37, dos quais 5 abaixo do lote mínimo. Seis dezenas de títulos não foram ontem transaccionados, 51 por terem ficado sem cotação e os restantes nove por não terem atingido os lotes mínimos.

De todos este números, ressalta a idéia de que o mercado poderá estar finalmente a inverter o rumo. Recorde-se que a Bolsa de Lisboa está em quebra desde meados de Outubro, tendência apenas interrompida por breves períodos em que as cotações subiram ligeiramente, como na semana seguinte à adopção do sistema de variação livre das cotações (em Novembro) e no período decorrente entre vésperas de Natal e meados da segunda quinzena de Janeiro. O baixo preço entretanto atingido pelos títulos de várias empresas, não pode deixar de ser apontado como o principal motivo da recuperação que agora se adivinha.

Fora de Bolsa é quase do tamanho da Bolsa

Entretanto, o boletim oficial de cotações da Bolsa de Valores de Lisboa passou a publicar mensalmente os elementos que lhe são transmitidos pelos corretores e pelas instituições bancárias, relativos às transacções de valores mobiliários não efectuadas em sessão de Bolsa. Considera a comissão directiva daquela Bolsa (com razão) que esta informação é importante, pois permite uma "melhor análise da situação actual dos mercados de valores mobiliários".

No boletim de ontem são publicados os elementos referentes ao mês de Dezembro. Ficamos a saber que o mercado de títulos mobiliários tem um importante motor fora de bordo, aliás, fora de Bolsa. As operações sobre valores mobiliários realizadas naquele mês nos escritórios dos corretores e nos balcões dos bancos ascenderam a quase 32.976 milhares de contos. Este valor aproxima-se bastante dos menos de 37.137 mil contos movimentados nas duas Bolsas nacionais e assim distribuídos: 8.670,5 mil contos em sessões normais da Bolsa de Lisboa, 8.120,8 mil contos em sessões especiais da Bolsa de Lisboa, 15.661,9 mil contos em sessões normais do Porto e 4.683,5 mil contos em sessões especiais do Porto. Do total movimentado fora de Bolsa, apenas menos de 12.146 mil contos disseram respeito a valores não transaccionáveis em Bolsa.

Indústria portuguesa estabiliza

A indústria portuguesa dá mostras de caminhar para uma «relativa estabilidade» com a facturação — interna e externa — sem aumentar significativamente e o emprego verificado a compensar o desemprego ocorrido.

Esta a principal conclusão do Índice CIP para as indústrias transformadores relativas ao último bimestre de 1987, obtido por inquérito a empresários do sector em causa.

Assim, é salientado o facto de 35 por cento das empresas questionadas terem afirmado que a sua facturação no mercado interno aumentou, situação mais favorável no mercado externo, com quase metade das empresas com negócios no estrangeiro afirmarem que a sua facturação aumentou. Este resultado teria sido obtido por via da intensificação das exportações para os mercados considerados tradicionais e da manutenção de competividade dos preços dos produtos exportados.

Sobre a situação financeira corrente das empresas industriais, a sua tendência evolutiva foi no sentido de se manter no nível antes registado, apesar de mais de um quinto das empresas apresentaram uma má situação financeira como reflexo dos «resultados acumulados, dos prazos de pagamento, da obtenção de crédito e dos incobráveis».

Relativamente ao número de trabalhadores admitidos, o seu saldo líquido foi nulo já que das empresas inquiridas, 16 por cento afirmou ter aumentado, outro tanto acontecendo com as que o reduziram. A utilização da capacidade de produção instalada registou uma evolução positiva, com 23 por cento das empresas questionadas a laborarem a mais de 90 por cento, enquanto apenas 14 por cento diziam funcionar abaixo dos 70 por cento.

Desemprego diminui por conta dos contratos a prazo

O emprego em Portugal cresceu 2,6% em 1987, relativamente ao ano anterior e em média anual, enquanto o desemprego baixou 16%, revelam as últimas estatísticas oficiais.

Dados do INE, relativos ao último trimestre de 1987, indicam que o aumento do emprego no ano passado foi "fortemente marcado" pelo crescimento dos contratos a prazo em 14,3%. A taxa de desemprego, em sentido lato, era de 7,9% no final do último ano, contra 9,6% no final de 1986. Considerada em sentido restrito, esta taxa situava-se em 6,6% no final do último ano, contra 8,0% verificados no fim de 1986.

O número de desempregados, novamente considerado em sentido lato, era no último trimestre de 1986 de 356,9 milhares, contra 433,3 milhares no final de 1986. Em sentido restrito, o total da população desempregada atingia os 295,7 milhares de pessoas, face a 359,5 mil no final de 1986.

O acréscimo no emprego (2,6% no final de 1987) resultou sobretudo do aumento do número de trabalhadores com contratos a prazo (14,3%), por conta própria (5%) e por conta de outrem (2,2%), enquanto o número de trabalhadores com contrato permanente não registou evolução significativa.

Por escalões etários, e relativamente a 1986, verificaram-se descidas de 18,2% no número de desempregados com idade até 24 anos, de 15,6% no número de indivíduos desempregados entre os 25 e os 49 anos e de 4,3% no número de desempregados com 50 ou mais anos.

Por sectores de actividade, tanto o primário como o terciário acusaram um recuo no nível do emprego no último trimestre de 1987, enquanto o secundário registou uma ligeira melhoria, de 0,7%. Neste contexto, o sector primário ao evidenciar um novo decréscimo (menos 1,6%), veio a manter um peso em torno dos 22% no conjunto da população empregada.

A população activa registou um aumento de 0,7% em 1987, fixando-se a taxa de actividade em 46,9%, em média anual. No final de 1987, a população activa era de 4.530,1 mil indivíduos, contra 4.501,9 mil no termo de 1986. Entre o terceiro e o quarto trimestres de 1987, a população activa teve um decréscimo de 2,2%. No final de 1987, a população total no continente era de 9.765,2 mil indivíduos, contra 9.735,7 mil no final de 1986.

PESSOAS E FACTOS

BCP premeia Jimmy Connors

O «**Banco Comercial Português**», aproveitando a presença em Portugal do tenista norte-americano **Jimmy Connors,** que se deslocou até Cascais para disputar no passado dia 15 a «**Colgate Tennis Classic 88**», decidiu premiar o jogador pela sua longevidade no circuito profissional, oferecendo-lhe um cheque de 100 000$00. Na foto, **Sofia Gonçalves,** em representação do seu pai, **eng.º Jardim Gonçalves,** presidente do Concelho de Administração do «**Banco Comercial Português**», entrega a Connors uma reprodução do cheque recebido pelo jogador, pouco após a vitória do norte-americano sobre **Yannick Noah,** na presença de **João Lagos,** da **Sotenis.**

Na altura em que recebeu o cheque, aos microfones da instalação sonora do Pavilhão do Dramático de Cascais, **Jimmy Connors** fez questão de endossar o cheque a uma instituição que utilizasse a verba a favor dos jovens portugueses mais carenciados. Cumprindo o desejo do credenciado tenista, o «**Banco Comercial Português**» entrega o referido cheque ao Provedor da **Santa Casa da Misericórdia de Cascais,** em cerimónia que teve ontem lugar na sede desta instituição.

Círculo de Leitores e o seu Prémio Literário

Trinta e três originais foram aceites a concurso para atribuição do **Prémio Literário Círculo de Leitores,** que este ano se realiza de novo. Com um prémio pecuniário de mil contos e a publicação da obra premiada numa primeira tiragem de dez mil exemplares o **Prémio do Círculo,** atribuído de dois em dois anos, constitui já uma referência do panorama literário português.

Instituído em 1980, por altura do 10.º aniversário do **Círculo de Leitores,** o prémio distinguiu já autores como **Vitório Káli, Manuel de Seabra, A.M. Pires Cabral e Américo Guerreiro de Sousa.** Em 1986, o **Prémio Literário Círculo de Leitores** foi atribuído a **Fernando Dacosta,** pelo seu romance O VIÚVO. Este ano, o júri será constituído pelos escritores **Fernanda Botelho, Urbano Tavares Rodrigues, Fernando Assis Pacheco e José Viale Moutinho.** Preside ao júri o director editorial do **Círculo de Leitores, António Mega Ferreira,** que só tem direito a voto em caso de empate. A decisão do júri será conhecida nos últimos dias de Maio.

Air Atlantis renova frota Boeing

No sentido de renovar e modernizar a sua frota, a **Air Atlantis,** que opera actualmente com 3 aviões **Boeing 727-200 e 2 Boeing 727-100,** irá proceder à substituição destes dois últimos por dois novos aviões **Boieng 737/200 ADV,** adquiridos em regime de leasing. Estes aviões destinam-se a voos de médio curso, têm capacidade para 130 passageiros e estão equipados com motores PW JT8D-17, possuindo um deles tanques de combustível suplementares, o que lhes permite maior autonomia.

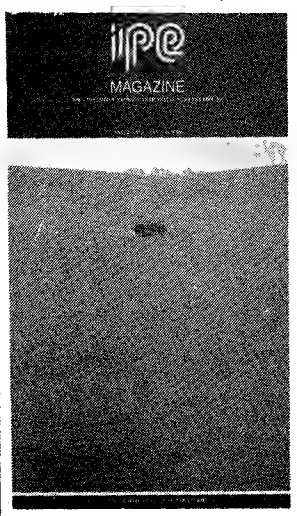
O primeiro destes aviões entrou já ao serviço a 1 de Fevereiro, devendo o segundo começar a operar na primeira semana de Maio, coincidindo com o início da programação de Verão da Air Atlantis, que, de acordo com o planeamento da Companhia, irá ser particularmente intensa em 1988, já que tem programados mais de 4200 voos entre Portugal e 40 cidades europeias. A renovação da frota permitirá assim à Air Atlantis reforçar a sua posição no mercado «charter» para Portugal, que é já superior a 20% neste momento, não obstante estar a Companhia a operar em concorrência directa com mais de 30 congéneres estrangeiras.

British Airways/Boeing

A **British Airways** consolidou a encomenda de mais 2 **Boeing 757, com opção sobre mais 6 unidades do mesmo modelo. Presentemente, a British já tem em operação, na sua frota de voos regulares, 35 aviões Boeing 757. As duas novas unidades entrarão ao serviço na Primavera do próximo ano destinando-se ao departamento dos serviços de «charters» assegurado pela British Caledonian, recentemente comprada pela British Airways.** Serão os primeiros modelos **B-757 da BA** equipados com **motores Rolls Royce** RB 211-535 E4.

CURPIM vai à Serra

A Associação Privada de Solidariedade para o Bem-Estar de Pensionistas e Idosos da Freguesia da Mina vai promover, nos próximos dias 8 e 9 de Março, uma excursão à serra da Estrela. Os custos incluem, para além da viagem, a hospedagem num Hotel de Viseu e pequeno-almoço.



IPE Magazine n.º 3

No seu segundo ano de publicação, o **IPE Magazine** está a ser distribuído. É o n.º 3 desta publicação semestral de **«Investimentos e Participações do Estado, SA»,** de que é editor o dr. Alves Pereira. A **Marconi e o mecenato, a Tabaqueira, Fungest, Nutrinveste, Sucral** (ligação do **Grupo RAR** com o **IPE**) **Fundo Multipar, Cometna, IEFP, Rank Xerox,** agro-indústrias, fundos de investimento, etc, são alguns dos temas que a revista aborda neste seu primeiro número deste ano.

Nomeações na NCR

A NCR Corporation anunciou a nomeação do **dr. Gilbert P. Williamson** para presidente Executivo e membro do Conselho de Directores da NCR. Foi também anunciada a nomeação para o Conselho de Administração do **dr. R. Elton White,** vice-presidente Executivo. O **dr. Charles E. Exley Jr., presidente do concelho da NCR Corporation,** continua a ser o chefe do «Executive Office».

O **dr. Williamson** tem 50 anos de idade, e foi vice-presidente da Região do Canadá/América Latina e posteriormente da região do Pacífico. Em 1986 foi nomeado vice-presidente Executivo e membro do «Executive Office» da **NCR Corporation.** Por outro lado, o **dr. Elton White,** de 45 anos de idade, foi vice-presidente do Grupo Médio Oriente/África e vice-presidente de Marketing na área de Produto e Planificação estratégica. Foi nomeado em 1986 vice-presidente Executivo e membro do «Executive Office» da **NCR Corporation.**

Air France e TAP

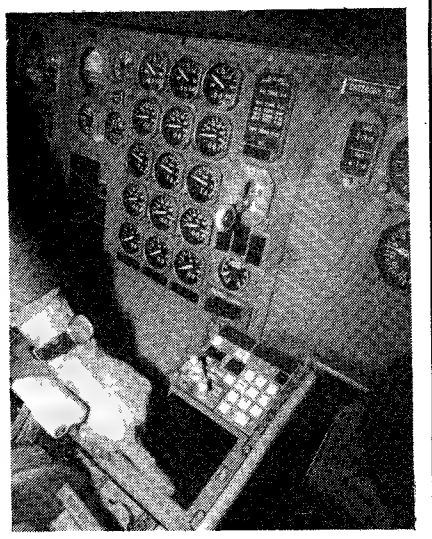
A partir do dia 8 de Março, a **TAP Air Portugal** vai passar a fazer dois voos semanais entre **Lião e Lisboa.** A TAP já realizava um voo todas as sextas-feiras, e agora passa a realizar outro às terças, ambos com partida daquela cidade francesa às 18 horas e com chegada à capital portuguesa às 19 e 20.

Por sua vez, a **Air France** deverá iniciar, a partir de Abril, uma carreira entre **Bordéus e Lisboa,** e provavelmente uma outra entre **Toulouse e Lisboa.**

Algarve nos EUA

Vinte e seis estações de televisão do Canadá e dos Estados Unidos da América vão transmitir, em data ainda não determinada, um programa dedicado ao turismo algarvio, na série de grande audiência «**Travel Magazine**». Para as respectivas filmagens estará no **Algarve,** instalando-se no **Hotel Montechoro,** em Albufeira, de 23 a 26 de Fevereiro, uma equipa dirigida pela directora do programa **Catherine Barry.**

TAP faz ligação terra-avião via satélite



No âmbito da participação da **TAP Air Portugal,** como transportadora aérea pioneira, no projecto de ligação terra-avião, via satélite, numa acção promovida pela SITA em colaboração com a Agência Espacial Europeia e a INMARSAT, têm vindo a ser realizados os testes necessários finais para a implementação desta inovação tecnológica. Este sistema permitirá a transmissão de dados entre os serviços em terra e aviões de longo curso, assegurando uma cobertura global, incluindo zonas oceânicas e África, via satélite.

O projecto tem vindo a ser desenvolvido na **TAP Air Portugal** através do Serviço de Telecomunicações da Direcção de Organização e Sistemas de Informação em colaboração com a Direcção-Geral da Manutenção e Engenharia, que instalaram o equipamento no avião **Lockeed L-1011/500 Tristar «Bartolomeu de Gusmão».**

Para além das aplicações prioritárias de carácter técnico, ligadas com as operações de voo, controlo operacional e serviços de manutenção, a TAP Air Portugal proporcionará, no futuro, após a fase experimental, aos seus passageiros de longo curso da «**Navigator Class**», a possibilidade de transmissão de mensagens utilizáveis pela rede pública telegráfica, e ainda a prestação de outros serviços complementares.

Arrancar e Fisipe apoiam Mimalha, uma nova fábrica de malhas

A Mimalha — Sociedade Industrial de Malhas, SA, constitui um projecto de criação de uma moderna unidade industrial de artigos de malha exterior. Terá a sua sede social e o seu centro de produção, actualmente em construção, na zona industrial do **concelho de Oliveira de Frades.** Trata-se de uma unidade produtiva, tecnológica e organizacionalmente de nível superior, baseada em tecnologias inovadoras e fazendo uso intenso da informática e da automação da produção.

O projecto **Mimalha** pretende, pois, contribuir para a reestruturação do sector têxtil português na área das malhas exteriores, aumentando a sua competitividade futura junto dos tradicionais fabricantes de malha europeus — Inglaterra, França, Itália. Na verdade, só através da modernização industrial pelo aparecimento de projectos inovadores, imbuídos do recurso máximo às novas tecnologias e a novos processos de fabrico, será possível manter a nossa competitividade do mercado, à medida que os níveis salariais do País se aproximarem dos níveis europeus, como é inevitável. Só assim será também possível fazer face à concorrência no sector têxtil dos países menos desenvolvidos, dotados de abundância de mão-de-obra barata, mas simultaneamente muito atrasados tecnologicamente. Esta nova unidade terá como prioridade penetrar no mercado externo, proporcionando a incorporação de um maior valor acrescentado nacional nas exportações de têxteis portugueses.

São apoiantes deste novo empreendimento, lançado pelo dr. Francisco Paula, duas conhecidas empresas: a **Arrancar — Fiacção de Arrancada, SA e a Fisipe — Fibras Sintéticas de Portugal, SA** que, com o seu know-how e a experiência, pretendem contribuir para o desenvolvimento e reestruturação do sector têxtil nacional, assegurando a sua competitividade futura a jusante. É ainda de salientar a preocupação em localizar a nova unidade industrial no interior do País, acompanhando o processo presente das infra-estruturas na zona e os apoios camarários concedidos, contribuindo, desta forma, para a política em curso de regionalização do investimento.

Grupo RAR lança gelados italianos Motta em Portugal

Como resultado da recente associaçao entre o **Grupo RAR** e o **Grupo italiano SME,** nasceu a **Portugel — Comércio e Indústria de Gelados, Ld.ª,** que passará a comercializar e produzir os famosos **Gelati Motta** em Portugal. O **Grupo SME** é o maior grupo alimentar italiano e um dos maiores da Europa, com uma facturação superior a 500 milhões de contos. A associação com o **Grupo RAR,** visa a **comercialização e produção dos gelados e produtos de confeitaria Motta,** bem como a realização de projectos na área da restauração.

Os **gelados Motta,** foram os primeiros gelados de produção industrial a serem introduzidos em Itália. De facto, foi **Angelo Motta,** que no início dos anos 50 deu início à produção do **Mottarello,** que o tornou o grande clássico dos gelados italianos.

A rigorosa selecção e excelente qualidade das matérias-primas, aliada à inovação no processo produtivo, foram os factores que asseguraram o espectacular sucesso da iniciativa **Motta.** Com o decorrer dos anos, o conceito de gelado foi sofrendo mudanças notáveis. De um produto destinado sobretudo aos jovens e limitado a ocasiões sazonais, o gelado industrial, graças à evolução dos estilos de vida e hábitos alimentares, adquiriu características de verdadeiro alimento, sendo consumido também como sobremesa, durante todo o ano.

Actualmente, os **gelados Motta,** com 30% de quota global do mercado italiano, cobrem todos os segmentos de consumo, nos quais souberam conquistar uma imagem de prestígio e de excelente qualidade, fruto de um equilíbrio perfeito entre tradição e inovação.

TANGAROA O exotismo do Pacífico no centro de Lisboa ! TANGAROA
hawaiian bar hawaiian bar
Av. Almirante Reis. 194-A – Tel.: 88 07 98 – LISBOA

Cadilhe almoça com empresários

Em almoço com empresários

CADILHE PROMETE LIBERALIZAÇÃO DAS TAXAS DE JURO E CRÉDITO

O actual sistema de contrôlo do crédito — que passa pela fixação administrativa das taxas de juro e política de enquadramento do crédito — será substituído, mais tardar até finais de 1990, por um sistema de contrôlo monetário indirecto assente, sobretudo, no papel das taxas de juro determinadas pela forças do mercado.

A afirmação foi feita pelo responsável da pasta das Finanças durante um almoço com cerca de duzentos empresários, ontem promovido pela Associação Industrial Portuguesa, e enquadra–se, como foi dito, na preocupação dada pelo executivo ao processo de desregulamentação e reforço do papel das taxas de juro como «instrumento da política monetária».

Assim, a breve trecho, as taxas de juro deixarão de ser fixadas administrativamente, para ser influenciadas — «por aproximações sucessivas» — pelos mecanismos de mercado, onde o Governo se inclui. A acção de controlo passará, deste modo, a ser feito através das operações sobre o mercado monetário — denominadas de «open–market» — e ainda pelas reservas de caixa instituídas superiormente às instituições financeiras.

O prazo adiantado durante o encontro — até ao final da primeira fase do Programa de Correcção do Défice Externo e do Desemprego (PCEDED) — torna, contudo, mais imprecisa a recente promessa de Miguel Cadilhe de que os actuais limites de crédito desapareceriam ainda no decurso deste ano.

Nessa ocasião, Cadilhe disse inclusivamente que «o Governo tenciona abolir durante o corrente ano os limites ao crédito fixados pelo banco central, o que significa, em simultâneo, a liberalização total das taxas de juro» mais tarde e apenas quando se «dispuser de instrumentos suficientes para o seu controlo indirecto».

Dinheiro estrangeiro

Os limites à concessão de crédito foram, todavia, desdramatizadas pelo ministro das Finanças ao afirmar, que as «aparentemente modestas variações do crédito ao sector produtivo serão compensadas quer pelo financiamento não bancário quer pelos fluxos de investimento directo estrangeiro e da CEE» que, na sua opinião, permitirão «a compatibilização com os objectivos so investimento».

Contudo, a compensação feita através de fundos externos tem sido uma constante desde que, em meados do ano passado, as restrições à concessão do crédito se têm feito sentir na actividade económica. Aliás, é o próprio banco central que nas suas sínteses mensais faz alusão a um certo descontrolo monetário ocorrido com a entrada de créditos externos, surgidos como compensação da limitação do interno, crítica igualmente levantada pela oposição, nomeadamente pelo ex–governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio.

Os objectivos macroeconómicos do Governo para este ano, como disse Cadilhe, decorrem das linhas gerais de Novembro de1985, altura em que se pretendeu restabelecer a confiança nos agentes económicos e retomar níveis satisfatórios de produção, tendo havido «necessidade de dar em 1986 um carácter expansionista à política macroeconómica». Obtidos os resultados desejados — que, tal como Cadilhe disse aos deputados da Assembleia da República em Dezembro passado, excederam as previsões, desequilibrando os agregados macroeconómicos — optou–se em 1987 e 1988 por «sintonizar» a política para um «tom já não–expansionista», de crescimento sustentado.

Assim, e abordando as várias componentes da política económica, Miguel Cadilhe afirmou que a política orçamental visará moderar o crescimento da procura interna em simultâneo com o «fomento da modernização do país e aproveitamento completo de todos os recursos comunitários disponíveis», sendo o défice financiado no mercado de capitais e às taxas de juro do mercado.

Objectivo um:inflação

Preocupação máxima deste Governo continua a ser os padrões inflacionários que moldam a política cambial e as políticas de rendimentos, sobretudo na sua componente salarial. Sobre esta questão e suas repercuções na economia, disse que não se deveria ter falsas expectativas quanto ao aumento de emprego ou melhorias significativas de rendimento.

«As empresas e os sindicatos», como disse, «devem usar com moderação o poder de que dispõem sobre os preços e salários no quadro de uma política de rendimentos livremente negociada», sublinhando existir ainda vários conflitos na economia portuguesa. Entre eles, está o que existe entre modernização e o combate ao desemprego, do qual não se deverá «esperar um muito rápido crescimento do emprego no futuro próximo» face ao substancial esforço de modernização e de produtividade que a economia requer, ou ainda o que se verifica entre eficiência e distribuição, implicando que «só a moderação salarial e de distribuição de rendimento permitirão o progresso da economia» com crescimento, a mais longo prazo, do emprego e condições de vida.

No encontro com empresários interveio igualmente o presidente da associação empresarial promotora, Rocha de Matos, que defendeu, sobretudo, alterações à limitação quantitativa ao crédito bancário ou do nível da taxa de juro real, necessitando para tal de uma maior colaboração entre o poder político e o corpo empresarial de que é exemplo, como lembrou, o programa de colaboração firmado ontem entre o Ministério das Finanças e a AIP.

Impostos em atraso podem ser liquidados sem juros

O pagamento de impostos cujo prazo de cobrança voluntária tenha terminado até 31 de Dezembro de 1987 pode ser feito agora mediante condições que contemplam a dispensa do pagamento de juros de mora e de custas.

Um decreto–lei publicado hoje na folha oficial refere as condições em que as dívidas em processos executivos podem ser regularizadas.

O decreto–lei entra em vigôr em 29 de Fevereiro data, a partir da qual, pode ser regularizado o pagamento da quantia exequenda na totalidade, nos três meses seguintes ao da entrata em vigor do presente diploma, com dispensa de juros de mora e de custas.

O documento prevê o pagamento até 18 prestações mensais, no caso de a quantia exequenda exceder 500 contos, não podendo nenhuma delas ser inferior a cem contos.

O decreto–lei prevê ainda o pagamento até 36 prestações mensais, no caso de a quantia exequenda exceder 5 mil contos, não podendo nenhuma delas ser inferior a 200 contos.

No caso das 18 e das 36 prestações está comtemplada a dispensa de jutos de mora, quanto às que forem satisfeitas nos três meses imediatos ao da entrada em vigor do diploma.

O preâmbulo do decreto–lei refere que o documento visa solucionar, «de uma forma directa e objectiva, a actual situação da justiça fiscal, reconhecidamente ineficaz e provocadora de sérios prejuízos tanto para os contribuintes como para o Estado».

Turismo na Madeira desce

A ocupação turística da Região Autónoma da Madeira teve nos últimos três anos uma taxa de ocupação/cama recorde, embora registando no último ano um certo decréscimo, com índices de 71,5 em 1985, 75,9 em 1986 e finalmente 71,3 no ano passado.

Os números foram fornecidos pelo secretário regional do Turismo e Cultura, João Carlos Abreu, que adiantou ainda que o número total de entradas decaiu no último ano, registando no mesmo período, respectivamente, 290 490, 319 419 e 250 203.

COTAÇÕES DE NOTAS E MOEDAS
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por Unidade) COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	58$50	64$50
ALEMANHA FED. (marco)	80$85	82$05
ÁUSTRIA (xelim)	11$50	11$70
BÉLGICA (franco)	3$673	3$923
BRASIL (cruzado)	$790	1$390
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	108$15	110$65
(notas de 5 a 1000)	108$65	111$15
DINAMARCA (coroa)	21$15	21$55
ESPANHA (peseta)	1$170	1$290
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	137$00	140$50
(notas de 5 a 1000)	137$50	141$00
FINLÂNDIA (marka)	33$45	34$05
FRANÇA (franco)	23$90	24$60
HOLANDA (florim)	72$05	73$15
IRLANDA (libra)	216$55	220$55
ITÁLIA (lira)	1$110	1$150
JAPÃO (iene)	1$024	1$079
NORUEGA (coroa)	21$45	21$95
REINO UNIDO (libra)	242$95	247$45
SUÉCIA (coroa)	22$75	23$25
SUÍÇA (franco)	98$40	99$90
VENEZUELA (bolívar)	4$384	5$384

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

Estádio quase às moscas para duas selecções nacionais

Raras incursões portuguesas, por Rui Águas e Rui Barros: nenhum acertou no alvo

Seul já é só miragem

OLÍMPICOS PORTUGUESES DE LENÇO NA MÃO

Está quase completamente desvanecida a hipótese do futebol português estar presente nos Jogos Olímpicos de Seul: ontem, no Estádio Nacional, o empate sem golos da turma escolhida por Juca perante a selecção italiana mais cavou a desilusão lusa.

Por seu turno, a formação transalpina (que ainda não perdeu) averbou o seu 3.º empate e passou a liderar o grupo, com os mesmos pontos da República Democrática Alemã mas menos um jogo disputado. Após o encontro, a classificação do grupo é a seguinte:

	J	V	E	D	G	P
Itália	5	2	3	0	4-1	7
RDA	6	2	3	1	6-5	7
Portugal	5	1	3	1	3-3	5
Islândia	4	1	1	2	5-6	3
Holanda	4	0	2	2	5-8	2

Jogos por disputar a 9 de Março: Holanda-Itália; 29 de Março: Holanda-Portugal; 13 de Abril: RDA-Portugal e Itália-Holanda; 25 de Abril: Holanda-Islândia; 30 de Abril: RDA-Islândia; 24 de Maio: Islândia-Portugal; 29 de Maio: Islândia-Itália.

Ontem, o jogo no Jamor teve nível fraco e assistência extremamente diminuta, não excedendo (com optimismo) os cinco mil espectadores. Sob a direcção de Manfred Neuner (RFA) alinharam:

PORTUGAL: Silvino; Costeado, Miguel, Valério e Fernando Mendes (Carvalho, aos 31 m); Oceano, Parente (Gilberto, aos 74 m), Nascimento e Pacheco; Rui Barros e Rui Águas.

ITÁLIA: Tacconi; Tassotti, De Agostini, Ancelotti e Galli; Cravero, Mauro, Galia e Carnevale; Romano e Virdis (Alessio, aos 74 m).

Cartão amarelo a Ancelotti e Tassotti.

O empate (justo) acaba por castigar devidamente a selecção olímpica portuguesa, que assim tornou praticamente nulas as suas hipóteses de qualificação para as Olimpíadas, mesmo quando ainda tem para disputar três encontros: mas todos fora de casa. Apesar de se tratar de um encontro decisivo (mais para Portugal que para a Itália), a turma de Juca revelou pouca ambição e falta de confiança, com a maioria dos jogadores desinspirados e outros em menor condição física.

O «onze» português nunca soube encontrar soluções para penetrar na defensiva contrária, nem o meio-campo aproveitou a inspiração de Rui Águas, perigoso, mas também muito desapoiado.

Uma vez mais (e dá para pensar) quase ninguém surgiu a apoiar uma selecção nacional de futebol. Sintoma evidente de que a onda criada em Saltillo ainda não desapareceu da apreciação dos entusiastas pelo futebol que preferem (a milhas de distância) enquadrar os jogos dos clubes favoritos a irem a um estádio (seja qual for) apoiar quem se apresente com a camisola das quinas. E, na verdade, já tantos artistas, de maior ou menor gabarito, foram promovidos a «internacionais» deste ou aquele escalão que, um dia próximo, raro será o cartão de visita de um futebolista português que não citar: **ainda não sou internacional. Mas, por este andar, lá chegarei...**

Valeu aos portugueses uma bela actuação de Silvino (em excelente momento de forma) e também a presença de Miguel no centro da defesa, para evitarem ainda pior para as nossas cores. Silvino teve (mesmo) no derradeiro minuto do desafio, **a parada da tarde,** uma intervenção que mais o credencia como o melhor guarda-redes deste momento dentro de todo o futebol lusitano.

A 1.ª parte acabou por se tornar no espelho de toda a deficiente actuação da equipa nacional, com os jogadores a errarem passes em demasia, lateralizando o mais possível e, tudo isto, quase sempre no seu meio-campo. O técnico italiano, colocando os «polícias» Galli e Galia em permanente vigilância sobre Rui Águas e Rui Barros (respectivamente) **«matou de uma só cajadada dois coelhos»:** terminou com as únicas esperanças portuguesas de ataque e a confiança dos restantes sectores.

Juca procurou (nas substituições) contrariar as intenções do seu colega transalpino, mas tanto a entrada forçada de Carvalho para o lugar de Fernando Mendes, como a posterior troca de Parente (sem força) por Gilberto, em nada resultaram. E se Gilberto pôde contar pelos dedos de uma só mão as vezes que tocou no esférico nos 16 minutos que ainda esteve em jogo, também Carvalho pouco mais fez nos 59 minutos que jogou, com a agravante de não ter sabido proteger o seu sector (esquerdo), nem apoiado Pacheco.

Os italianos, com uma formação muito mais ligada, limitaram-se a intimidar os portugueses com os ataques de rompante produzidos nos minutos iniciais da partida e depois, a segurar o jogo, de forma facilitada dado o constante desacerto dos «olímpicos» portugueses.

Como apontamento mais importante no encontro, um lance (aos 38 minutos) protagonizado por Rui Águas, que depois de um bom trabalho individual tentou o chapéu a Tacconi: mas o guarda-redes italiano conseguiu (com dificuldade) impedir o golo. Saliente-se também que, aos 48 minutos, Pacheco atirou à base do poste. Nos restantes minutos, a equipa portuguesa contentou-se em passear o esférico que, quase sempre, ia dormir nos pés dos italianos.

Na defesa portuguesa, Silvino esteve sempre em grande plano, seguido de Miguel, enquanto no meio-campo o desacerto foi total. No ataque, só Rui Águas procurou dar que fazer, conseguindo-o nos raros lances em que foi bem servido pelos seus companheiros. Rui Barros, muito marcado por Galia (que tem o dobro do seu tamanho) pouco se viu.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

ANÚNCIO

Processo n.º 24 773
3.ª Secção

Pela terceira secção deste Tribunal se faz saber que correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e última publicação deste anúncio, citando MICHELE LÉONIE RONQUE, cuja última residência conhecida foi na Rua 20, n.º 13-2.º – Frente, Feijó – Almada, e actualmente em parte incerta, para no prazo de dez dias, findo o dos éditos, deduzir oposição, querendo, ao pedido de Revisão de Sentença Estrangeira formulado por Vítor Manuel Martins Rodrigues, para que a sentença proferida pelo Tribunal de Grande Instância de Nanterre, já transitada em julgado, que decretou o divórcio entre ambos, produza todos os legais efeitos em Portugal, sob pena da mesma ser revista e confirmada por este Tribunal da Relação, ficando o duplicado da petição inicial e documentos quew a acompanham apensos por linha a este processo, à disposição da citanda.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1988

O Juiz Desembargador,
Fernando Amâncio Ferreira

O Escrivão Adjunto,
Hermínio Amaro Ferreira

«DL» 25/2/88 — 1.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

15.º JUÍZO

ANÚNCIO

Execução de sentença n.º 3610-B, 3.ª Secção. Exequente Companhia de Seguros Império, EP, com sede na Rua Garrett, 56 em Lisboa.

Executado LEANDRO & VALE, Ld.ª, com sede na Praça do Comércio, 21 – Braga.

Por este Tribunal correm éditos de vinte dias, que começarão a contar-se da 2.ª e última publicação do anúncio, citando os credores desconhecidos daquela executada para, no prazo de dez dias posterior ao dos éditos, virem à execução deduzir os seus direitos. Para constar se passou o presente edital, que vai ser devidamente afixado.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1988

O Juiz de Direito
M.ª Paula Sá Fernandes

O Escrivão de Direito
M.ª da Graça M. Ferreira de Barros

«DL» 25/2/88 — 1.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

4.º JUÍZO

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da data da publicação do último anúncio.

Execução Ordinária n.º 4112 3.ª, Secção, Exequentes – Companhia de Seguros Império, EP, Executado – Construtora Metálica Progresso Vianense, Ld.ª com sede no lugar de Chafe – Anha – Viana do Castelo.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1988

O Juiz de Direito,
António Santos A. Geraldes

Pel'O Escrivão de Direito,
Ana Maria Ferreira

«DL» 25/2/88 — 1.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

5.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

Por este Tribunal, na execução que a Companhia de Seguros Império, EP move contra o Executado ROGÉRIO SILVA NETO, industrial, residente em Varziela — Paços de Ferreira, pendente na 2.ª Secção do 5.º Juízo Cível da comarca de Lisboa, registada sob o n.º 6734-C, correm éditos de vinte dias, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos daquele executado para, no prazo de dez dias posterior aos dos éditos, virem à execução deduzir os seus direitos. Ao executado foram penhorados bens móveis.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1988

O JUIZ DE DIREITO
Guilherme Augusto da Igreja

Pel'O ESCRIVÃO DE DIREITO
Manuel Gonçalves Vilhena

«DL» 25/2/88 — 1.ª Pub.

Sport-society

«El Sombrero»

Patrízia Lozano (correspondente da TV mexicana no nosso país) e Pedro Luís de Castro convidando os companheiros de Imprensa para hoje (às 18 horas) estarem a seu lado na festa com que o «El Sombrero» (Rua José Carlos dos Santos, 20 — Lisboa) comemora o 1.º aniversário. «Tacos» e a bela «tequilla» vão despertar muitas conversas.

«Algarve Cup»

O Clube Internacional da Marina de Vilamoura (CIMAV) e a Comissão Executiva da «Alarve Cup», reúnem-se com a Imprensa no «cocktail» de apresentação desta prova internacional de vela, no Novotel (Restaurante Antiquarius, em Lisboa) esta tarde, pelas 18 e 30.

Anderlecht em Lisboa

Por ocasião da visita do Anderlecht a Portugal (para o confronto com o Benfica, na Taça dos Clubes Campeões Europeus, de Futebol) o Generale Bank convidou os jornalistas desportivos para um «cocktail» que terá lugar a 1 de Março, pelas 17 horas, na Rua Alexandre Herculano, 50,6.º, em Lisboa.

«Correio da Manhã» apresenta GP de Ciclismo

Amanhã, pelas 18 horas, o vespertino «Correio da Manhã» apresenta no Altis (Lisboa) e no Grande Hotel (Porto) o seu I Grande Prémio de Ciclismo, que se realizará nos dias 16 e 19 entre Vila Nova de Gaia e Faro na distância de 600 quilómetros e dividido por 4 etapas.

Recorde-se que esta será a primeira prova (por etapas) do calendário oficial e terá as seguintes «tiradas»: dia 16: Vila Nova de Gaia/Coimbra, dia 17: Leiria/Loures; dia 18: Azeitão/Évora e dia 19, Beja/Faro.

Se não for antes

Valdo: Junho na Luz

Agora, tudo ($$$) firme

O conhecido empresário Manuel Barbosa pode (finalmente) respirar de alívio já que, em viagem-relâmpago de Gaspar Ramos a Porto Alegre, chegaram a bom termo as negociações entre o Grémio e o Benfica, com vista à transferência do futebolista Valdo para o clube lisboeta, mas apenas no final da presente temporada. Para já (e como anunciámos na nossa edição de ontem), Valdo fica por lá.

Segundo informações prestadas por José Gomes Machado (porta-voz da direcção do SLB), o negócio foi concretizado ontem na sede do Grémio de Porto Alegre, entre a direcção daquele clube brasileiro e Gaspar Ramos, o qual já fez a entrega de um milhão de dólares ao clube brasileiro. Esta quantia é apenas uma parte do custo total da transferência de Valdo, uma vez que o restante terá de ser liquidado até 15 de Julho do corrente ano, mas Gomes Machado adiantou que o jogador poderá ingressar mais cedo no clube da Luz.

O dirigente «encarnado» confirmou o acordo verbal entre os dois clubes para a cedência antecipada do jogador, caso o Grémio seja eliminado de uma importante prova sul-americana, que se realiza entre 2 e 16 de Março, e o Benfica liquida a quantia restante.

O presidente do Grémio prometeu-nos libertar o jogador mais cedo se a equipa for eliminada. Caso contrário, o Benfica (em Junho) pagará o restante do montante da transferência, mas estamos confiantes que o jogador ainda pode chegar à Luz em Março», afirma José Gomes Machado.

Ainda segundo aquele dirigente benfiquista, a morosidade do processo (que se arrasta há mais de dois meses) deveu-se, sobretudo, à exigência dos dirigentes do clube brasileiro, que pretendiam do Benfica o pagamento global para a transferência de Valdo.

Gomes Machado recordou ainda que o jogador tem com o Benfica, desde Dezembro último, um compromisso assinado e **«perfeitamente legalizado».**

Pentatlo moderno

Portugueses no "meeting" do Cairo

Caimoto Duarte ocupa um honroso 7.º lugar no «meeting» internacional de pentatlo moderno do Cairo, iniciado com a prova de hipismo.

Caimoto Duarte, de 18 anos, totalizou 1010 pontos, apesar de ter competido na 3.ª série, com os cavalos a acusarem algum desgaste físico, e de ter utilizado uma das piores montadas, o «Ramses».

O outro português em prova, Rui Frasão, de 17 anos, teve um comportamento bem mais modesto, quedando-se pela 26.ª posição, entre 33 concorrentes, com 830 pontos, marca aquém, do seu habitual e justificável por ter montado também o «Ramses», na 4.ª série.

A prova de hipismo foi ganha «exaequo» pelo húngaro Akos Hanzeli e pelo alemão-federal Oliver Metschke, que somaram 1070 pontos cada, indo o 3.º lugar para o egípcio Rashid Badser, com 1040 pontos.

Rui Frasão e Caimoto Duarte, actuais campeão e vice-campeão nacionais juniores, aspiram no Cairo a um lugar no mundial da categoria, a realizar também na capital egípcia, na primeira quinzena de Outubro, objectivo só concretizável se atingirem 4500 pontos.

A competição prossegue hoje com a disputa da prova de esgrima, a que se seguirão a natação (amanhã) o tiro (sábado) e a corrida (domingo).

Além de Portugal, estão presentes no torneio internacional do Cairo atletas do Egipto, França, Grã-Bretanha, Hungria, Itália, RFA e Grécia.

Decidido às 2 e 15 da madrugada

RIJKAARD: 'LEÃO' EM 'STAND BY'

O Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol decidiu, por maioria, improcedente o recurso apresentado pelo Sporting, que pretendia ver o futebolista holandês Rijkaard inscrito, de molde a jogar ainda esta temporada.

Com esta decisão, Rijkaard fica impossibilitado de alinhar pelos «leões» esta temporada, sendo provável que o clube leonino, venha a ceder o jogador ao Saragoça da primeira Divisão espanhola.

O Sporting, que contratou o jogador através do empresário Jorge Gonçalves, tinha esperanças que o Conselho de Justiça da FPF abrisse uma excepção ao prazo normal de inscrição.

O conteúdo do acordo do Conselho de Justiça só será tornado público, depois de entregue às partes interessadas.

Entretanto, uma fonte próxima do Saragoça revelou que Rijkaard, prevendo a decisão negativa da FPF, havia marcado para hoje um encontro, em Madrid, com o presidente do Saragoça, Francisco Santamaria.

O mais inconformado com esta decisão, do Conselho de Justiça da FPF foi o empresário Jorge Gonçalves que aos microfones da Rádio Comercial afirmava esta manhã: **perdemos esta batalha mas vamos ganhar a guerra. As pessoas que contribuíram para isto não vão ficar a gozar.**

«Mly» renovou

O guardião polaco Mlynarczyk renovou por um ano o seu contrato com o FC Porto, ao mesmo tempo que Silvino (Sporting de Espinho) regressa às Antas. Outros jogadores devem prolongar compromissos com os «dragões» nas próximas horas: André, Inácio e Quim.

Árbitros em colóquio

O Conselho de Arbitragem da AFL realiza, amanhã, às 21 horas, na Rua dos Fanqueiros, 150-2.º em Lisboa, mais um colóquio sob o tema «A Disciplina no Futebol». Convidados: Vieira de Carvalho, jornalista (moderador), Marinho Peres (treinador) juiz João Diniz Nunes (presidente do Conselho Jurisdicional da AFL) e Rui Bandeira (árbitro distrital).

Marrocos vence no Funchal

A selecção de futebol de Marrocos derrotou o Marítimo, da 1.ª Divisão, por 1-0, em encontro de carácter particular, disputado no Funchal. O único golo do encontro foi marcado por Kairi, aos 90 minutos.

A selecção marroquina encontra-se na Madeira a realizar um estágio.

Futebol de salão: festa

A Associação de Futebol de Salão de Lisboa promove, amanhã, às 20 e 30, no Restaurante «Aníbal», em Tercena, um jantar de homenagem aos atletas e técnicos que conquistaram o título europeu de futebol de salão.

Taça de Portugal

O União de Santiago do Cacém goleou o Pedrouços (8-0) e qualificou-se para a 5.ª eliminatória da Taça de Portugal. O encontro, realizado em Santiago do Cacém, foi o desempate após uma igualdade sem golos em Santiago do Cacém foi o desempate após uma igualdade sem golos no primeiro encontro.

Na nova eliminatória, a disputar em 9 de Março, a equipa de Santiago do Cacém desloca-se ao campo do Gil Vicente, ambos da 2.ª divisão nacional.

Os restantes jogos de desempate da 4.ª eliminatória disputam-se hoje: Lousanense - Covilhã (15 horas), Penafiel - Bragança (17) e Lixa - Caldas (15).

Estorilistas entram na «bolsa de valores»

Os três principais clubes portugueses, FC Porto, Benfica e Sporting e ainda o Guimarães estão a disputar a contratação dos defesas centrais do Estoril, Martins e Paulinho, disse à Lusa uma fonte do Estoril-Praia.

O clube da Luz foi o que há mais tempo revelou interesse nas suas contratações, tendo o Porto, Sporting e Vitória de Guimarães, entretanto, intensificado os seus contactos com os dirigentes do clube da Costa do Sol.

Mais brasileiros para o Louletano

Cinco futebolistas brasileiros encontram-se à experiência no Louletano, com vista a reforçar a equipa, que aspira ascender à primeira divisão do futebol português — revelou o presidente do clube algarvio.

Os referidos jogadores brasileiros são os defesas Nilton Mendes (ex-Vasco da Gama), e Pagani (ex-Fluminense), os médios Maurinho (ex-Fluminense) e Sidon (ex-Juventus de São Paulo) e o avançado Rubens (ex-Bandeirantes).

«O Louletano tudo fará para subir de divisão» — afirmou o presidente João Campina, acrescentando que esta temporada existem fortes hipóteses de esse objectivo se concretizar.

A decisão final sobre a contratação ou não dos brasileiros dependerá do treinador **Manuel de Oliveira,** que segundo Campina **«não sairá do clube pelo menos até final da época».**

Recorde-se que o Louletano possui já três jogadores brasileiros ao seu serviço, sendo eles José Carlos, Rogério e Mazola.

Torneio Internacional em Faro

Decorreu no Hotel Eva, em Faro, o Torneio Internacional de Bridge «Vista Alegre/Dom Pedro», que registou a participação de 84 bridgistas oriundos de Portugal, Inglaterra, Bélgica, França, Espanha, Dinamarca e Noruega. Tratou-se de uma iniciativa do Clube Dom Pedro e que conheceu assinalado êxito.

O par Golmar, de Huelva, foi o vencedor do Torneio, ficando no 2.º lugar o par português Pereira Dias e João Campos.

Noruega vence Louletano

A selecção da Noruega venceu o Louletano (4.º classificado na Zona Sul da 2.ª divisão nacional) por 3-0, em jogo particular disputado no Estádio Municipal de Loulé. Os três tentos dos nórdicos (que estagiam no Algarve) foram marcados no primeiro tempo, por Rekdal (aos 15 e 35 minutos) e Meinseth (44), tal como ontem noticiámos, na 3.ª feira à noite, os nórdicos tinham batido uma formação de segundo plano do primodivisionário Farense, por 2-1.

Espanha perde (em Múrcia) com a Checoslováquia

A Checoslováquia, adversária de Portugal na fase preliminar do «Mundial», derrotou a Espanha por 2-1 em encontro particular de futebol, disputado em Múrcia.

As equipas alinharam:
ESPANHA: Zubizarreta; Lopes Ufarte, Sanchis (Andrinua, 46), Larranaga, Júlio Alberto (Diego, 46); Eusébio, Joaquin (Senor 61), Victor e Beguiristain; Butragueno e Julio Salinas.
CHECOSLOVÁQUIA: Miklosko; Levy, Straka, Chovanek e Vlk; Bilek (Kula 84), Hasek, Kubik e Hyravy; Luhovty e Knoflicek.

assim vai o

totobola

Rádio Sports, 122 X1X 111 1222: Gazeta das Caldas, 122 111 X1X 1111; A Ordem, 122 111 11X X11X; Jornal 1X2, 122 X11 X1X X1XX; Jornal da Lixa, 12X X11 11X X11X; Noticias de Gouveia, 1X2 X11 X1X 1121; Ecos de cacia, 122 111 X1X X12X; Rádio Totobola, 1X2 X11 X1X 1112; Penalti, 122 111 11X X111; Litoral, 122 111 111 12X1; Voz do Ave, 1XX 111 111 1XX1; Informação Desportiva/R. Altitude, 12X 111 111 1111; Quatro Linhas, 12X 111 111 1111; Panorama Desportivo, 1X2 111 X1X X1XX; Jornal da Beira, 112 111 X11 11XX; Semanário da Região Bairradina, 122 111 X1X X11X; Jornal de Santo Tirso, 122 111 111 X111; Reconquista, 122 X11 X11 11X2; O Mensageiro, 1XX 111 111 111X; Fora de Jogo, 1X1 111 111 1111; Grande Sábado, 1XX 1X1 1XX 11XX; Ponto de Mira, 121 1X1 XXX 11X1; Sintonia Desportiva, 12X 111 X1X 11XX; Fotogramas, 121 1X1 X11 112X; Bola ao Centro, 1XX 1X1 X11 11X1; Programa da Manhã, 12X 111 XXX 112X; Canal Mais, 121 11X 1XX 111X; Boomerangue, 121 111 1X1 1121; Noticias de Viana, 12X 111 211 XXXX; Diário de Lisboa, 12X 1X1 X1X 11XX; Manhã, Manhã, 12X 111 X1X 111X; Secção Desportiva, 122 111 111 X112; Tempo de Desporto, 12X 111 X12 11X2; Defesa de Espinho, 122 111 111 1111; No Estúdio e no Estádio, 12X X11 X1X XX1X; Tarde Desportiva, X21 X11 X12 1111; Livre e Directo, 122 X11 2X1 11X2; Folha do Domingo, 122 111 X11 111X; O Algarve, 12X X11 X1X 11XX; A Voz do Domingo, 122 111 X11 1112;

Eu Sei Tudo, 12X X11 11X 111X; Pista de Dança, 122 111 11X 1121; Jornal de Sintra, 122 111 X11 111X; Jornal de Amarante, 122 111 111 1111; Voz de Lamego, 12X 111 11X 11X2; A Defesa, 1XX 111 X1X 1122; Correio do Vouga, 12X 111 11X 1111; Maria da Fonte, 122 111 11X 11X1; Sons da Madrugada, 12X 1X1 11X 112X; RR/ Desporto, 122 111 111 X111; Bola Branca, 122 X11 11X 111X; Frente Desportiva, 122 111 111 11X2; Linhas de Elvas, 122 111 111 1111; RDP/ Rádio Guarda, 12X 111 XX2 2111; Noticias de Felgueiras, 12X 111 11X X11X; Jornal de felgueiras, 12X 111 X11 X1X1; Rádio Alvo, 121 X1X 11X 1111; Placard Desportivo, 122 XX1 11X 1111; Panorama, 122 X2X 212 X111; Jornal da Graça, 122 X1X X11 11XX; O Comércio de Leixões, 122 111 X11 1111; Jornal de Noticias, 122 111 X1X X1XX; De Tudo um Pouco, 12X 111 X1X X111; A Voz dos Ridiculos, 12X 111 111 1111; Alvo Desportivo, 1X1 111 111 1111; Alvo, 112 111 11X X11X; Alvo Suplemento, 111 1X1 X11 2112; Musica e Desporto, 122 111 X11 XXXX; Jornal de Gaia, 12X 1X1 X1X 1112; Primeiro de Janeiro, 122 111 X11 X111.

PROGNÓSTICOS DOS ORGÃOS DE INFORMAÇÃO

PARA O CONCURSO N.º 09/88 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1988

	RESUMO 1	RESUMO X	RESUMO 2	BOLAS (*) 1	BOLAS (*) X	BOLAS (*) 2
1. Porto-Varzim	68	1	1	10	1	1
2. Marítimo-Benfica	3	11	56	1	2	9
3. Covilhã-Boavista	19	25	35	2	4	6
4. Braga-Penafiel	54	16	0	9	3	1
5. Salgueiros-Rio Ave	60	9	1	10	1	1
6. Chaves-Espinho	65	5	0	11	1	1
7. Elvas-Farense	33	34	3	5	6	1
8. Sporting-Académica	63	7	0	11	1	1
9. Portimonense-Belenenses	32	33	5	5	6	1
10. Setúbal-Guimarães	48	20	2	8	3	1
11. Leixões-Famalicão	64	4	2	10	1	1
12. U. Leiria-Beira Mar	39	22	9	7	3	2
13. Estoril-Nacional	30	28	12	5	5	2

(*) — Nos termos do Art.º 14.º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "CHAVE" LÓGICA SERÁ:
122 111 X1X 1111

PONTA ESQUERDA

Futebol: Conselho de Justiça revoga o que estava decidido pelo Conselho de Disciplina

O Conselho de Justiça da Federação de Futebol revogou decisões do Conselho de Disciplina: Assim, já não é aplicada derrota (0-3) ao Torreense no jogo que disputou em Estarreja nem terá a pagar qualquer multa. Por seu turno, também o Estarreja nada sofre em relação aos encontros em que fez alinhar o jogador António Moreira Nunes (perante Torreense, Mirense, Almeirim e Caldas). Foi levantada a suspensão ao atleta e o Estarreja somente terá de pagar 24 contos à FPF.

Guimarães: 142 mil contos de saldo

Pela primeira vez no historial do Vitória de Guimarães, as mulheres associadas passam a ter direito de voto nas eleições para os corpos gerentes do clube vimaranense.

Esta foi a principal deliberação tomada na assembleia geral extraordinária do clube que aprovou também outras alterações importantes aos estatutos em matéria de composição e funcionamento da direcção.

A mesma assembleia revogou ainda uma alínea dos estatutos que permitia o voto por procuração, tendo sido alterado igualmente o parágrafo respeitante ao número de sócios proponentes de listas às eleições, que passou de 30 para 300.

Antes houve uma outra assembleia, esta ordinária, em que foi aprovado o relatório de contas do clube, que apresentou um resultados de exercício positivos de 142 mil contos. Durante esta sessão foi ainda eleito o conselho vitoriano, um dos órgãos sociais do clube até aqui em «estado de coma» e que passa a ser formado por oito sócios escolhidos com base em critérios de antiguidade e de serviços prestados ao clube.

Schuster a contas com o "fisco"

A Fazenda Pública de Barcelona processou judicialmente o futebolista alemão-federal Bernd Schuster, acusando-o de ter defraudado o Estado espanhol em 66 350 dólares (cerca de 7500 contos).

Segundo o instrutor do processo, entre Agosto de 1983 e Janeiro de 1986, Schuster, médio de ataque do Barcelona, declarou ter recebido 250 mil dólares (cerca de 35 mil contos), quando os seus rendimentos totalizaram 600 000 dólares (90 mil contos).

Michele Mouton volta a acelerar

A francesa Michele Mouton, a única mulher a ganhar uma prova do Mundial de Ralis (portugal, 1982), vai voltar às competições no Rali da Tunísia, anunciou Francisco Crous, representante em Espanha da organização da prova.

Michele Mouton, afastada da modalidade desde 1986, altura que interrompeu a sua carreira para realizar o desejo de ser mãe, tendo dado à luz uma menina (Jessica), disse que estará na Tunísia «como divertimento e nunca sob a pressão de lutar pelo triunfo».

"Vuelta": final em Madrid

Até 1992, a Volta à Espanha em bicicleta terminará sempre em Madrid, segundo um protocolo assinado pelo município da capital e a Unipublic, uma empresa privada publicitária patrocinadora de acontecimentos desportivos.

DL DESPORTO

Mais um problema com o técnico adjunto

OCTÁVIO: PUGILATO NA CABINA PROVOCA CONVULSÃO NAS ANTAS

O caso é conhecido. Octávio Machado, que há alguns anos desempenha as funções de técnico adjunto ao serviço do FC Porto, criou grave convulsão no seio da turma dos «dragões» ao esmurrar (na presença do presidente Jorge Nuno Pinto da Costa) o empresário Delane Vieira que, igualmente, integra o Departamento de Futebol do grande clube portista.

O conflito ocorreu após o encontro do passado sábado (no Bessa) e a cena de pugilato teve por palco a cabina da turma destinada aos briosos atletas liderados por Tomislav ivic e rapidamente foi propagado na Invicta cidade. Octávio Machado terá imediatamente manifestado o desejo de abandonar o clube, ainda que Pinto da Costa afirme de que isso não significa ter apresentado o pedido de demissão.

O presidente do FC Porto promete tomar uma atitude que vise acautelar a tranquilidade no departamento, mas recusa assumir decisão precipitada, reservando-a para depois de reunir com Teles Roxo e com os demais elementos do executivo.

Nos meios afectos ao clube, vão sendo recordados outros episódios protagonizados por Octávio Machado, falando-se de conflitos tidos com Amaral, Vermelhinho, Madjer, Eurico e outros mais futebolistas que ainda integram o «plantel». Naturalmente, que as opiniões dividem-se quanto ao desfecho deste lamentável caso, havendo quem atribua a Octávio larga parcela nos êxitos futebolísticos averbados pelo clube, mas outros há que defendem o preceito de que a «era do chicote» e o apetite por métodos de repressão já lá vai, pelo que são indesejáveis, no clube, os que perfilham tais princípios.

Muito agastado, com o triste folhetim que teve por intérpretes dois elementos com responsabilidade no clube, está Jorge Nuno Pinto da Costa, que teria desabafado a dado momento: **coisas destas levam-me a manter a decisão de não me recandidatar mesmo.**

Um facto nos parece certo: Pinto da Costa saberá, mais uma vez, decidir de acordo com os inquestionáveis interesses do prestigiado e respeitado clube a cujos destinos preside e a solução até poderá passar pela confirmação do pedido de demissão do empregado prevaricador.

Segundo a "Gazzeta Dello Sport"

Porto rompeu com Bayern e negoceia Madjer com o Inter

● *La Stampa: 'dragões' em crise financeira*

O empresário Luciano D'Onofrio, ligado ao FC Porto, encontra-se em Milão para negociar a transferência do argelino Madjer para o Inter, da primeira divisão italiana de futebol — revelou o jornal desportivo transalpino «Gazzetta Dello Sport».

O mesmo jornal desportivo revela que Madjer exige o equivalente a 400 mil contos por contrato válido por três anos, o que o colocaria entre os futebolistas mais bem pagos da Europa.

Ainda segundo o jornal, o Fc Porto, que emprestou Madjer ao Valência até final da época, rompeu todas as relações com o Bayern de Munique, depois de os dirigentes bávaros afirmarem terem perdido a cópia do contrato-promessa assinado há três meses com o jogador argelino.

«La Stampa» revela: «dragões» estão em crise financeira

Rui Barros (FC Porto) está na disposição de dar o «salto» para Itália, não pondo objecções a ingressar em qualquer equipa da primeira divisão, afirma o jornal desportivo «Gazzetta Dello Sport».

«Iria a correr. Lá existe tanto dinheiro. Roma, Ac. Milão, Nápoles ou Sampdoria, não importa o clube» — disse Rui Barros, citado pelo mesmo jornal, que cobriu em Lisboa o jogo Portuga-Itália em olímpicos, no Estádio do Jamor.

Outro jornal italiano, «La Stampa», dá também destaque ao assunto, dizendo que **«O FC Porto em dificuldades económicas está pronto a ceder Rui Barros e o Argelino Madjer».**

O «La Stampa» confirma a verba de 550 mil contos pedida pelo FC Porto a quem quiser os serviços de Rui Barros, admitindo que aquela soma **«Poderá baixar até aos 110 mil contos, dada a urgência em resolver a crise financeira dos 'dragões'».**

Modalidades

Hóquei em patins: Taça

Realizaram-se anteontem os encontros correspondentes à 2.ª eliminatória da Taça de Portugal em hóquei em patins, tendo verificado os seguintes resultados:

ZONA NORTE — Famalicense-Ferpinta, 5-4; Desportiva da Póvoa-Oliveirense, 3-5; Carvalhos-Barcelos, 6-14; Escola Livre-Juventude Pacense, 5-1; Sanjoanense-Juventude de Viana, 3-2; Limianos-Grundig, 2-6; Paço de Rei-Infante de Sagres, 8-5; Académico do Porto-Bom Sucesso, 2-11; Académica de Espinho-Cucujães, 6-7 e Estrela Vigorosa-Valadares, 3-4.

ZONA CENTRO — Stella Maris-Académica de Coimbra, v.f.c.; Empregados do Comércio-Turquel, 6-8; Sporting Marinhense-Mealhada (interrompido devido a incidentes, quando o resultado era de 6-6); Termas de S. Pedro do Sul-Tigres de Almeirim, 2-18; Associação de Paul-Sporting de Tomar, 0-20; Hóquei da Guarda-Associação de Fundão, 0-12; Sanata Cita-Hóquei de Viseu, 22-2 e Oliveira do Hospital-Alcobacense, 6-7.

ZONA SUL — Sesimbra-Salesiana, 4-8; Quimigal-Académica da Amadora, 13-1; Física-Paço de Arcos, 0-10; Juventude Azeitonense-Parede, 5-11; Sintra-Sporting, 3-5; Alenquer-Desportivo de Beja, 14-6; Seixal-Santos da Venda Nova, 3-6; Estremoz-Belenenses, 2-6; Campo de Ourique-Oeiras, 5-1; e Cascais-Benfica, 5-20. Ficou por disputar o jogo Portosantense-Aljustrelense, marcado para sábado.

As equipas vencedoras ficaram apuradas para a terceira eliminatória, a disputar no dia 8 de Março. O sorteio realiza-se amanhã, pelas 18.30 horas, na sede da Federação Portuguesa de Patinagem.

assim vai o

totobola

Notícias de Viana, 121 1X2 2X1 1X22; Rádio Sports, 11X 111 211 1111; Gazeta das Caldas, 11X 112 221 1112; A Ordem, 11X 122 X21 11X2; Jornal 1X2, 11X X11 X21 11X2; Jornal da Lixa, 1XX 122 2XX 111X; Notícias de Gouveia, X12 112 221 2112; Ecos de Cacia, 11X 111 11X 111X; Rádio Totobola, 111 1XX 211 1X12; Penalti, 112 22X 221 1222; Litoral, 111 XX2 22X 111X; Voz do Ave, 111 111 X11 1211; Informação Desportiva / R. Altitude, 111 111 XX11 1112; Quatro Linhas, 11X 111 X21 11X2; Panorama Desportivo, 111 1XX 211 X1X2; Jornal da Beira, 111 XX2 121 1X12; Semanário da Região Bairradina, X22 X1X X11 XX1X; Jornal de Santo Tirso, 111 1X2 1X1 1112; Reconquista, 111 11X 211 1112; O Mensageiro, 11X X22 XX1 X1X2; Programa da Manhã, 12X 1X1 XX1 112X; Canal Mais, 111 112 X11 1222; Boomerangue, 1X1 X12 111 121X; Sintonia Deseportiva, 1X1 X12 X11 1X22; Fotogramas, 111 X12 X11 112X; Bola ao Centro, 12X 1X1 XXX 11X1; Fora de Jogo, 111 111 111 111X; Grande Sábado, 111 X1X X11 1X22; Ponto de Mira, 111 X12 X11 1X12; Diário de Lisboa, 1X1 XX2 22X X12X; Manhã, Manhã, 11X 111 X12 XXX2; Secção Desportiva, 111 1X1 121 1X22; Tempo de Desporto, X1X 1XX XX1 11X2; Bom Dia, 1X1 2X1 111 1X12; Livre e Directo, 11X 111 X21 X11X; Tarde Desportiva, 1X1 X1X X21 1X12; No Estúdio e no Estádio, 11X 111 X22 12X2; Folha do Domingo, 111 112 X11 1112; O Algarve, 11X 111 211 XX22; A Voz do Domingo, 111 111 1X1 111X; Eu Sei Tudo, 111 111 XX1 X1X1; Pista de Dança, 112 111 XX1 1212; Jornal de Sintra, 111 1X1 22X 1X12; Jornal de Amarante, 111 112 221 1112; Voz de Lamego, 111 XX1 211 X212; Defesa de Espinho, 112 X21 221 1222; A Defesa, XX1 XX1 2X1 XX12; Correio do Vouga, 111 X11 111 1X12; Maria da Fonte, 11X X12 2X1 11X2; Sons da Madrugada, 112 2X2 211 X212; RR/Desporto, 1XX 111 221 1112; Bola Branca, 111 1X1 X21 11X2; Frente Desportiva, 11X 1XX 2XX 1X12; Linhas de Elvas, 11X 111 XX1 1112; RDP/Rádio Guarda, 2XX 122 XX2 1111; Notícias de Felgueiras, 1XX 1XX X1X 11XX; Jornal de Felgueiras, 11X 1X1 X11 11X2; Comércio de Leixões, 11X 112 XX1 1112; Jornal de Gaia, 111 X2X X11 X112; Jornal de Notícias, 12X 1XX XX1 111X; De Tudo Um Pouco, 11X 1XX 2X1 112X; Jornal da Graça, 112 X12 21X 11XX; Primeiro de Janeiro, 11X 111 X11 11X1; Alvo Desportivo, 111 XXX 111 1211; Rádio Alvo, X11 11X 11X 111X; Alvo, 111 112 11X XXXX; Alvo Suplemento, 111 111 111 1111; A Voz dos Ridículos, 111 111 111 1111.

PROGNÓSTICOS DOS ORGÃOS DE INFORMAÇÃO

PARA O CONCURSO N.º 81/88 DE 2 DE MARÇO DE 1988

	RESUMO 1	RESUMO X	RESUMO 2	BOLAS (*) 1	BOLAS (*) X	BOLAS (*) 2
1. Benfica-Anderlecht	62	5	1	10	1	1
2. Bordéus-PSV Eidhoven	53	10	5	9	2	1
3. S. Bucareste-Gl. Rangers	35	26	7	6	5	1
4. Bayern-Real Madrid	45	20	3	7	4	1
5. Atalanta-Sporting	38	23	7	7	4	1
6. Malines-Dínamo Minks	30	15	23	5	3	4
7. Young Boys-Ajax	14	31	23	3	5	4
8. R. Palloseura-Marselha	30	19	19	5	3	4
9. Espanhol-Vitkovice	55	11	2	9	2	1
10. Panatinaikos-FC Bruges	54	13	1	9	2	1
11. B. Leverkusen-Barcelona	41	17	10	7	3	2
12. Verona-Werder Bremen	38	18	12	7	3	2
13. Pescara-Nápoles	9	17	42	2	3	7

(*) — Nos termos do Art.º 14.º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "CHAVE" LÓGICA SERÁ:
111 111 X11 1112

DL HÁ 20 ANOS

General Wheeler, no Vietnam: «Não vejo um fim próximo para esta guerra»

«Devemos preparar-nos para combates muito duros, pois não vejo um fim próximo para esta guerra» — declarou o general Earl Wheeler, chefe do Estado-Maior interarmas, à partida de Saigão, após uma visita de quatro dias ao Vietnam do Sul.

O general acrescentou que o inimigo dispõe de forças substanciais, que ainda não entraram em combate, e que deu já provas suficientes da tenacidade com que luta.

Consta em Saigão que o general Wheeler, quando chegar a Washington, vai propor o envio para o Vietnam do Sul de 800 helicópteros e de mais 100 mil homens, acima do «plafond» de 525 mil previsto para este Verão.

Entretanto, Saigão continua cercado por tropas «vietcongs», que se afastaram dos bairros urbanos e dos arrabaldes da capital, mas continuam na província imediatamente contínua. Nas últimas 24 horas ocorreram quatro recontros, alguns de importância, todos eles num raio de poucos quilómetros em torno de Saigão. A 67 quilómetros da capital, uma posição de infantaria americana sofreu na noite passada o assalto de um batalhão vietcong. Os americanos, que foram reforçados por uma unidade deslocada a meio da noite, bem como pela artilharia e pela aviação táctica, tiveram 20 mortos e 68 feridos.

Rap Brown preso

O militante do «Poder Negro» Rap Brown, deu ontem entrada na cadeia de Baton Rouge (Louisiana), aguardando o dia da comparência em Nova Orleans, onde está incriminado, com fianças que atingem 100 mil dólares (2900 contos).

Brown foi acusado no tribunal federal de Nova Orleans, em Setembro passado, de ter violado a lei nacional do porte de armas e intimidado um agente negro do FBI que testemunhou contra ele numa audiência para estabelecimento de uma fiança.

André Malraux em conflito com os cineastas

André Malraux encontra-se em conflito generalizado com, praticamente, todo o cinema francês, em consequência do que já convencionou chamar-se «caso Langlois». O Ministério dos Negócios Culturais, com efeito, decidiu demitir, pura e simplesmente, Henri Langlois, fundador e director da Cinemateca Francesa. Razão invocada: A necessidade de reorganizar essa Cinemateca, a desordem reinante, o inconformismo de Langlois, antitipo do perfeito funcionário público.

Pode considerar-se a Cinemateca Francesa uma autêntica Escola Superior de Cinema: Ali aprenderam a filmar, entre muitos outros, Truffaut, Godard, etc. Por outro lado, só graças aos conselhos e auxílio de Langlois e da Cinemateca Francesa, se podiam organizar as retrospectivas dos Festivais de Veneza, Cannes ou Locarno.

Langlois é hoje figura lendária, chegando a comprar, do seu próprio bolso, já no período da Cinemateca, organismo oficial, cópias de películas que desejava ver conservadas para as gerações futuras.

EFEMÉRIDES

1558 Morre a rainha D. Leonor, terceira e última mulher do rei D. Manuel I, de Portugal.

1570 Isabel I, de Inglaterra, é excomungada pelo Papa Pio V.

1601 O conde inglês de Essex é excecutado por alta traição.

1713 O rei Carlos XII, da Suécia, é feito prisioneiro pelo Sultão da Turquia.

1819 Morre, em Paris, o poeta filipino Elísio.

1848 É proclamada a República em França.

1855 Nasce em Lisboa, o poeta Cesário Verde.

1873 Nasce em Napoles, o tenor italiano Enrico Caruso.

1885 A Alemanha anexa a Tanganica e Zanzibar.

1948 Através do chamado «golpe de coligação», o partido comunista checo derruba o Governo de coligação e assume o poder.

1945 O coronel Gamal Abdel Nasser toma o poder no Egipto, derrubando o presidente Mohamed Neguib.

1955 É fundada, em Lisboa, a Clínica de Reabilitação de Inferiorizados Visuais, actua Centro Hellen Keller.

1976 Os EUA vetam a resolução das Nações Unidas que censurava a anexacção de Jerusalem por Israel.

1977 O Governo português aprova a desvalorização do escudo em 15 por cento.

1978 Os EUA advertem a URSS de que o envolvimento soviético no conflito entre a Etiopia e a Somália provocaria um endurecimento nas relações entre as duas potências.

1980 O presidente dos EUA, James Carter cancela a produção do bombardeiro «B-1» e o desenvolvimento dos misseis «Cruzeiro» e balístico intercontinental «MX».

1981 O Parlamento espanhol empossa o novo Governo, chefiado por Leopoldo Calvo Sotelo, depois de ter retomado a sessão que fora interrompida pelo sequestro dos parlamentares levado a cabo pelo tenente coronel Tejero Molina.

1983 O vice–primeiro ministro e ministro da Defesa, Freitas do Amaral, abandona a funções governativas.

1986 Nasce, no hospital de Santa Maria em Lisboa, o primeiro bebé proveta português. Trata–se de um rapaz, com 3,330 quilos que nasceu de cesariana.

1987 A Associação de escritotres da União Soviética anula a decisão, tomada há 3 anos, de expulsar do seu seio o escritor Boris Pasternak, falecido em 1960 e Prémio Nobel da Literatura no ano seguinte.

EM PORTUGAL

	Max.	Min.	Prec.	Às 13 h.
Bragança	0	–1	0.0	Limpo
V. Castelo	7	0	0.0	Limpo
Vila Real	3	–1	0.0	Limpo
Porto	6	5	0.0	Limpo
Coimbra	8	8	0.0	Limpo
C. Carvoeiro	10	6	0.0	Limpo
C. Branco	4	–1	0.0	P. nub.
Portalegre	4	–1	0.0	Limpo
Lisboa	9	8	0.0	Limpo
Evora	6	6	0.0	Limpo
Beja	5	–1	0.0	Neblina
Faro	10	9	0.0	M. nub.
Sagres	10	10	0.0	P. nub.
P. Delgada	13	13	0.0	Aguac.
Funchal	16	15	0.0	Aguac.

Temp. máx. prevista para hoje: Lisboa 15, Porto 14, Faro 17, Ponta Delgada 16, Funchal, 19.

Temperatura do ar em ° C • Precipitação em mm

NA EUROPA

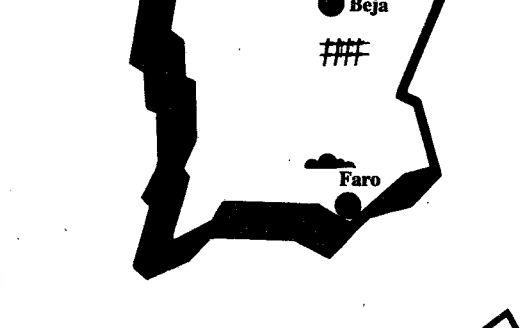
	Min.	Max.	Às 18 h.
Madrid	3	3	Limpo
Londres	1	1	Ag. de neve
Paris	0	0	P. nub.
Bruxelas	0	0	Neve
Amesterdão	–1	–1	Neve
Genebra	–1	–2	Encob.
Roma	2	1	Encob.
Oslo	–7	–7	Neve
Copenhaga	–1	–1	Encob.
Estocolmo	–4	—	Nevé
Berlim	0	0	Neblina
Viena	0	0	Neve
Varsovia	–1	–2	Neblina
Atenas	11	11	Chuva
Moscovo	–4	–7	Neve

Temperatura do ar em °C • Precipitação em mm

NO MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h.
Caracas	17	27	Nublado
Joanesburgo	15	27	Limpo
Los Angeles	11	22	Nublado
Montreal	–5	2	Nublado
Nova Deli	15	27	Limpo
Nova Iorque	–6	9	Limpo
R. de Janeiro	20	30	Nublado
S. Francisco	8	16	Nublado
São Paulo	19	26	Nublado
Tóquio	1	12	Limpo

Temperatura do ar em °C • Precipitação em mm



TEMPO

HOJE

No Continente:

Regiões do Norte e Centro — Céu pouco nublado ou limpo. Vento moderado de nordeste e pequena descida da temperatura. Mar de pequena vaga ou cavado com ondulação noroeste de 1 a 2 metros.

Regiões do Sul — Céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco ou moderado de nordeste. Neblinas durante a manhã e pequena descida da temperatura. Mar de pequena vaga com ondulação noroeste de 1 a 2 metros na costa Ocidental e inferior a 1 metro na costa Sul.

AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado. Vento fraco ou moderado de Leste. Neblina matinal. Acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada.

DEPOIS

Continuação do tempo frio com céu pouco nublado ou limpo. Vento nordeste moderado, soprando por vezes forte. Formação de geada nos locais abrigados.

MARÉS

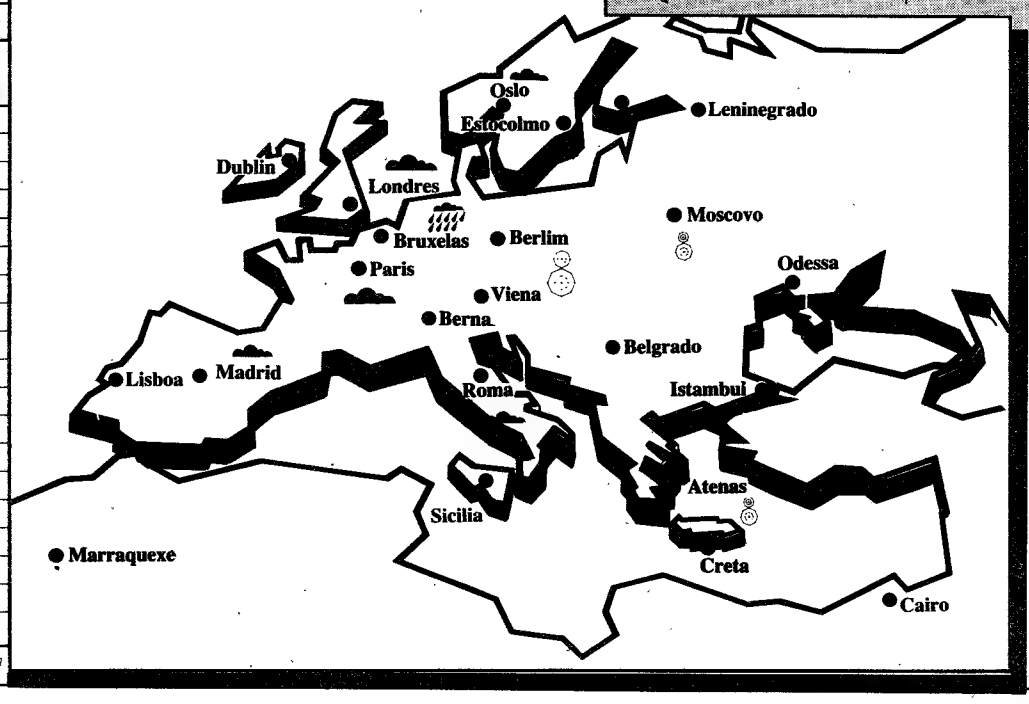
Hoje

Praia-Mar		Baixa-Mar	
07.52	3,4 m	01.10	1,6 m
20.23	3,3 m	13.38	1,8 m

Amanhã

09.04	3,1 m	02.21	1,9 m
21.49	3,2 m	14.54	2,0 m

• Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.



• Informação da agência Lusa

Durante a actuação na Torre de Belém (fotos de Rui Pacheco)

Carlos Paredes, Lisboa e o Tejo (foto de Eduardo Gageiro)

"ESPELHO DE SONS" DE CARLOS PAREDES : LANÇAMENTO AO VIVO

O guitarrista Carlos Paredes tocou ontem ao vivo, na Torre de Belém, alguns dos temas do seu novo album «Espelho de Sons», lançado no âmbito da exposição ali patente, «As Histórias que a Guitarra Canta» e na presença de centenas de pessoas, entre as quais representantes dos «media» e do meio musical.

Afastado de um estúdio de gravação (para trabalho seu) há mais de dez anos, por opção e condicionalismos de vária ordem, tantas vezes pressionado para passar a vinil aquilo que o seu génio ia por aí espalhando em inúmeros espectáculos, Carlos Paredes, finalmente convencido, presenteia–nos agora com algo que pode considerar–se, já à partida, uma peça do património artístico português.

Inspirado como nunca, seguro e virtuoso como sempre, Paredes transporta–nos numa viagem maravilhosa através de um Portugal identificado com a história da guitarra portuguesa, interpretando composições suas e dos seus grandes mestres: o avô Gonçalo e o pai Artur Peredes.

Num disco preparado com o cuidado, o carinho e o respeito que Carlos Paredes e a sua música nos merecem, destaque ainda para as participações de Luisa Maria Amaro e Fernando Alvim (no acompanhamento em guitarra clássica) e de Carlos Martins Pereira, o autor das pinturas reproduzidas na capa.

Simultaneamente com a audição ao vivo por Carlos Paredes, Luisa Amaro e Fernando Alvim, foram projectados slides do fotógrafo Eduardo Gageiro, de grande beleza, que procuram interpretar e comentar os vários temas de «Espelhos de Sons».

Ainda sobre a exposição da Torre de Belém subordinada ao tema «As Histórias que a Guitarra Canta», vale a pena recordar que ali se mostra importante material alusivo à guitarra e música portuguesas e a outros aspectos da cultura popular, das marionetas de S. Lourenço a videos sobre a construção de guitarras e que evoca também escritores como Fernando Pessoa e Soeiro Pereira Gomes, autor de «Esteiros», um romance protagonizado por personagens ribeirinhas.

Editado pela PolyGram, com produção de Tozé Brito e som de José Manuel Fortes, o novo album de Carlos Paredes (nas versões vinil e CD) será lançado no mercado no próximo dia 3 de Março, Dia Internacional da Música. Que para além de outras manifestações, vai de certeza ser um dia muito importante para a música portuguesa.

A BARRACA

Apresenta no RITZ CLUB

Rua da Glória, 57
Reservas: Telf. 32 51 40

O BAILE

a partir da ideia de J.C. Penchenat e do filme de Ettore Scola

3.ª A SÁB. ÀS 21.30 H
DOMINGO ÀS 16 E 21.30 H

Com: Maria do Céu Guerra, Maria João Luís, Paula Sousa, Teresa Faria, António Cardoso, Luís Tomar, Vítor Torres
e
Leonor Alcácer, Margarida Barão, Marta Tereno, João Carneiro, José Oliveira, Miguel Rodrigues, Paulo Oom

Guião e encenação — Hélder Costa

A seguir ao espectáculo, dance durante a noite, com "Os Demónios da Rua da Glória"

GRUPO TEATRO HOJE • TEATRO DA GRAÇA / VOZ DO OPERÁRIO

TENNESSEE WILLIAMS

bruscamente no Verão passado ...

Sub. SEC

Reservas pelo Telefone 87 56 26

Horário: Terça a Sábado às 21.30 h. • **Matinées:** Sábado e Domingo às 16.00 h.

Estreia é esta noite

Comuna ressuscita Alves Redol de "O Destino Morreu de Repente"

Uma peça de cinco horas, que se recorria da arte circense, da pantomima, da música, da dança e do canto, com um jogo de palavras «ludicamente lúcido» foi o que Alves Redol imaginou e escreveu em «O Destino Morreu de Repente». Vinte e um anos depois, João Mota encenou o espectáculo, que esta noite se estreia na Comuna, seguindo as ideias do autor mas adaptando-as aos nossos dias.

«O Destino Morreu de Repente», que a Comuna tem em cena a partir desta noite, é uma caixinha de surpresas. Desde os cenários a «situar» o público num circo, aos palhaços, bailarinos, homens que engolem fogo e um 'destino-mulher', a peça desenvolve-se trazendo sempre algo de novo, fazendo rir mas não se afastando de questões essenciais, que fazem pensar.

«Tentativa para um divertimento popular» foi como Alves Redol definiu a sua peça, um marco importante na sua carreira, pois afastou-se do neo-realismo presente em toda a sua obra, e escreveu uma peça completamente louca, com discursos absurdos, subversivos, quase uma farsa.

«Tratando-se de uma experiência, quis ver até onde várias formas de expressão podiam conviver e completar-se. E deformando-os, como é natural, pus a dança mágica ao lado do mistério, o drama ritual e o rito orgíaco de braço dado com a farsa e a pantomima, sem menosprezar o apontamento do drama do nosso tempo, já que o fundo deste divertimento é ainda uma grande drama dos nossos dias». Foi assim que o seu autor definiu «O Destino Morreu de Repente».

Na peça que escreveu (e que demorava cinco horas), Alves Redol até cavalos queria em cena: o destino entrava num cavalo, branco como o de Napoleão, e uma menina lia-lhe um poema. Era o jogo do absurdo, numa constante entrada e saída de actores do palco, num total de 120 personagens.

A peça da Comuna é mais modesta, o texto foi reduzido para cerca de três horas, são 31 actores em cena e João Mota, responsável pela encenação e dramaturgia, fez uma adaptação de modo a torná-la mais actual, para que quem a veja lhe pareça escrita nos nossos dias, e não há 21 anos.

Coliseu: o sonho

«Li esta peça em 1968, quando regressei da guerra em Angola e levei-a comigo para Paris, onde assisti ao Maio de 68», afirma João Mota.

«Conhecia a obra de Alves Redol como escrita neo-realista. Como dramaturgo escreveu muito pouco: 'Maria Emília', que foi representada, e a «Forja» estava em ensaios mas foi proibida pela censura. Com a abertura de Marcelo Caetano voltou a tentar-se a sua representação, mas ele morreu sem a ter visto», conta João Mota.

Para o encenador, esta é uma «peça ímpar do teatro português, influenciada pela paixão e revelação artística. Redol tenta jogar com a globalidade: a 'commedia dell´arte', a pantomima, a arte circense, ao mesmo tempo que faz um jogo de palavras ludicamente lúcido».

«Voltei a ler a peça há cinco anos, e apresentei uma proposta para que ela fosse representada no Coliseu, só durante uma semana. Heveria homens de circo, o conjunto do Carlos Mendes ao vivo (autor da música), cavalos (tal como Redol pedia). Mas para isso precisávamos de 10 mil contos, que não tínhamos. Agora resolvi levá-la à cena aqui na Comuna, de uma forma mais modesta».

«O Destino Morreu de Repente», escrita em 1967, dois anos antes da morte de Redol, foca uma época importante da História: o período das Grandes Guerras, o nazismo e o fascismo. A personagem «destino» refere-se a Hitler ou Salazar. No entanto, apesar de ser uma peça universal, não perde de vista a situação portuguesa, a nossa maneira de ver o destino e, claro, o fado.

«Em 1988, 21 anos após a sua escrita, o primeiro cuidado que tive de ter foi a coragem de transpor, com pequenas alterações, as mudanças que o mundo sofreu neste período de tempo: foi o Maio de 68, o Vietname, Staline. Há outra maneira de ver o mundo, se quisermos transformar o homem. E a liberdade e o homem são a essência da peça», refere João Mota, para explicar a sua adaptação.

«Mas a peça é ainda mais louca do que o espectáculo, joga com discursos absurdos, subversivos, não tem nada a ver com o neo-realismo da sua obra», acrescenta.

O destino

«O Destino Morreu de Repente» é uma peça toda feita de excessos, onde a arte aparece sem compartimentos estanques. Tudo se mistura: o circo, a dança, a música, a representação. No original de Redol há a preocupação de dar voz às minorias, e por isso havia excertos de dança mexicana, chinesa e cigana, que na versão da Comuna não poderam aparecer por problemas de produção.

«Na época em que Redol escreveu a peça, o 'destino' era o Hitler ou o Salazar, mas actualmente não tinha sentido representá-lo assim, o que me obrigou a um grande trabalho de dramaturgia, e transformei-o naquilo que está dentro de nós, e tanto pode ser homem como mulher. Quando nos desvendarmos talvez nos encontremos e então seja possível transformar o mundo», afirma o encenador.

«Nesta peça, o destino e o palhaço pobre são as figuras humanizadas. Todas as outras são de plástico, em que nós nos estamos a transformar cada vez mais», acrescenta.

«O Destino Morreu de Repente» foi a produção mais cara da Comuna em 17 anos de actividade, precisamente no ano em que o subsídio da SEC foi menor. «Estávamos há espera de um subsídio grande, e quando a esmola da Secretaria de Estado da Cultura chegou já tínhamos começado os ensaios,e não os íamos interromper e escolher outra peça de acordo com o dinheiro que a SEC mandou», explica João Mota.

O destino é o tema fundamental desta temporada da Comuna. Depois desta peça terminar a sua carreira, é a vez de subir ao palco «Édipo Rei», de Sófocles.

«Nesta peça matamos o destino, mas como o pensamento de cada um é livre, a seguir trazemos a do destino por excelência, tal como os gregos o viam: podemos transformá-lo, mas não fugir-lhe», explica João Mota.

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
PRAÇA DE ESPANHA
T. 726 08 18

TERÇA A SABADO AS 21.30H
DOMINGOS SO AS 16H

ESTREIA HOJE

O DESTINO MORREU DE REPENTE!

★ TEXTO - ALVES REDOL
★ MUSICA - CARLOS MENDES
★ ENCENAÇÃO - JOÃO MOTA
★ COREOGRAFIA - CRISTINA GRAÇA

SUB. S.E.C.
M.12 A

ABEL NEVES · ABILIO APOLINARIO · ALFREDO BRISSOS · ALMENO GONÇALVES · CARLOS DELGADO · CARLOS PAULO · CECILIA SOUSA · CONCEIÇAO CABRITA · CUCHA CARVALHEIRO · JOAO MOTA · JORGE LOUREIRO · MANUELA COUTO · PAULO FERREIRA · QUIM F. SILVA · VITOR SOARES E OS ALUNOS DA ESCOLA DE TEATRO DA COMUNA · ALEXANDRE LOPES

APOIOS: ANTONIO REDOL · F GULBENKIAN · IBA-HONDA · SAMSUNG · TECNI · LASER · ANTENA 1 · RADIO COMERCIAL · CORREIO DA MANHA · DIARIO POPULAR · PUBL.PROJORNAL E OS HERDEIROS DE ALVES REDOL · EUROPRESS · BOLSONOITE

TEATRO NACIONAL DE D. MARIA II.

SALA GARRETT

DE 3ª A SÁBADO ÀS 21.30
SÁBADO E DOMINGO ÀS 16

TRILOGIA PORTUGUESA

de Miguel Rovisco

PRÊMIO NACIONAL DE TEATRO DE 1986

encenação Norberto Barroca
cenários e figurinos José Costa Reis
música Paulino Garcia

"O BICHO"

com: ROGÉRIO PAULO – IGOR SAMPAIO – IRENE ISIDRO – ANTÓNIO ANJOS – LUÍS BANDEIRA – RUY DE MATOS – MADALENA BRAGA – JOÃO DE CARVALHO – CARLOS COSTA – VICTOR RIBEIRO – PAULO LAGES – CARLOS PIMENTA – AFONSO DE MELO – DIOGO GONÇALVES – MENDES DA SILVA – JOÃO PEDRO – MARIA EMÍLIA DE CARVALHO – PAULA ROCHA – JAIME ROSA – CASSIANO VIEIRA.

"O TEMPO FEMININO"

com: FERNANDA ALVES – MANUEL COELHO – MARIA AMÉLIA MATTA – FÁTIMA DE SOUSA – FERNANDA BORSATTI – CATARINA AVELAR – MADALENA BRAGA – IRENE ISIDRO – HENRIQUETA MAYA – AFONSO DE MELO – CASSIANO VIEIRA – JOÃO PEDRO.

SALA GIL VICENTE

ESTREIA HOJE ÀS 22H

"A INFÂNCIA DE LEONOR DE TÁVORA"

com: LURDES NORBERTO – LIGIA TELLES – ANTÓNIO BANHA – MENDES DA SILVA – JOSÉ CAPELA – PAULA ROCHA – MARIA EMÍLIA DE CARVALHO.

ESPECTACULOS NAO ACONSELHAVEIS A M. 6 ANOS
DESCANSO DA COMPANHIA À 2ª FEIRA TEL. 32 2210

DL CINEMAS

Alfas Triplex
— T. 806496

Alfa 1
ATRACÇÃO FATAL
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Alfa 2
BIGFOOT E OS SEUS AMIGOS
(maiores 6 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Alfa 3
DEBAIXO D'OLHO
(maiores 12 anos)
14.15, 16,45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Alfa 4
OS RAPAZES DA NOITE
(maiores 16 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.45 h

Alfa Club
POLÍCIAS DA PESADA
(maiores 12 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 h

Amoreiras 1
ATRACÇÃO FATAL
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Amoreiras 2
POLÍCIAS DA PESADA
(maiores 12 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 h

Amoreiras 3
GENTE GIRA N.º 3
(maiores 6 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 h

Amoreiras 4
OS RAPAZES DA NOITE
(maiores 16 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Amoreiras 5
ROMANCE NO RIO
(maiores 12 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 h

Amoreiras 6
DEBAIXO D'OLHO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Apolo 70
AS FÉRIAS DO SR. HULOT
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

Ávila
— T. 539930

O MICRO-HERÓI
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Berna
— T. 776098

DEBAIXO D'OLHO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

— Cher e Dennis Quaid juntos no «triller» de Peter Yates «Sob Suspeita», em exibição no Quarteto.

Capitólio
— T. 372358

A JOGATANA SEXUAL
(Porno)
(maiores 18 anos)
15.15, 17.30, 19.00, 21.30 e 23.00 h

Castil
T. 530194

ACADEMIA EM FÉRIAS
(maiores 16 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Cinebolso
SEXO EM FAMÍLIA
Porno
(Int. men. 18 anos)
12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30 h

Cine Camões
T. 324194

O CLÃ DOS GRANDES LUTADORES
(n/acons. men. 13 anos)
14.00, 16.30 e 21.30 h

Cine 222
— T. 533253

OFICIAL E CAVALHEIRO
(n/acons. men. 18 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
HERÓIS E AMANTES
(n/acons. men. 18 anos)
24.00 h

Cine Portela
— T. 9434773

Estúdio Anusha
FORÇA DELTA
(maiores 12 anos)
16.00 e 21.45 h

Estúdio Sheza
O SEGREDO DE UM SUCESSO
(maiores 12 anos)
15.30 e 21.30 h

City Cine
— T. 549999

GENTE GIRA – N.º 3
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Condes
— T. 322523

A COLINA DOS HERÓIS
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Eden
— T. 320768

GENTE GIRA 3
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Estúdio
— T. 555134

NOVE SEMANAS E MEIA
(maiores 18 anos)
14.30, 16.45, 19.15 e 21.30 h

Estúdio ACS
— T. 887255

ISHTAR
(maiores 6 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Fonte Nova
— T. 7145109

Sala 1
OS MARADOS NO PARAÍSO
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Sala 2
O SICILIANO
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.15 e 21.45 h

Sala 3
GENTE GIRA N.º3
(maiores 16 anos)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.15 h

Forum Picoas
NÃO HÁ CINEMA

Gemini
— T. 734009

TAL PAI, TAL FILHO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Hollywood
— T. 806847

Sala 1
HAMBURGUER HILL – A COLINA DOS HERÓIS
(maiores 16 anos)
14.15, 16.45, 18.45, 21.30 e 23.45 h

Sala 2
WALL STREET
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Império
— T. 555134

GENTE GIRA N.º 3
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 18.30, 21.30 h

Las Vegas
— T. 631162

Sala 1
A COLINA DOS HERÓIS
(maiores 16 anos)
14.00, 16.15, 19.00 e 21.30 h

Sala 2
WALL STREET
(maiores 12 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45 e 21.45 h

Londres
— T. 801313

WALL STREET
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Mundial
— T. 538743

Sala 1
ATRACÇÃO FATAL
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Sala 2
DEBAIXO D'OLHO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.45, 19.00 e 21.45 h

Sala 3
AVENTURAS FORA DE HORAS
(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 h

Nimas
— T. 574362

AVENTURAS FORA DE HORAS
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Odeon
— T. 326283

SLABE LADY – O DOMINADOR
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45 e 21.30 h

Olímpia
T. 325309

EM DALAS VALE TUDO
A partir das 14 horas
Sessões contínuas
(Int. men. 18 anos)

Pathe
— T. 821933

A LEI DO ÓDIO
(maiores 18 anos)
14.00, 16.30 e 21.00 h

Politeama
T. 326305

AS AMAZONAS DO TEMPLO DE OURO
(maiores 12 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Quarteto
T. 771378

Sala 1
SEM EIRA NEM BEIRA
(maiores 16 anos)
14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30 h
SER OU NÃO SER
(maiores 12 anos)
23.30 h

Sala 2
O DECLÍNIO DO IMPÉRIO AMERICANO
(maiores 16 anos)
15.00, 17.00, 19.00, 21.30 e 23.30 h
REVOLUÇÃO
(maiores 12 anos)
23.30 h

Sala 3
AS ASAS DO DESEJO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
A VERDADE DOS FACTOS
(maiores 12 anos)
24.00 h

Sala 4
SOB SUSPEITA
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
O SENTIDO DA VIDA
(maiores 18 anos)
24.00 h

Roma
T. 889192

POLÍCIAS DA PESADA
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Roxy
T. 548560

O PERFUME DO AMOR PROIBIDO
(maiores 16 anos)
15.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

S. Jorge
T. 579144

Sala 1
ATRACÇÃO FATAL
(maiores 16 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Sala 2
BIGFOOT E OS SEUS AMIGOS
(maiores 6 anos)
14.30, 16.40, 19.00 e 21.45 h

Sala 3
O ÚLTIMO IMPERADOR
(maiores 12 anos)
14.15, 17.45 e 21.00 h

7.ª Arte
— T. 730715

MICRO-HERÓI
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.10 e 21.45 h

Star
— T. 804210

ATRACÇÃO FATAL
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Terminal
— T. 371573

TAL PAI, TAL FILHO
(maiores 12 anos)
13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30 e 23.45 h

Tivoli
— T. 570595

DEBAIXO D'OLHO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Turim
T. 706666

A FORÇA DELTA
(maiores 16 anos)
15.00, 17.30 e 21.30 h

Xenon
T. 368480

OS RAPAZES DA NOITE
(maiores 16 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Linha de Sintra
AMADORA — Cineteatro Lido — «O Comando», às 15.00 e 21.30 h (maiores 12 anos).
AMADORA — Cinestúdio Lido — «O Caça Polícias II», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos).
AMADORA — Babilónia — «Os Rapazes da Noite», às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h (maiores de 16 anos)
ALGUEIRÃO — Cine Teatro Chaby — «Contos Assombrosos», às 15.30 h (maiores 12 anos).
CACÉM — Cinestúdio Flores — «Romance no Rio», às 15.00 e 21.30 h.
MEM MARTINS — Estúdio Dois Eme — «Ishtar», às 21.30 h (maiores 6 anos).

Linha de Cascais
ESTORIL — Casino Estoril — «Contos Assombrosos», às 17.00 e 21.15 h (maiores 12 anos).
ALGÉS — Cinema 2000 — «Quem é Aquela Garota», às 15.30 e 21.30 h (maiores 6 anos).
LINDA-A-VELHA — Cinetropical — «O Caça Polícias», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos).
OEIRAS — Alto da Barra — Sala 1 — «Debaixo d'Olho», às 15.15 e 21.30 h (maiores 12 anos).
Sala 2 — «Pacto Fatal», às 15.30 e 21.45 h (maiores 12 anos)
NOVA OEIRAS — Cine Palmeiras — Sala 1 — «A Colina dos Heróis», às 15.15 e 21.30 h (maiores 16 anos)
Sala 2 — «Wall Street», às 15.30 e 21.45 h (maiores 12 anos)
CARCAVELOS — Atlântida Cine — «O Sicialiano», às 15.30 e 21.30 h (maiores 16 anos).
CASCAIS — Miramar — Sala 1 — «Wall Street», às 15.15, 18.45, 21.30 e 24.00 h (maiores 12 anos).
Sala 2 — «O Último Imperador», às 15.30, 19.00, 21.45 e 24.00 h (maiores 12 anos).

Outra Banda
ALMADA — Academia — «Repórter X», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos).
ALMADA — Cinestúdio Almada — «Depois da Meia-Noite», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos).
ALMADA — Incrível Almadense — «Cocoon, Aventura nos Corais Perdidos», às 15.30 e 21.30 h (maiores 6 anos).
COVA DA PIEDADE — Clube Piedense — «Trinitá — Cowboy Insolente», às 15.30 e 21.30 h (maiores 6 anos).
Oceano — Sala 1 — «Depoisda Meia-Noite», às 15.45 e 21.30 h (maiores 12 anos).
Sala 2 — «Pacto Fatal», às 16.15 e 21.45 h (maiores 12 anos).
BARREIRO — Cinestúdio Barreirense — «O Grande Assalto», às 15.00 e 21.15 h (maiores 16 anos).

COMPLETA-SE A TRILOGIA...

A apresentação integral da «Trilogia Portuguesa» de Miguel Rovisco, no Teatro Nacional D. Maria II, completa-se esta noite com a estreia, às 22 horas na sala Gil Vicente, da peça «A Infância de Leonor de Távora».

Conforme refere Miguel Rovisco nas suas notas, nada sabia daquela que terá vivido há duzentos anos, a não ser que no dia da sua morte levava um vestido azul. Ao criar a sua marquesa e os dias de cativeiro que antecederam a execução, o dramaturgo estabelece uma analogia entre carcereiro e carcerado.

Com encenação de Norberto Barroca, cenários e figurinos de José da Costa Reis e música de Paulino Garcia, esta peça é interpretada, por ordem de entrada em cena, por Lurdes Norberto, Lígia Teles, António Banha, Mendes da Silva, José Capela, Carlos Costa, Paula Rocha, Maria Emília de Carvalho, e ainda a participação de Rogério Paulo. A peça está em cena de terça a sábado às 22 horas e domingos às 16,30.

Lurdes Norberto (em ensaio) é a marquesa de Távora

EXPOSIÇÕES

MUSEU NACIONAL DO TRAJE: até 15 de Abril, a exposição «Brinquedos Caboverdianos», brinquedos manufacturados pelas crianças de Cabo Verde em barro, madeira, arame e lata.

MUSEU NACIONAL DO TEATRO: exposição «A Companhia Rey Colaço-Robles Monteiro».

MUSEU NACIONAL DO TRAJE: até 6 de Março, Tapeçarias de Helena Sá e Dulce Farinha.

MUSEU DE ARTE ANTIGA: exposição de Pintura «As Imagens da escrita» (Paineis de Nuno Gonçalves) de João Vieira.

MUSEU DE ETNOLOGIA (Av. Ilha da Madeira-Restelo): a exposição «Timor de Ruy Cinatti».

GALERIA ALMADA NEGREIROS (Av. da República, 16): a exposição «Fernando Lanhas 1943-1988».

CENTRO UNESCO DO PORTO (R. José Falcão, 100): até 27 de Fevereiro, pintura de D´Anestis e fotografia de Verónica Pércia. De segunda a sexta das 10 às 12 e das 14,30 às 18,30, sábados das 15 às 18.

CASA DA CULTURA (Caldas da Rainha): até 28 de Fevereiro, a exposição «Lenços de Namorados» ou «Lenços de Pedidos», elaborada pela Casa Municipal de Vila Verde (Braga).

ALTAMIRA (R. Filipe Folque, 48-A): até 22 de Março, pintura de Domingos Rebelo, patente de segunda a sábado das 10 às 19.

GULBENKIAN (galeria de exposições temporárias-piso 0): Pintura de António Dacosta.

MERIDIEN LISBOA: até 6 de Março, aguarelas de Edgar Silva. Patente no foyer do 2º andar, diariamente das 9 às 23 horas.

INSTITUTO ITALIANO DE CULTURA (R. do Salitre, 146): exposição de desenhos de «personagens ilustres», da autoria de Tullio Pericoli.

GALERIA QUADRUM (R. Alberto de Oliveira, 52): até 26 de Março, pintura de Ivo, patente de segunda a sexta das 10 às 13 e das 15 às 19, sábados das 15 às 19.

GALERIA EG (Porto): Pintura de Isabel Laginhas, João Anta e Paulo Cardoso.

CHAMUSCA (galeria municipal): até 28 de Fevereiro, patente das 14 às 18 horas, a 2ª exposição de trabalhos executados pelos estagiários do 1º Curso de Cerâmica Artística, promovido pelo Centro de Formação Profissional de Alverca em colaboração com a Câmara Municipal da Chamusca.

MATOSINHOS (Associação Aurora da Liberdade): exposição de pintura de Luisa Guerra até 4 de Março.

GALERIA NOVO SÉCULO (R. do Século): exposição colectiva dos artistas da galeria, patente até 5 de Março.

GULBENKIAN (exposições temporárias): a exposição «Projectio» da artista brasileira Regina Silveira.

MUSEU DE AVEIRO: organizada pela Fundação Gulbenkian, a exposição itinerante «Gravuras da Colecção Gulbenkian», até 6 de Março.

Norrie e Glyn Uzzel.

CASA-MUSEU ÁLVARO DE CAMPOS (Tavira): até 28 de Fevereiro, exposição de fotografias de Manuela Portelinha intitulada «À Margem».

GALERIA R 75 (R. Castilho, 75-C): até 4 de Março, Desenho de Albertina de Sousa.

CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA (L. Trindade Coelho, 21): Pintura de Carlos Canhão.

GALERIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO (Braga): até 9 de Março, duas exposições - fotografias de Manuel Magalhães e tapeçarias de Maria Antónia Santos.

ALMADA (átrio da Câmara Municipal): «A Cor que a Cidade tem», uma exposição de fotografias sobre diversos aspectos do quotidiano da cidade, da autoria de Nuno Avelar Pinheiro.

GULBENKIAN (galeria das exposições temporárias): duas exposições: «retrospectiva da obra artística e literária de Aureliano Lima» e «Escavações do aldeamento português em Ayutthaya - Tailândia».

GULBENKIAN (zona dos congressos, piso 01): exposição de pintura (óleos, guaches e carvões) comemorativa dos 150 anos do nascimento de Teresa de Saldanha. Paralelamente, realiza-se um ciclo de conferências.

GULBENKIAN (CAM): exposição de Gravura Brasileira.

CENTRO CULTURAL DE SANTARÉM: até 4 de Março, exposição de fotografia de Sérgio Eloy.

POUSADA DO CASTELO DE PALMELA: até 29 de Fevereito, pintura e desenho de João Orvalho.

PAREDE (R. Elias Garcia, 43): até 27 de Fevereiro, aguarelas de Augusto Grácio. De terça a sexta das 17,30 às 20, sábados e domingos das 15 às 20.

CÍRCULO DE ARTES PLÁSTICAS (R. Castro Matoso, 18-Coimbra): até 29 de Fevereiro, as exposições: pintura de Avelino Sá «O Espaço da Matéria»; fotografias de Clara Azevedo «Deus, Pátria, Dollar»; «Pinturas» de Paulo Frade.

GALERIA ATELIER E.C. (Várzea de Colares): até 28 de Fevereiro, pintura de Elizabeth Brophy e Terry Brophy. Patente às quartas das 16 às 19, sextas, sábados, domingos e feriados das 11,30 às 21 horas.

GALERIA DO TEATRO MIRITA CASIMIRO (Monte Estoril): até 11 de Março, pintura da artista brasileira Cláudia Lima, organizada pela Embaixada do Brasil com o apoio da Câmara Municipal de Cascais.

GALERIA A JANELA VERDE (R. do Olival, 9): até 25 de Fevereiro, aguarelas de Catarina Castro Freire, João Ayres, John O´Connor e José de Freitas Cruz. De segunda a sexta das 14 às 20, excepto feriados.

GALERIA TRIANGULO 48 (Av. D. Vasco da Gama, 48-A): até 27 de Fevereiro, Cerâmica de Artur José. Patente de terça a sábado das 14 às 20.

INTERNI (R. Rodrigo da Fonseca, 51): até 12 de Março, de segunda a sábado das 15 às 20, pinturas recentes de Joaquim Baltazar.

GALERIA LEO (Tv. da Queimada, 48-Bairro Alto): até 27 de Fevereiro, escultura de José Esteves.

SNBA (R. Barata Salgueiro, 36): até 28 de Fevereiro, pintura de Mário Rita. De terça a domingo (excepto feriados) das 14 às 20.

CLUBE CINQUENTA (R. S. Mamede ao Caldas, 9-1º): atè 9 de Março, de terça a sexta das 17 às 20 e aos sábados das 15 às 20, patente uma exposição de pintura e desenho da autoria de José Augusto (alguns trabalhos de 1958 a 1988).

CENTRO CULTURAL S. LOURENÇO (Almancil): até 18 de Março, pintura e desenhos de Ward Janssen. Em exposição permanente, trabalhos de Manuel Baptista, João Cutileiro, Günter Grass, José de Guimarães, Jules Heyndels, Jorge Mealha, Susan J.

RESTAURANTE ESCORIAL (sala de arte-R. das Portas de Santo Antão, 47): até 29 de Fevereiro, pintura de Carlos Alberto Santos.

GALERIA NASONI (R. Galeria de Paris, 80-Porto): Duas exposições de pintura patentes das 10 às 12,30 e das 15 às 19,30: de Domingos Pinho, «trabalhos recentes» e, na Sala Atlântica, de Julien Chaves.

MÓDULO (Av. da Boavista, 854-Porto): até 17 de Março, pintura de Manuel Botelho patente de segunda a sábado das 16 às 20 horas.

GALERIA DA LIVRARIA BARATA (Av. de Roma, 11-A): até 19 de Março, pintura de Vieira Baptista com o título «O Trapo Vermelho». De segunda a sábado das 12 às 23 horas.

GALERIA DE ARTE CAPITEL (Leiria): até 29 de Fevereiro, exposição de Pintura do casal brasileiro Maria Alcina e Jomalveira. De segunda a sábado das 10 às 13 e das 15 às 19, domingo dia 21 das 16 às 19.

MÓDULO (Av. António Augusto de Aguiar, 56-5º-Dt.): até 26 de Março, de segunda a sábado das 16 às 20, uma exposição de pintura de Ruth Rosengarten - uma artista natural de Israel fixada em Portugal desde 1980.

PALÁCIO FOZ: até 7 de Março, patente ao público das 14 às 20, a exposição «30 Anos RTP», com documentos, imagens e equipamento que evocam os principais marcos históricos da Televisão em Portugal.

GALERIA DE ARTE DAS AMOREIRAS (Shopping Center-Loja 2012): até 13 de Março, diariamente das 9 às 24, pintura de Nuno Santiago.

ALCOITÃO (Centro de Medicina de Reabilitação): atmé 7 de Março, exposição de escultura de Viriato de Almeida.

TEATRO

COMUNA: hoje às 21,30 estreia da peça de Alves Redol «O Destino Morreu de Repente». Encenação de João Mota e música de Carlos Mendes.

D. MARIA II (sala Gil Vicente): às 22 horas, estreia da peça «A Infância de Leonor de Távora», a última da Trilogia Portuguesa de Miguel Rovisco.

LIVROS

CASA DA IMPRENSA: hoje às 18 horas, a Editorial Caminho lança o livro de Isabel Pires de Lima «As Máscaras do Desengano», uma abordagem sociológica de «Os Maias» de Eça de Queirós. Apresentação de Glória Padrão.

MÚSICA

ATENEU CASAPIANO (L. do Conde Barão, 50): esta noite, a partir das 22 horas, a música dos «Ena Pá 2000» e ainda Pintura de Armanda Duarte e Ana Paula Ruella. É a noite d´Roda Rotunda, organização de Graça Passos, arranjo musical de Amândio Coroado e Jaime Lebre.

ESPECTACULAR

ESPECTACULAR

Não há duas sem três, *programa de José Lúcio na Antena 1, prestou homenagem a Marques Vidal, no dia 22, por ocasião do terceiro aniversário da sua morte. Três anos é tempo mais que suficiente para esbater as arestas desagradáveis da memória. Claro, Marques Vidal era uma personalidade polémica que desencadeava apreciações contraditórias. Sucede isso sempre quando alguém procura fazer seja o que for. Se ficares sossegadinho, leitor, não conhecerás tempestades. Nem se trata agora disso. Não quero fazer julgamentos nem contribuir para eles. Quero apenas fazer-me eco de uma opinião generalizada quanto à justeza da homenagem. Tardia? Tudo tem o seu tempo certo. José Lúcio não se limitou a registar depoimentos. Agiu de maneira mais acertada para a homenagem correcta: dando a ouvir o próprio Marques Vidal. Desta vez de maneira original, visto que nos proporcionou a audição do seu último programa... que por acaso não chegou a ser emitido. Foi, portanto, ocasião para ouvirmos Marques Vidal, de tomarmos contacto com a sua «maneira», a sua habilidade em atingir várias «sensibilidades», como se diz agora muito, particularmente na audiência feminina. Ocasião também para «rever» essoutra voz da nossa infância que foi a Mary. Talvez, alguns ouvintes, em homenagem, façam, um dia destes, os seus ovos com bechamel... E já agora: não teria esta emissão que o não chegou a ser, lugar no futuro Museu da Rádio?*

José Mirandum

MÉDICO DE URGÊNCIA

☎ 76 61 71
76 61 78
76 61 79

Farmácias

Lisboa — PERMANENTE — AJUDA: Lídia Almeida, C. da Ajuda, 170 (T. 637318); **ALVALADE: Cartaxo**, Av. da Igreja, 21-C (T. 897958); **AVENIDAS NOVAS: Valle**, Av. Marquês de Tomar, 47 (T. 773043); **BENFICA - IGREJA: Marques**, E. de Benfica, 648 (T. 700096); **CAMÕES: Andrade**, R. do Alecrim, 135-127 (T. 233228); **CAMPO DE SANTANA: Peninsular**, Campo dos Mártires da Pátria, 117-118 (T. 553308); **CAMPOLIDE: Pátria**, C. dos Mestres, 30-A (T. 680627); **LAPA: Rodrigues e Aires**, R. da Lapa, 52-54 (T. 662246); **LUMIAR: Alameda**, Al. das Linhas de Torres, 201-B (T. 790942); **MERCADO DO CHILE: Alcalis**, R. Carvalho Araújo, 46-B (T. 841708); **PENHA DE FRANÇA: Central da Penha**, R. da Penha de França, 58-60 (T. 849245); **VALE FORMOSO - POÇO DO BISPO: Barros Gouveia**, R. Vale Formoso de Cima, 79-B (T. 855180); **COLINA DO SOL - BRANDOA - AMADORA: Vidal Reis**, Urbanização Alfornelos, célula G, lote 35 (T. 996540); **CARNAXIDE: H. Amaral**, Pt. António Boto, 11-A (T. 4104556); **ODIVELAS: Nabais Vicente**, R. A, lote 19-A, loja E, Urbanização Codivel (T. 9816803); **PONTINHA: Pontinha**, E. de Santo Elói, 4, lote SE (T. 990220).

REFORÇO — AREEIRO - APEADEIRO: Nova Lisboa, R. Guilhermina Suggia, 12 (T. 887721); **SAPADORES: Zema**, R. General Justiniano Padrel, 21-A (T. 832580); **CAMPO DE OURIQUE: Lobel**, R. de Infantaria 16, 98-B (T. 688807); **ESTEFÂNIA: Mundial**, L. D. Estefânia, 10 (T. 545578); **JOÃO XXI: Onilda**, Av. João XXI, 13-A (T. 886848); **MARTIM MONIZ: Ferrão**, R. da Mouraria, 12-16 (T. 860464); **OLIVAIS NORTE: Central dos Olivais**, R. Alferes Barrilaro Ruas, 7-C (T. 315539); **PALHAVÃ: Aguiar**, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (T. 720934); **PARQUE EDUARDO VII: Gomes**, R. Rodrigo da Fonseca, 101-A (T. 682333); **PICHELEIRA: Marluz**, C. da Picheleira, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **SANTO AMARO: Correia de Azevedo**, R. Luís de Camões, 42-B (T. 638625); **BURACA - AMADORA: Gaspar Pote**, R. das Gaias, lote 16, Bairro Zambujal (T. 902221); **OLIVAL BASTO: Nova**, R. dos Açores, 11-A (T. 9810305); PRIOR VELHO: Matos, T. das Prioras (T. 2519939).

Outra Banda — ALMADA: Macedo Henriques, R. Bernardo Francisco Costa, lote 1 (T. 2751297). Permanente; **COVA DA PIEDADE: Rainha Santa**, R. Sociedade Fua Piedense, 50-A (T. 2294182). Permanente; **MONTE? DE CAPARICA: Nova**, R. dos Trabalhadores Rurais, 82 (T. 2954436). Até às 19 horas; **COSTA DE CAPARICA: Chai**, Av. General Humberto Delgado (T. 2403218). Até às 19 horas; **LARANJEIRO: Moderna**, R. Dr. António Elvas (T. 2290305). Até às 22 horas; **SESIMBRA: Leão**, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471). Até às 19 horas; **LAVRADIO: J. Consolado**, Av. Joaquim J. Fernandes, 17-C (T. 2043126). Até às 19 horas; **BARREIRO: Moderna**, R. D. Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (T. 2073443). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA: Nova Fátima**, E. Nacional, 244-A (T. 2040141). Até às 19 horas; **CORROIOS: Biotifar**, R. Bernardo Santareno, 21-A, Alto do Moinho (T. 2536351). Até às 19 horas; **AMORA: Nobre Guerreiro**, R. Dr. Emídio G. Mendes, 314 (T. 2212923). Até às 22 horas; **ARRENTELA: Lusitana**, P. Cândido dos Reis, 10 (T. 2210007). Até às 22 horas; **MONTIJO: Higiene**, R. José Joaquim Marques, 142 9t. 2310370). Até às 22 horas; **MOITA: Parque**. Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS: Gusmão**, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 2040020). Até às 19 horas; **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 2340100). Até às 19 horas; **SETÚBAL: Higiene**, R. Frei Agostinho da Cruz, 51 (T. 22408). Permanente; **Bonfim**, Av. Rodrigues Manito, 12 (T. 24558). Permanente; **Bairros**, R. Rodrigues F. Costa, 27 (T. 23330). Até às 22 horas.

Linha de Cascais — ALGÉS: Combatentes, Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 166 (T. 4104953). Permanente; **LINDA-A-VELHA: Moderna**, Av. 25 de Abril, 30-C (T. 4191235). Permanente; **TIRES: Guimarães**, L. Duartes, ltoe A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECHE: Carvalho**, B. Padre P. Correia, 4 (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA: Luz**, E. Nacional (T. 2850635). Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS: Pargana**, Av. Eng. Bonneville Franco (T. 2435147). Permanente; NOVA OEIRAS: Leal, Quinta da Palmeira, lote 24 (T. 2478737). Até às 22 horas; **CARCAVELOS: Central**, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2700037). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, R. Afonso de Albuquerque, lote B, loja 2 (T. 2470361). Até às 22 horas; **PAREDE: Macau**, R. José Elias Garcia, 42 (T. 2471785). Permanente; **SASSOEIROS: Amaral Semblano**, Quinta das Encostas (T. 2461312). Até às 22 horas; **BIRRE: Imani**, Lote 7-B-Hera (T. 2852121); **MADORNA: Madeira**, Rua A (T. 2476326). Até às 22 horas; **AMOREIRA: Abrantes**, Viv.ª Maria Carlos Anjos (T. 2682313). Até às 22 horas; **ESTORIL: Parque**, Arcadas do Parque, 3 (T. 260191). Até às 22 horas; **CASCAIS: Misericórdia**, R. Regimento 19, 41 (T. 280141). Permanente.

LINHA DE SINTRA

AMADORA: Amadora, P. 25 Abril, 3-A (T. 4935518). Permanente; **Campos**, R. Elias Garcia, 185 (T. 4930072). Até às 22 horas; **DAMAIA: Lemos**, R. Goa, 21-A (T. 971121). Até às 22 horas; **QUELUZ: André**, Av. Elias Garcia, 151 (T. 950043). Permanente; **Albergaria**, Queluz de Baixo. Até às 22 horas; **CAMARATE: Mendonça**, L. 25 Abril, 135-C (T. 2573158). Até às 19 horas; **CACÉM: Rico**, L. Adriano S. Gil — Agualva (T. 4312833). Permanente; **MEM MARTINS: Miranda Garcia**, Est. Mem Martins, 173 (T. 9214103). Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA: Cargaleiro Lourenço**, Calç. Rinchoa, 38 (T. 9262006). Até às 22 horas; **SINTRA: Simões**, R. Heliodoro Salgado, 26 (T. 9230832). Permanente; **COLARES: Abreja**, (T. 9290088).

OUTRAS FARMÁCIAS

MOSCAVIDE: Varela, Av. Moscavide, 44-B (T. 2518520). Permanente; **SACAVÉM: Soares**, R. José L. Morais, 15-A (T. 2518025). Até às 22 horas; **LOURES: Sálvia**,, Av. República, 26 (T. 9831240). Até às 22 horas.

DL CINEMA

Teatro Villaret

Av. Fontes Pereira de Melo, 30-A — Tel. 538586

De 3.ª a domingo, às 21.30; domingos, às 16.00

«**CRIADA PARA TODO O SERVIÇO**», de Barrilet e Grédy. Adaptação e encenação de Armando Cortez. Cenário de Miguel Sá Fernandes. Interpretação de Florbela Queirós, Armando Cortez, Manuela Maria, Norberto de Sousa e Alexandra Pereira.

Laura Alves

R. da Palma, 253 — Tel. 86 47 56

De 3.ª a domingo, às 21.30; sábado, domingo e feriados, às 16.00 e 21.30; sábado, domingo e véspera de feriado, às 21.30 e 23.30.

«**O NOSSO AMOR É LISBOA**», de Paco Gonzalez. Interpretação de Paco Gonzalez, Mário Rainho, Ermelinda Lopes, entre outros. Atracção do fado, Maria Portugal.

Teatro ABC

Parque Mayer — Tel. 36 67 45

De 3.ª a sábado, às 20.30 e 22.45; sábados, domingos e feriados, às 16.00

«**CHEIRA A LISBOA**», de César de Oliveira, Henrique Santana e Gonçalve Preto. Música de Ferrer Trindade, Jorge Machado e Casal Ribeiro. Interpretação de Carlos Miguel, Natalina José e Joel Branco, entre outros.

Casa da Comédia

R. S. Francisco Borba, 22-24 — Tel. 60 72 99 / 67 74 81

De 3.ª a sábado, às 21.45; domingo, às 17.00

«**NOITES DE ANTO**», de Mário Cláudio. Música de João Paulo Soares. Um espectáculo de Filipe la Féria.

Ritz Clube

R. da Glória, 57 — Tel. 32 51 40

de 3.ª a domingo, às 21.30; domingo, às 16.00 e 21.30

«**O BAILE**». Pelo Grupo de Teatro «A Barraca». Encenação de Hélder Costa, Interpretação de Maria do Céu Guerra, Maria João Luís, Paula de Sousa, Maria Teresa Faria, Leonor Alcácer, Marta Tereno, Margarida Barão, João Maria Pinto, António Cardoso, Luís Tomar, Vítor Torres, Paulo Oom e Miguel Rodrigues.

Variedades

Parque Mayer — Tel. 32 60 37

Às 20.30 e 23.00

«**FESTA NO PARQUE**«, texto e melodias de José Viana. Intérpretes: Dulce Guimarães, Camacho Costa. Carlos Areia, Dora Leal e José Viana e ainda a cantora de jazz Maria Viana.

Teatro Ibérico

R. de Xabregas, 54 — Tel. 38 25 31

Sáb. e Dom. às 11 horas

«**O Leão Encantado**», de Lauro Olmo. Trad., e cenários de Blanco Gil.

Fig. de António Filipe.

A Comuna

P. de Espanha — Tel. 726 08 18

De terça a sábado, às 21.30; domingos, às 17.00

«**O DESTINO MORREU DE REPENTE**», de Alves Redol. Adaptação, dramaturgia e encenação: João Mota. Música: Carlos Mendes. Figurinos: Carlos Paulo. Coreografia: Cristina Graça. Ilusion.: José Vilhena. Intérpretes: Abel Neves, Almeno Gonçalves, Alfredo Brisso, Carlos Paulo, Cecília de Sousa, Cucha Carvalheiro e João Mota, etc.

Teatro Nacional D. Maria II

Rossio — Tel. 37 22 46

Sala Garrett

De 3.ª a sábado, às 21.30; sábado e domingo, às 16.00

«**O BICHO**» e «**O TEMPO FEMININO**» da «**TRILOGIA PORTUGUESA**», de Miguel Rovisco. Encenação de Norberto Barroca. Interpretação de Rogério Paulo, Igor Sampaio, Irene Isidro, António Anjos, Luís Bandeira, Ruy de Matos, Madalena Braga, João de Carvalho, Carlos Pimenta, Fernanda Alves,

Instituto Franco-Portugues

Av. Luís Bivar, 91 — Tel. 54 45 74

De 18 a 21; de 5.ª a sábado, às 21.30; domingo, às

Sala Gil Vicente

De 3ª a sáb. às 22. Sáb. e doming. às 16.30.

A INFÂNCIA DE LEONOR TÁVORA, da TRIOLOGIA PORTUGUESA, de Miguel Rovisco, Enc. de Norberto Barroca, Int. de Lurdes Norberto, Lígia Telles, António Banha, Mendes da Silva, José Capela, entre outros.

Teatro da Cantina Velha

Cidade universitária, junto à reitoria

De 3.ª a Sábado, às 21.30; domingo, às 16.00 e 21.30

«**A ESPUMA DOS DIAS**», de Boris Vian. Pelo Ibis — Teatro Universitário. Encenação de Paulo Filipe. Interpretação de Alberto Gomes, Élio Correia, Isabel Carlos, Jorge Ferraz, Mário Carneiro e Sílvia Brito.

Teatro da Graça

Trav.ª de S. Vicente, 11 Tel. 875626

De terça a sábado, às 21.30; sábados e domingos, às 16.00

«**BRUSCAMENTE NO VERÃO PASSADO**», de Tennessee Williams. Pelo **Teatro Hoje**. Tradução: Manuel João Gomes, Encenação: Carlos Fernando. Cenários: Dalton Salem Asseff. Música: Sei Miguel.

Vasco Santana

Av. da República, na Feira Popular — Tel. 76 86 09

De 3.ª a sábado, às 21.30; domingo, às 16.00

«**AS DUAS CARTAS**», de Júlio Diniz. Pela Companhia Teatro Estúdio de Lisboa. Encenação de Luzia Maria Martins. Interpretação de Manuel Mendonça, Carlos Vieira, Helena Félix, Luísa Ortigoso Maria Dulce, António Machado, Vera Azevedo, Carlos Santos e José Brás.

Teatro Aberto

P. de Espanha — Tel. 77 09 69

6.ªs, ás 21.30; sábados, às 16.00 e 21.30; domingos, às 16.00

M«**A DAMA DO MAXIM'S**», de George Feydeau. Encenação de João Lourenço. Com: Irene Cruz, Canto e Castro, Fernanda Montemor e Joaquim Rosa.

Porto — Teatro Sá da Bandeira

R. Sá da Bandeira, 108 — Tel. 2 25 50

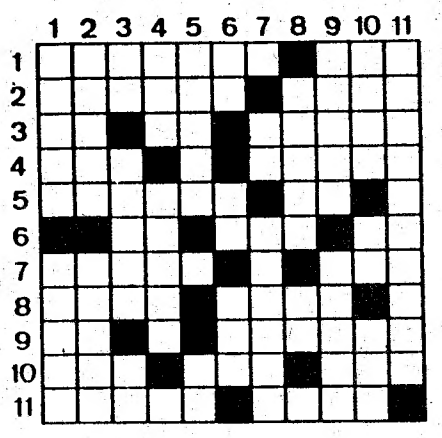
De 3.ª a 5.ª, às 21.30; 6.ª e sábado, às 20.30; domingo, às 16.00 e 21.30

Preço: de 250$00 a 1200$00

«**TOMA LÁ REVISTA**», de Henrique Santana, Francisco Nicholson e Mário Zambujal. Encenação de Francisco Nicholson. Interpretação de Eugénio Salvador, Simone de Oliveira, Delfina Cruz, Carlos Cunha, Marina Mota, Fernando Mendes e Leonor Edwiges.

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º17267



HORIZONTAIS:

1 Tasca. Preposição
2 Afias. Sova.
3 Rádio (s.q). Pertences. Filtrais.
4 Oásis. Rumo.
5 Empregados. Aqui.
6 Apelido. Antepassado. Pronome pessoal.
7 Calotes (gir). Tempo do verbo ir.
8 Dão aviso de alguma coisa em voz alta. Descerra.
9 Laço. Murmuram.
10 Rio da Escócia. Grande quantidade. Faço doação de.
11 Tempo do verbo estar. Estimes.

VERTICAIS:

1 Rapaz ou rapariga foliona e leviana. O género humano.
2 Estimais. Bradas.
3 Boro (s.q). Reles. Item.
4 Pronome pessoal. Região da África, na Guiné Setentrional.
5 Pista. Letra grega.
6 Nosso Senhor (abrev). Apelido. Anel.
7 Duzentos em romano. Pessoa de muito mau génio.
8 Limitado. Reis.
9 Costumara. Denuncia (fig).
10 Cidade da Grécia. Basta! Preposição e artigo (pl).
11 Perversão sexual na qual o prazer só pode ser oido mediante sofrimento.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em. segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 17266

HORIZONTAIS:

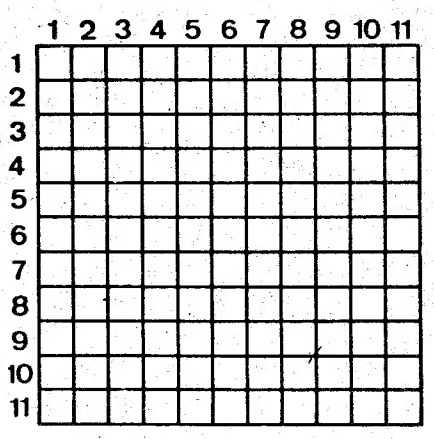
1 OLHAR. PARA.
2 Ias. Pó.
3 Ami. Iacás.
4 Atentaram.
5 Uri. Oau. Dia.
6 Vr. Cv. Trova.
7 Assoamos.
8 Ária. Osa.
9 Nadasses. Eu.
10 II. Sm. ED.
11 Ocasião. Seu.

VERTICAIS:

1 A. UVA. NÃO.
2 Limaras.
3 Haiti. Sadia.
4 Ás. Corais.
5 Inovais.
6 MATA. Massa.
7 Cauto. Emo.
8 Apar. Rs.
9 Rosado. És.
10 MIV. SEDE.
11 Pt. Aarau.

PROVÉRBIO: Olhar para a uva, não mata a sede.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 16 092



HORIZONTAIS:

1 Ser necessário. Danço.
2 Animal da classe dos acarídeos. Encolerizar.
3 Batráquio. Pá para levantar a terra cavada.
4 Negativa. Fedor. Vai para fora.
5 Artigo definido (ant). Venera. Reis.
6 Ilha do Pequeno Belt. De mádrugada.
7 Grosseiro.
8 Pronome pessoal. Califa que mandou incendiar a Biblioteca de Alexandria.
9 Fluído aeriforme. Falda. Estime.
10 Antes do meio-dia. Toma nota de. Nesse lugar.
11 Quinhão (pop). Que tem muitos anos.

VERTICAIS:

1 Povoação da Síria, considerada como arrabalde de Antioquia. Perder a vista.
2 Era cristã. Fileira. Lodo.
3 Atravesso. Faldas.
4 Época. Lavras. Antes de Cristo.
5 Letra grega. Adória. Nome de mulher.
6 Rumor (fig). Molho com baba.
7 Bário (s.q). Baú. Fruto da ateira.
8 Suspiros. Elemento que entra em algumas palavras com o significado de ar. Prefixo de privação.
9 Enguias. Domestica.
10 Coelho pequeno. Desejas.
11 Verbais. Acredite.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 16 091

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Abada. Criva.	1 Asada. Fulvo.
2 Sam. ODC. Mar.	2 Batida. Hee.
3 Atam. Pola.	3 Amarava. Are.
4 Dirás. Falam.	4 Macarani.
5 Adaca. Riade.	5 Ao. Sala.
6 Aval. Oro.	6 DC. Laró.
7 Aral. Sá.	7 CC. Fr. Boca.
8 Uh! Ab. Cu.	8 Paios. Ar.
9 Leandro. Mim.	9 Imolara. MMD.
10 Veri. Ocampo.	10 Valado. Cipó.
11 Ardor.	11 Arame. Rumor.

Rádio

Antena Um

17.00: Pequeno jornal e sete mares; **19.00**: Informação e música; **20.00**: No estúdio e no estádio; **20.15**: Musical; **20.30**: A viver também se aprende; **21.00**: Diálogo; **21.30**: Imaginário. Noticiários de hora a hora.

Rede Nacional-FM2 Estéreo

15.25: Panorama, da obra de Gabriel Fauré; **16.30**: Álbum musical; **17.00**: Correspondências; **17.30**: Trechos de ópera; **18.40**: Música de bailado; **19.00**: Integrais; **19.28**: Música coral sinfónica; **20.40**: Música, para violoncelo, de Tchaikowski; **21.00**: Histórias de música e... outras; **21.30**: O compositor interpretando a sua obra; **22.00**: Música vocal comentada; **23.00**: Concerto sinfónico; **00.50**: Conjuntos instrumentais; **01.50**: Último andamento; **02.05**: Disco compacto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Programa da tarde; **17.00**: Feira mágica; **20.00**: Peça que a gente passa; **22.00**: Portugal e a CEE; **22.15**: Religiosos; **22.30**: Tempo e resultados; **23.00**: 24.ª hora; **01.00**: É de noite... já se vê; **03.00**: Guarda-nocturno. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: Casa da música; **16.00**: Som da frente; **17.00**: Rock em stock; **18.00**: Círculo em FM; **19.00**: Ao fim e ao cabo; **20.00**: O sabor da música; **22.00**: As mil e uma noites; **23.00**: Morrison Hotel; **02.00**: O rock pode esperar; **03.00**: Guarda-nocturno. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA
Canal 1-Rede Nacional de OM e FM

13.00: Todos à uma; **18.00**: Bola branca; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Fim-de-tarde; **20.00**: Boa nova; **20.30**: Programa da LAR; **21.00**: Nove e tal; **22.05**: Congresso dos leigos; **23.00**: Bola branca; **23.30**: Suplemento especial da BBC; **23.55**: Meditando.

RFM-Canal 2-Rede Nacional de FM Estéreo

09.00: Cem mais; **20.00**: Serra de estrelas; **22.00**: Oceano Pacífico; **23.58**: Boa noite à vida.

Voz do Alentejo

15.00: Boa tarde, Alentejo; **18.00**: Bola branca; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Alentejo em notícia; **19.20**: Grande bazar.

Voz do Alto Tâmega

15.00: Da veiga à serra; **18.00**: Bola branca; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Fontes termais.

Voz de Lisboa

15.00: A Rádio da cidade; **18.00**: Bola branca; **18.30**: Triângulo; **20.00**: Diálogo; **20.30**: Transmissão do terço; **21.00**: Música no espaço.

Voz do Minho

16.00: Linha do Minho; **18.00**: Bola branca; **18.30**: Informação religiosa; **19.30**: Largo do Coreto.

TELEVISÃO

RTP

17.36 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
«O Ursinho Teddy», «Vem Lá Filme» e «As Aventuras de Punqui»

18.30 - Gira Mundo
19.00 - O Império de Carson
96º Episódio:

19.30 - Telejornal
20.00 - Bolsa Dia a Dia
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Roque Santeiro
96º Episódio: Malta diz a Marcelina que se contar tudo a Tania esta ficará infeliz. Marcelina concorda com ele. Ronaldo tenta convencer Ninon a persuadir o delegado Feijó a obter o aval para a abertura do Casino de Asa Branca. Feijó rende-se ao fascinio que Ninon exerce sobre ele e promete obter a desejada autorização. Porcina entrega a Roque a chave da casa da quinta. João Ligeiro aceita o emprego que Matilde lhe oferece. Malta, Roque e Roberto encontram-se na boite, depois desta fechada.

21.05 - Primeiro Andamento
«33 Valsas de Amor»
«Canções de Amor» (1º Programa)

21.35 - Telemundo
22.05 - A Clínica da Floresta Negra
19º Episódio: Wiebke Busch está apaixonada por Boldt, um criador de cavalos de corrida. Durante um passeio, Wiebke sofre um acidente, fica insconsciente vários dias e o seu ex-namorado, que ainda a ama, não sai da cabeceira da cama, ao passo que Boldt não vai uma única vez à clínica.
Entretanto, Cathy insiste em deixar a casa do Professor e ir para um lar e este tem de procurar uma nova governanta.
Realização: Hans-Jurgen Tugel

23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate

RTP 2

15.40 - Horizontes de Glória
10º Episódio
16.40 - Trinta Minutos Com...
Júlio Brandão Themudo

17.10 - Os Imigrantes
196º Episódio

18.00 - Ponto por Ponto
19.05 - Formula One
20.05 - Naked City
39º Episódio

No 1º canal às 22.05 o 19º episódio da série «A Clínica da Floresta Negra»

No 2º canal às 20.00, «Naked City»

20.50 - Montra de Livros
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Já Está!
19º Programa

23.15 - As Teias da Lei
18º Episódio: Na reunião habitual dos advogados, Kusak recebe os parabéns por ter arranjado um novo cliente, uma empresa farmacêutica com problemas relacionados com um remédio que lançara no mercado.
Kelsey pede a Markowitz que a ajude a tratar das suas questões fiscais. Roxanne diz a Becker que quer um aumento salarial.
Kuzak acaba por convencer o cliente a fazer um acordo antes do caso chegar ao tribunal, mas Roxanne não consegue que os advogados lhe aumentem o ordenado. Markowitz utiliza os problemas fiscais de Kelsey para a convencer a viver com ele.
Produtor executivo: Steven Bochco

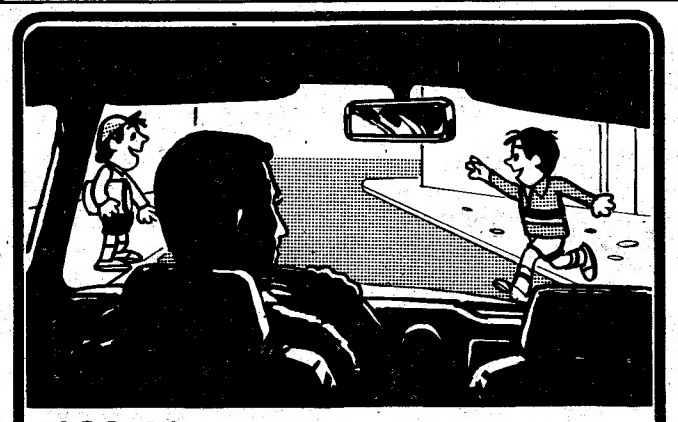
AMANHÃ

RTP-1

09.01 - Bom Dia
10.00 - Ás Dez
12.15 - Tudo ou Nada
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
17.36 - Sumário
17.40 - Brinca Brincando
18.25 - Os Anos Não Contam
18.55 - O Império de Carson
19.30 - Telejornal
20.00 - Bolsa Dia a Dia
20.25 - Boletim Meteorológico
20.15 - Roque Santeiro
21.25 - Sonhos de Ontem
22.20 - Programa das Festas
22.30 - Richard Clayderman
22.55 - 24 Horas
23.20 - Remate
23.35 - Pela Noite Dentro

RTP-2

13.16 - Totally Live
14.10 - Agora, Escolha
15.40 - O Século Americano
16.35 - Trinta Minutos Com..
17.10 - Os Imigrantes
18.00 - Ponto por Ponto
19.00 - Formula One
20.00 - Naked City
20.50 - Montra de Livros
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Clube de Jornalistas
22.00 - Fontamara
23.00 - Troféu



AOS CONDUTORES

"Diminua a velocidade ao verificar que uma criança pode atravessar a rua,distraidamente,para ir ter com alguém que está do outro lado da mesma."

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

GRUNDIG seleccionou para si...

RTP 1 — 21.45 - Telemundo

RTP 2 — 21.35 - Já Está!

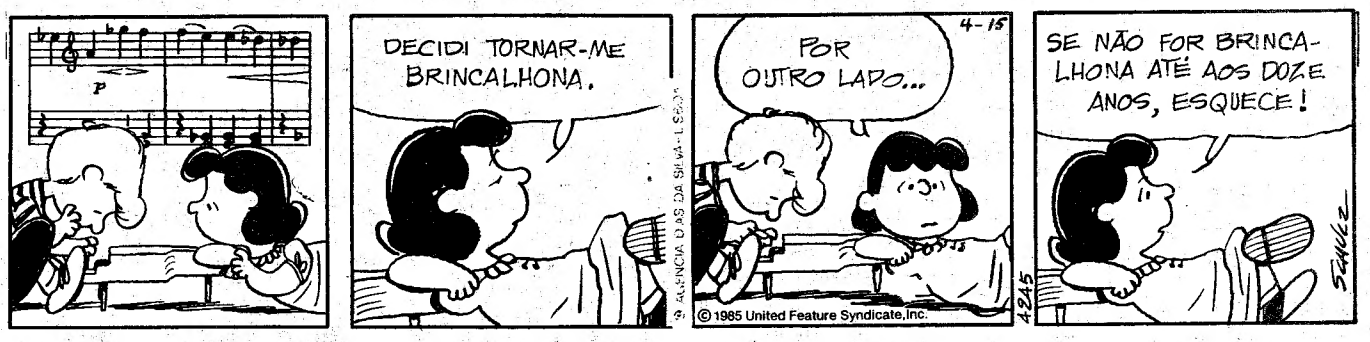
GRUNDIG PORTUGUESA
comércio de artigos electrónicos, Lda.
Rua Bento Jesus Caraça, 17
Cruz Quebrada-1495 LISBOA
Telef.: 4197570

PORTE PAGO

Fundador **Joaquim Manso**

Propriedade, Composição e Impressão: RENASCENÇA GRÁFICA, SA
Administração, Redacção, Publicidade e Serviços Técnicos: **RUA LUZ SORIANO, 44 — 1200 LISBOA**
TELEFONES: 32 11 54/5 — 32 02 71/2/3 — Publicidade: 36 87 40
Serviço da noite (depois das 21): Porteiro 32 11 54 Redacção: 32 02 71/2/3
Endereço Telegráfico: DIBOA — Telex 12 363 LISBOA PORTUGAL
Distribuição: INTERPRESS, Rua do Norte, 115-1.º — 1200 LISBOA
TELEFONES 32 21 00 — 32 22 04 — 32 07 84
Preço do «DL» nos Açores e Madeira: 65$00
DEPÓSITO LEGAL: 1426/82

Director **A. Ruella Ramos** Director adjunto **Fernando Piteira Santos**



ÚLTIMA HORA

A África precisará de pelo menos 5.000 milhões de dólares por ano, até 1992 - afirmou um grupo de 13 destacados especialistas interenacionais, formado pela ONU com o objectivo de definir os meios necessários para resolver a crise daquele continente. Os peritos afirmaram que, não obstante o grande esforço despendido pelos Governos africanos para implementar as reformas necessárias, necessitam de apoio financeiro para vencer.

Em Vila Franca

Desabamento de muralha deixa 2500 alunos sem aulas

O «colapso» de uma muralha de suporte dos terrenos onde está instalada a escola secundária Prof. Reinaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, obrigou ao encerramento do estabelecimento desde o passado dia 23.

Depois de três dias de chuvas copiosas, no dia 23 às 20 horas, o conselho directivo da escola — que tem 2500 alunos e funciona ininterruptamente das 8 e 30 às 23 horas, com apenas 20 minutos para o almoço — foi alertado pelos guardas da segurança para o facto de a muralha dar indícios de desabamento. Ouviam-se, por exemplo, «coisas a estalar» dentro da muralha, que tem 40 metros de comprimento e 7 de altura.

O conselho directivo mandou imediatamente evacuar a escola e, na impossibilidade de contactar o Ministério da Educação devido à hora, contactou o 115 e os bombeiros voluntários de Vila Franca de Xira, entidades que, por razões diferentes, não puderam ajudar à resolução do problema.

Cerca das 24 horas, a muralha deu mesmo de si, ficando inclinada, segundo um ângulo de 45 graus, sobre um bloco da escola.

Contactado ontem o Ministério da Educação, alguns técnicos ali compareceram, cerca do meio-dia, e depois de verificarem o sucedido apoiaram a decisão do conselho directivo de encerrar o estabelecimento.

Das 17 horas de ontem até às 6 da manhã, operários trabalharam na construção de uma estrutura de madeira, com o objectivo de impedir a muralha de esmagar o bloco que lhe fica adjacente.

A situação, entretanto, agravou-se, pois o terreno da escola «está a fazer ondas» e ouvem-se águas a correr lá por dentro.

A situação vem-se agravando há algum tempo. Pouco depois de a escola ter sido construída há oito anos, o terreno começou a dar de si, tendo algumas vivendas construídas em frente à escola aberto fendas e uma foi mesmo desabitada a partir de então.

«Mas a fissura mínima que tinha a muralha que agora desabou não nos fazia prever este desfecho tão rápido», comentou-nos a presidente do conselho directivo da escola, acrescentando que a escola só recomeçará a funcionar quando o Ministério da Educação der indicações nesse sentido.

Carvalhar (Grândola) vota em Maio

A recém-criada freguesia do Carvalhar, no concelho de Grândola, vai eleger os seus primeiros autarcas em 15 de Maio, por decisão do executivo da Câmara Municipal de Grândola, tomada na última sessão pública.

Um comunicado da edilidade grandolense recorda que desde o passado dia 15 que aquela nova freguesia, que passa a ser a quinta maior do concelho de Grândola, tem uma comissão instaladora.

A nova freguesia foi criada em 18 de Dezembro do ano passado, por proposta do grupo parlamentar do PCP, subscrita pelos deputados deste partido pelo círculo de Setúbal.

Porque Carvalhal integrava a área administrativa de Melides, também nesta freguesia se realizarão eleições em 15 de Maio.

Suplemento «Ler/Escrever»

Por motivos técnicos, o habitual suplemento das quintas-feiras, «Ler/Escrever», será inserido na nossa edição de sábado. Pelo facto apresentamos desculpas aos nossos leitores e colaboradores.

/D/E/C/A/R/A/S/

JACINTO NUNES, professor catedrático do Instituto Superior de Economia (ISE), é o actual presidente da Academia das Ciências. Num comunicado, a Academia acaba de recusar integrar a Comissão Nacional de Língua Portuguesa, criada pelo Governo e cuja composição foi tornada pública. Nos termos de uma resolução do Conselho de Ministros (Novembro de 1986), compete à Comissão Nacional da Língua Portuguesa «dar parecer sobre todos os assuntos que lhe sejam apresentados pelo primeiro-ministro ou membros do Governo». A Academia, referida em 9º lugar na composição da Comissão, considera desprestigiante a posição que lhe é atribuída.

EGOR LIGATCHEV é referido como sendo a segunda figura do Partido Comunista da União Soviética. Recentemente (17 de Fevereiro), foi Ligatchev quam apresentou o relatório consagrado à reforma dos ensinos secundário e superior na URSS. Para Ligatchev, a «perestroika» diz, também, respeito à escola. Também na administração escolar perduram «os métodos burocráticos». As escolas apresentam deficiências. Os professores são mal pagos. Além da reforma escolar, o dirigente soviético criticou a conduta dos jovens e, designadamente, censurou que a jovem geração «manifeste uma paixão imoderada» pelo «rock», essa «música primitiva».

JOSÉ AFONSO: um ano depois da sua morte, as homenagens também chegaram aos Açores, com um convívio entre artistas de várias ilhas açorianas e com uma exposição documental sobre a vida e a obra do cantor. A evocação decorre na sede da Banda União Fraternal, sendo uma iniciativa da comissão dinamizadora regional da «Associação 25 de Abril».

TERESA PATRÍCIO GOUVEIA, secretária de Estado da Cultura, inaugura amanhã no Porto uma exposição documental intitulada «Casa de Serralves — retrato de uma época». A mostra documenta a edificação da Casa de Serralves como residência dos condes de Vizela e, ao mesmo tempo, descreve com pormenor o ambiente vivido nos anos 30. O certame inclui um ciclo de conferências, mesas redondas e visitas guiadas quer à exposição quer ao parque de Serralves.

ALBERTO SORDI presidirá à 13ª edição do Festival de Cinema de Humor de Chamrousse, que se realizará nesta cidade do sueste francês entre 7 e 14 do próximo mês. No entanto, apesar do peso do especialista italiano de humor no cinema, será o público a decidir no que se refere ao prémio de interpretação a ser atribuído este ano pela primeira vez. Serão projectadas no festival 12 longas metragens e 14 curtas.

NUNO GOMES DOS SANTOS acaba de gravar o seu primeiro disco a solo, um «single» que inclui as composições «Quem me dera» e «Primavera». Jornalista a par da sua actividade musical (que também inclui a crítica), Nuno Gomes dos Santos iniciou estreou-se como músico e intérprete em 1969, quando apareceu pela primeira vez em público no «ZIP ZIP», integrado no Quarteto Intróito. Agora, aos 41 anos, é uma outra estreia, como solista, no acetato.

Custas judiciais

CGTP/IN pede "tratamento especial" para questões sociais e laborais

A CGTP/IN exige que os processos de natureza social e do foro laboral sejam gratuitos ou beneficiem de uma tributação «quase simbólica», numa exposição feita ao presidente da Assembleia da República acerca da controversa questão das custas judiciais.

Defende ainda que sejam criados, pelo menos, quatro escalões de responsabilização pelas custas (em qualquer tipo de processos), devendo tributar-se com 25%, 50,75 por cento ou pela totalidade, de harmonia com o rendimento «per capita» igual ao salário mínimo nacional (SMN), ao seu dobro, triplo ou quadrúpulo respectivamente. Em qualquer dos casos, tal tributação respeitaria sempre o rendimento «per capita» do agregado familiar, «de molde a afastar os princípios e regras dos impostos indirectos na administração da justiça».

Em abono da sua posição acerca das questões controvertidas nos Tribunais de Trabalho, observa a CGTP/IN que são sempre suscitadas pelos trabalhadores e envolvem interesses de duas ordens: ou de natureza imaterial, como sejam a liberdade e o direito de trabalhar; ou de ordem económica e natureza alimentar, subsídios ou créditos similares, de natureza básica e essencial.

No foro laboral os interesses são, as mais das vezes, regulados por normas de interesse e ordem pública social, com tutela constitucional. Por isso, a função jurisdicional dos tribunais de trabalho acaba por conter uma tutela social, do mesmo modo que garante a administração da justiça no plano individual.

«Daqui se pode concluir — afirma a CGTP-IN — que a recente publicação do Decreto-Lei n.º 387-D/87, de 29 de Dezembro, assume para os trabalhadores um significado duplamente ofensivo dos seus direitos, porquanto atinge, duma só vez, o princípio do acesso aos cidadãos aos tribunais face ao estatuto económico.»